

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

APRENDER A EMPREENDER: A PEDAGOGIA EMPREENDEDORA DO SEBRAE

Dalessandro de Oliveira Pinheiro

**CASCATEL – PR
2010**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO NÍVEL
DE MESTRADO/PPGE**

APRENDER A EMPREENDER: A PEDAGOGIA EMPREENDEDORA DO SEBRAE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação, Área de concentração Sociedade, Estado e Educação, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa.

**CASCVEL – PR
2010**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO NÍVEL
DE MESTRADO/PPGE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

APRENDER A EMPREENDER: A PEDAGOGIA EMPREENDEDORA DO SEBRAE

Autor: Dalessandro de Oliveira Pinheiro

Orientadora: Prof^a Dr^a Georgia Sobreira dos Santos Cêa

Este exemplar corresponde à Dissertação de Mestrado defendida por Dalessandro de Oliveira Pinheiro, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Data: 31 de maio de 2010

Assinatura: _____

(Orientadora)

Prof^a. Dr^a Lígia Regina Klein
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof^a. Dr^a. Edaguimar Orquizas Viriato
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Prof^a. Dr^a. Ireni Marilene Zago Figueiredo
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

**À classe trabalhadora,
À trabalhadora orientadora, Georgia,
Aos meus pais Moacyr e Maria Neide,
A minha esposa Andryas e
Ao meu filho Lênin.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa, pelo trabalho, pela orientação dedicada, paciente e segura, pela compreensão sobre a vida do trabalhador para além da academia, com palavras e atos de incentivo e conforto nos momentos de maior dificuldade.

Agradeço à professora Dra. Edaguimar Orquizas Viriato, à professora Dra. Ireni Marilene Zago Figueiredo e à professora Dra. Lúgia Regina Klein, por aceitarem o convite para compor a banca examinadora, e darem suas valiosas contribuições para o desenvolvimento deste trabalho.

Meus agradecimentos ao professor Dr. Roberto Antonio Deitos, ao professor Dr. Paulino José Orso, à professora Dra. Edaguimar Orquizas Viriato, à professora Dra. Francis Mary Guimarães Nogueira, à professora Dra. Maria Lucia Frizon Rizzoto, à professora Dra. Ireni Marilene Zago Figueiredo, à professora Dra. Liliam Faria Porto Borges e à professora Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa, que compõe o corpo docente do Mestrado em Educação da UNIOESTE, pelo trabalho nas disciplinas do curso.

Meus agradecimentos ao SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas) por permitir o acesso às fontes de consulta.

Agradeço aos amigos de classe Artemio, Deliane, Fabiano, Hélio, Iolanda, Karina, Lilian, Margarete e Vandiana.

Agradeço à Sandra Köerich, da secretaria do Programa do Mestrado, pelo trabalho, organização e amizade.

Agradeço à Andryas Roberta Braga Pereira Pinheiro, minha companheira e esposa, pela compreensão.

Agradeço ao meu filho Lênin por tentar compreender o afastamento do pai.

À minha família, pelo apoio aos estudos.

A sorrir
Eu pretendo levar a vida
Pois chorando
Eu vi a mocidade
Perdida
Fim da tempestade
O sol nascerá
Finda esta saudade
Hei de ter outro alguém para amar
(Cartola)

Considerando a mocidade como a classe trabalhadora,
A tempestade como o modo de produção capitalista e
Outra forma de amar, como outra forma de trabalhar.

RESUMO

Esse estudo tem como objeto de análise o curso “Aprender a Empreender”, do SEBRAE, um dos instrumentos de difusão das idéias do empreendedorismo no Brasil. Nos anos 1990, com os efeitos do neoliberalismo sobre o mundo do trabalho, em especial as altas taxas de desemprego, o capital imprimiu sobre a classe trabalhadora sucessivos golpes nos direitos e condições de produção da vida material. De um lado a exigência por “um novo trabalhador”, polivalente, fazendo uso, não só de sua condição física e técnica, mas todos os seus atributos e habilidades como ser humano, de suas “competências”. De outro, a exacerbação da exploração para atender às demandas da competição global por mercados. Então, calcado no discurso da empregabilidade e do empreendedorismo, o SEBRAE passa a ser utilizado como instrumento para fortalecer a direção político-ideológica do capital. Seu curso “Aprender a Empreender” volta-se à classe trabalhadora na perspectiva de, numa realidade de desemprego estrutural, oferecer aos trabalhadores a oportunidade de “ser patrão de si mesmo”. Os objetivos propostos no desenvolvimento da pesquisa são: 1) analisar a questão conceitual e as condições materiais que possibilitaram o desenvolvimento do ideário empreendedor no país; 2) analisar a articulação entre a instituição SEBRAE, seu curso “Aprender a Empreender”, e outros vetores no intento de contribuir com a disseminação da cultura empreendedora no Brasil; 3) Analisar as características da Pedagogia Empreendedora do SEBRAE na difusão do lema “Seja o seu Patrão!”; 4) Analisar o quanto avança o discurso empreendedor em relação ao discurso da qualificação e da empregabilidade. A investigação foi desenvolvida por meio de análise do material didático do curso “Aprender a Empreender”, especialmente as vídeo-aulas e o Manual do Participante, tomados como fontes primárias. Quanto às fontes secundárias, utilizamos bibliografia relacionada ao empreendedorismo, particularmente as de caráter liberal e, no contraponto, leituras que se coadunam com a perspectiva materialista histórica e que abordam criticamente o tema. No primeiro capítulo apresentamos considerações a respeito do cenário nacional nos anos 1990 e as condições que possibilitaram a difusão das idéias empreendedoras no país; no segundo capítulo, tratou-se do SEBRAE e do curso “Aprender a Empreender”, além de outros vetores, como instrumentos do capital voltados ao empreendedorismo; no terceiro capítulo, as fontes primárias são exploradas, destacando-se as principais categorias e características empreendedoras ressaltadas pelo curso “Aprender a Empreender”; no quarto capítulo, discute-se a viabilidade da proposta de “Aprender a Empreender” como alternativa para a geração de emprego e renda e a fragilização da noção de qualificação frente ao fortalecimento do ideário do empreendedorismo. Desta forma, procuramos encontrar algumas lacunas do discurso empreendedor para caracterizá-lo como restrito para a formação humana, e como de extrema precarização para os trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Curso Aprender a Empreender; SEBRAE; educação e empreendedorismo.

LEARN TO BE UNDERTAKEN: A PEDAGOGY OF ENTREPRENEURIAL SEBRAE

ABSTRACT

This study is the object of study the course "Learning to undertake," SEBRAE, one of the tools for the dissemination of ideas of entrepreneurship in Brazil. In the 1990s, with the effects of neoliberalism on the world of work, especially the high unemployment rates, capital printed on the working class successive blows to the rights and conditions of production of material life. On the one hand the demand for a "new worker", polyvalent, making use not only of their physical and technical, but all their attributes and abilities as a human being, his "skills". On the other, the exacerbation of the farm to meet the demands of global competition for markets. Then, based on the discourse of employability and entrepreneurship, SEBRAE is now used as a tool to strengthen political and ideological direction of the capital. Its course "Learning to undertake 'return to the working class in perspective, a reality of structural unemployment, offer workers the opportunity to" be master of himself. " The proposed objectives in the development of the research are: 1) examine the issue conceptual and material conditions that made possible the development of entrepreneurial ideas in the country, 2) analyze the relationship between the institution SEBRAE its course "Learning to Engage," and other vectors in an attempt to contribute to the spread of the entrepreneurial culture in Brazil, 3) analyze the characteristics of the Entrepreneurial Education SEBRAE in spreading the motto "Be your Boss!", 4) analyze how the speech goes against the entrepreneurial skills of speech and employability. The research was developed through analysis of the teaching material of the course "Learning to undertake," especially the video lessons and Participant's Manual, taken as primary sources. As for secondary sources, we use literature related to entrepreneurship, particularly those of a liberal and, in counterpoint, readings that are inconsistent with the historical materialistic perspective and addressing the critical issue. The first chapter presents considerations on the national scene in 1990 and the conditions that allowed the diffusion of entrepreneurial ideas in the country, in the second chapter, this was SEBRAE and of course "Learning to undertake" as well as other vectors, such as capital instruments geared to entrepreneurship, in the third chapter, the primary sources are explored, highlighting the main categories and entrepreneurial characteristics highlighted by the course "Learning to undertake" the fourth chapter discusses the feasibility of the proposed "Learning to Undertake "as an alternative to generate employment and income and the weakening of the notion of qualification ahead of strengthening the ideals of entrepreneurship. Thus, we find some gaps in entrepreneurial discourse to characterize it as restricted to the human, and as of extreme insecurity for workers.

KEYWORDS: Course Learning to undertake; SEBRAE, education and entrepreneurship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - A DIFUSÃO DO IDEÁRIO EMPREENDEDOR NO BRASIL	15
1.1 Origem e conceituação do empreendedorismo	15
1.2 Contextos e motivações do ideário empreendedor no Brasil	19
CAPÍTULO 2 - APRENDER A EMPREENDER: O SEBRAE E OUTROS INSTRUMENTOS E VETORES PARA A CONFORMAÇÃO HUMANA	26
2.1 Aprender a Empreender e outros vetores para a conformação humana	34
2.2 O protagonismo do SEBRAE na formação da cultura empreendedora	39
CAPÍTULO 3 - APRENDER A EMPREENDER: OS FUNDAMENTOS DA PEDAGOGIA EMPREENDEDORA DO SEBRAE	45
3.1 A leitura da conjuntura atual presente no Manual do Participante do curso “Aprender a Empreender”	46
3.2 Aprender a Empreender: principais conceitos da mais representativa apresentação pedagógica do empreendedorismo no Brasil	58
3.3 Análise dos vídeos do curso “Aprender a Empreender”	68
CAPÍTULO 4 – A GENERALIZAÇÃO DO “APRENDER A EMPREENDER”	86
4.1 Aprender a Empreender: alternativas de emprego e renda?	86
4.2 Aprender a Empreender: para além da qualificação e da empregabilidade	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE A FORÇA DO “APRENDER A EMPREENDER” E SOBRE O QUE HÁ DE NOVO NO <i>FRONT</i>	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo do “empreendedorismo”, como elemento ideológico presente nas ações voltadas à formação do trabalhador brasileiro, advém da participação no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE). Entre os anos de 2004 e 2007, foram realizados estudos que originaram o projeto coletivo de pesquisa intitulado “O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil: pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 1990”.

No início deste período, a conclusão do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação, na UNIOESTE, possibilitou a produção monográfica “Reflexões sobre a formação do trabalhador no Brasil: Da Colônia à Primeira República”, que buscou apontar ações governamentais voltadas à formação do trabalhador durante o período colonial e imperial. Este estudo trouxe novas dúvidas e questões que se tornariam proposições iniciais para o projeto voltado ao Mestrado em Educação da UNIOESTE.

A proposta inicial de estudo para o mestrado tinha como foco observar as ações do governo Vargas, no que tange à formação do trabalhador brasileiro, quando da transição do modelo agrário-exportador-dependente aos rumos urbano-industriais, especificamente os programas implementados a partir de 1930, e que seguiam uma sequência das proposições do Estado Brasileiro na adequação das condições de inserção da força produtiva nacional às características do modo de regulação fordista, ainda que este não tenha se configurado em essência no país, à época.

A partir da leitura orientada de “O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata”, “O Ensino de Ofícios Artesanais nos Primórdios da Industrialização”, “O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo”, de Luiz Antônio Cunha, verificou-se que as proposições iniciais já teriam sido bem exploradas e que o estudo, dentro das condições neste instante possíveis, dificilmente conseguiria contribuir com os estudos já existentes sobre o tema.

O foco na formação do trabalhador permaneceu, e a busca por proposições atuais sobre a adequação das forças produtivas às condições econômicas brasileiras após as reformas estruturais do Estado, a partir dos anos 1990, se tornou

o novo norte. Tais motivações suscitaram o interesse em observar com cautela alguns elementos novos acoplados ao corpo teórico das proposições do Estado para a formação humana. Entre estes, ganha vulto o tema do empreendedorismo, que individualiza o homem e o coloca como responsável por seus rumos, destacando-se a luta de cada homem na busca por “seu espaço” no mundo produtivo, por meio da ampliação de sua qualificação profissional. Sai de cena o caráter coletivo do homem naquilo que, na sociedade capitalista, se denomina classe social, esta condição é negada. O pertencimento à classe trabalhadora dá lugar ao indivíduo empreendedor.

Uma das instituições que se organiza para possibilitar a difusão do empreendedorismo como elemento presente nas proposições voltadas à formação humana é o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas), e seu curso “Aprender a Empreender” é um dos instrumentos direcionados a esse fim. O foco no “Aprender a Empreender” passou a guiar os estudos e os questionamentos sobre o significado do lema “Seja seu patrão!”, direcionado aos trabalhadores, ensejou a definição da pedagogia empreendedora do SEBRAE presente no curso “Aprender a Empreender” como objeto de estudo.

Criado pelo governo federal em 1972 e originariamente denominado Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), o órgão nasceu com a finalidade de prestar assistência (técnica, operacional e educativa) aos médios e pequenos empresários, em todo o território nacional, passando a incluir os micro empresários a partir da década de 1980. Após ameaças de extinção, em 1990 o CEBRAE deixa de ser um órgão governamental, altera sua nomenclatura para Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (a partir de quando assume a sigla SEBRAE) e torna-se uma entidade privada, de interesse nacional, que passa a vincular-se ao Sistema S, como um serviço nacional autônomo, garantindo, desta forma, recursos para a manutenção de sua estrutura e para o desempenho de suas atividades (MANCUSO, 2002).

A partir desse momento, o SEBRAE reorienta suas ações e incrementa sua função de entidade estimuladora e de apoio a micro e pequenos empresários. Nesse percurso, o tema do empreendedorismo foi ganhando força e a oferta de cursos (presenciais e a distância) passou a se constituir numa importante estratégia. A partir de 2002, o SEBRAE amplia sua capilaridade social com o curso “Aprender a Empreender”, ofertado na modalidade a distância, na forma de um telecurso,

atingindo também os não empresários, no intuito de torná-los empreendedores, especialmente a grande massa de desempregados de baixa escolaridade.

No campo das dúvidas que nortearam a pesquisa convinha observar desde questões básicas e conceituais, até questões mais representativas vinculadas às ações efetivas do capital, no intento de desenvolver o “espírito empreendedor” nos trabalhadores brasileiros. Em suma, a questão primordial que orientou este estudo foi a seguinte: Que sentidos o empreendedorismo assume no contexto atual, sintetizado no lema “Seja seu patrão!”, que podem ser apreendidos a partir da análise do curso “Aprender a Empreender”, do SEBRAE?

A orientação teórico-metodológica perseguida buscou basear-se nos fundamentos do materialismo histórico-dialético. Sem pretensões de um domínio absoluto sobre tal referencial, o estudo pretendeu identificar, compreender e explorar simplificações da realidade presentes na dinâmica do curso “Aprender a Empreender”, assim como contradições presentes em seus fundamentos e intencionalidades.

Como procedimentos metodológicos, os materiais do curso (Manual do Participante e as vídeo-aulas) foram utilizados como fontes primárias, analisadas com o intuito de identificar os principais fundamentos e categorias sustentadores da ideia do empreendedorismo subjacente ao curso “Aprender a Empreender”.

Na análise dessas fontes, foram utilizadas as seguintes categorias identificadas como aquelas que melhor permitem a compreensão do sentido histórico do curso “Aprender a Empreender”: conjuntura atual, empreendedor, educação empreendedora e aprender empreendedorismo.

Foram utilizadas publicações acadêmicas (livros e periódicos) e materiais midiáticos (páginas eletrônicas e mídia impressa) como fontes secundárias. A seleção destas fontes inclui produções relacionadas ao empreendedorismo, particularmente as de caráter liberal e, no contraponto, produções que se coadunam com a perspectiva materialista histórica e que abordam criticamente o tema.

O primeiro capítulo trata da origem do ideário empreendedor, da definição conceitual de empreendedorismo e das condições históricas e materiais da inserção do discurso empreendedor no país. Novos questionamentos passam a fazer parte do estudo, como a busca pela compreensão do contexto em que se encontra o modo de produção capitalista, para que se desenvolva o discurso/ideário empreendedor. Quais fios ligam a condição do mundo do trabalho até a difusão em

massa do empreendedorismo? Estes questionamentos serão as guias do segundo capítulo.

A retomada temporal e espacial do período em que cresce a difusão e o fortalecimento do empreendedorismo no Brasil, quando ocorre a consolidação das condições econômicas desta inserção e na sua fundamentação dentro da base econômica nacional, provocou a necessidade de conhecer algumas estruturas, instrumentos/vetores que corroboraram com o ideário empreendedor no país. Assim, o capítulo 2 busca evidenciar alguns instrumentos que iniciaram este processo de inculcação sobre a classe trabalhadora e que desenvolveram vetores diversos e formas didáticas para facilitar a apreensão sobre o empreendedorismo. O principal foco do capítulo é o SEBRAE, mas outros instrumentos são trazidos à tona, na tentativa de demonstrar que a disseminação da cultura empreendedora no Brasil resulta de um processo articulado, envolvendo órgãos públicos e privados unidos pela mesma perspectiva empresarial.

No capítulo 3 tem início a aproximação mais efetiva com o objeto de estudo desta dissertação: a pedagogia empreendedora do SEBRAE presente no curso “Aprender a Empreender”. Privilegia-se, nesta parte do estudo, a apreensão das categorias “análise de conjuntura”, empreendedor, educação empreendedora e aprender empreendedorismo, a partir do detalhamento de ideias presentes no Manual do Participante, e são analisadas as principais características empreendedoras destacadas nas vídeo-aulas. Durante todo o capítulo 3, serão feitas referências ao livro “O segredo de Luísa”, escrito por Fernando Dolabela, um dos mais representativos escritores sobre o empreendedorismo e que é constantemente referenciado pelo SEBRAE.

No quarto e último capítulo, são discutidas, num primeiro momento, questões como a viabilidade da proposta do “Aprender a Empreender” como alternativa para a geração de emprego e renda. Em seguida, busca-se mostrar que o discurso da “qualificação para o emprego” (escasso e precário), a partir das políticas públicas de formação do trabalhador no Brasil pós 1990, vem sendo suplantado por um discurso mais profundo e contundente, cujo lema é “Seja seu patrão!”. “Aprender a Empreender”, então, perde a esterilidade de sua aparência para se constituir num instrumento do capital voltado para a precarização do trabalho.

“Aprender a Empreender” supera a condição de um curso em si e assume uma dimensão ampla, como uma proposta mais nefasta para a classe trabalhadora do que aquela presente no discurso da qualificação.

Nas considerações finais, sintetiza-se o movimento que se buscou imprimir ao estudo e são apresentadas possíveis “novidades” no terreno político que podem conferir ao “Aprender a Empreender” uma duração histórica de longo prazo no Brasil.

CAPÍTULO 1

A DIFUSÃO DO IDEÁRIO EMPREENDEDOR NO BRASIL

A compreensão acerca do desenvolvimento das idéias do empreendedorismo no Brasil passa, em primeiro lugar, por uma definição conceitual sobre o termo, em sua matriz teórica liberal, e, posteriormente, por uma localização espacial e temporal mediadora das condições materiais que possibilitam sua impregnação como elemento que se incorpora à formação humana, desde sua origem, até a chegada desse ideário no Brasil.

1.1 Origem e conceituação do empreendedorismo

No que tange ao conceito, Drucker (1985, p. 11) afirma que “[...] *entrepreneurship* [empreendedorismo] não é arte nem ciência, mas sim uma prática e uma disciplina”, portanto pode ser aprendida e incorporada através de uma mudança de postura do indivíduo.

Então, desenvolver o “espírito empreendedor” torna-se possível através de experiências diversas, em especial aquelas relacionadas à consecução de um negócio próprio. No contexto pretendido por Drucker (1985), o termo “espírito empreendedor” possui grande conveniência, pois se volta ao indivíduo e a sua ação comportamental na busca por um espaço no mercado produtivo.

Ao estudar a economia norte-americana, Drucker (1985) levanta algumas condições que possibilitaram o desenvolvimento de uma economia empreendedora nos Estados Unidos da América, principal referência do capitalismo no mundo. O autor aponta que, em um curto período de tempo, a economia americana conseguiu gerar um grande número de empregos, que não estavam relacionados ao Estado, nem às grandes empresas com tecnologia de ponta, mas, sobretudo, aos pequenos e médios investimentos privados. Discorre também sobre as possibilidades de consolidação da expansão do modelo econômico calcado no empreendedorismo, em outros países do mundo:

Ainda é prematuro dizer se a economia empreendedora continuará a ser predominantemente um fenômeno americano, ou se ela surgirá em outros países desenvolvidos. [...] Se, como é bem provável que sim, a demografia foi um fator na emergência da economia empreendedora nos Estados Unidos, poderíamos ter um desenvolvimento similar na Europa por volta de 1990 ou 1995. Porém, isto é especulação. Até agora (1985), a economia empreendedora é puramente um fenômeno americano (DRUCKER, 1985, p.10).

Prenúncio do sistema que se envereda por todas as esferas da vida humana, em pouco mais de três décadas o empreendedorismo não tardou a se transformar em estratégia do capitalismo, em sua fase neoliberal, para a conformação humana às condições de adaptabilidade à dinâmica do modo de produção.

Da mesma forma que o conceito e a localização espacial, faz-se de fundamental importância endereçar teoricamente o empreendedorismo, pois isso permite conhecer sua matriz mais representativa. Drucker (1985) localiza esta matriz em Joseph Schumpeter, pois este abordou o empreendedor e o seu impacto sobre a economia:

Todo economista sabe que o empreendedor é importante e provoca impacto. Entretanto, para os economistas, o “empreender” é um evento “meta-econômico”, algo que influencia profundamente, e, de veras, molda a economia, sem fazer parte dela. E, assim também é a tecnologia para os economistas. Economistas, em outras palavras, não têm nenhuma outra explicação para explicar por que o espírito empreendedor emerge, como aconteceu no final do século XIX, e parece estar emergindo hoje, e nem por que ele se limita a um determinado país, ou uma cultura. Realmente, os eventos que explicam porque o empreendimento se torna eficaz, provavelmente, não são, em si, eventos econômicos. As causas, possivelmente, estariam nas mudanças em valores, percepção, atitudes, talvez mudanças demográficas, em instituições (tais como a criação de bancos empreendedores na Alemanha e nos Estados Unidos por volta de 1870), e, talvez, em mudanças na educação (DRUCKER, 1985, p. 19).

Se não são eventos econômicos, em si, e, possivelmente, estão vinculados a “valores, percepções, atitudes”, como pondera Drucker (1985, p. 19), ganha força a ideia de que se pode, através de instrumentos diversos, especialmente via educação, transformar uma sociedade, grupo ou pessoa em potenciais empreendedores, para, a partir da mudança do “espírito empreendedor” de várias células, construir um organismo social empreendedor; esta é uma das premissas dos liberais. Enfim, a partir da mudança “ideal”, transformar a realidade material. O

exemplo de desenvolvimento capitalista, alcançado pelos EUA, segundo o autor, serviria de modelo para outras nações globais.

Arruda (2005) vincula o surgimento e o fortalecimento do empreendedorismo às idéias liberais do *american way of life* nos Estados Unidos da América, anos 1920. O modo de vida americano que se propagou pelo mundo, contribuiu para a crise de 1929 e reestruturou-se no pós-guerra com o *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social). Arruda assim resume a idéia do desenvolvimento econômico americano no período:

O exemplo da moderna sociedade ocidental passou a ser o modo de vida norte-americano, o *american way of life* (modo de vida americano): altos edifícios, automóveis, eletrodomésticos. As diferenças sociais diminuía: o crédito permitia, muito mais que antes, comprar carro ou casa. O rádio, o cinema e a indústria do lazer se desenvolveram. A produção americana crescia depressa graças ao desenvolvimento técnico, ajudado pelo uso racional da mão-de-obra e pela concentração industrial, que otimizava o uso de recursos de infraestrutura. Investimentos maciços também ampliavam a produção, permitindo a redução de preços. Igualmente cresciam os investimentos no exterior: 17 bilhões de dólares em 1929, no Canadá, na Europa e na América Latina (ARRUDA, 2005, p. 346).

No Brasil, a influência do *american way of life* surge no pós-guerra alinhada às perspectivas econômicas norte-americanas, que se adensam na “Era JK” e nos governos militares. Arruda (2005) apresenta características da penetração cultural norte-americana que tomou conta do país, salientando produtos, serviços, formas de falar, de vestir, de se alimentar, de se comportar, enfim, elementos que passam a fazer parte dos costumes nacionais:

Para sermos exatos, a chegada visível de Tio Sam ao Brasil aconteceu nos anos 1940, em condições e com propósitos muito bem definidos. Proclamava-se a idéia de uma política de boa vizinhança entre os Estados Unidos e os demais países americanos. Essa boa vizinhança significaria convívio harmônico e respeitoso entre todos os povos do continente. Significaria também uma política de troca generalizada de mercadorias, valores e bens culturais. Na prática, a fantástica diferença de recursos de difusão cultural entre os dois países produziu um caminho de direção quase única, de lá para cá. [...] A partir de 1941, o Brasil foi literalmente invadido por missões norte-americanas, compostas de professores, universitários, jornalistas, publicitários, artistas, militares, cientistas, diplomatas, empresários, etc. Todos empenhados em estreitar os ditos laços de cooperação (ARRUDA, 2005, p. 379).

Na verdade, os laços sempre foram de exploração e imposição econômica imperialista, pois todo o “pacote” veio a reboque das pretensões do capitalismo e em função do processo de acumulação. O Brasil apresentava-se, na América Latina, como terreno fértil para o atendimento das pretensões do capital americano. Porém, estas considerações são insuficientes para localizar elementos significativos do empreendedorismo no país. Seu caráter ideológico vai ser sentido e adequado às condições brasileiras no conjunto das ações neoliberais, especificamente no final do século XX.

Para o tratamento central a ser dado aqui, o do sentido do empreendedorismo como elemento que se incorpora aos novos sentidos dados às ações voltadas à formação humana, há que se considerar outros aspectos, especialmente aqueles apontados por Drucker (1985, p. 11), como condição de desenvolvimento econômico e geração de empregos, ou ainda, mais recentemente, auto-emprego.

O empreendedorismo, como uma prática e uma disciplina (enquanto comportamento humano), pode ser perfeitamente aprendido e incorporado por empresas e indivíduos, na perspectiva do autor. Ainda que não seja uma vertente eminentemente econômica, a lógica da economia capitalista imprime um caráter marcadamente econômico ao termo. Este caráter não pode ser observado em uma leitura positivada do termo, que não penetre nas entranhas dos conflitos internos inerentes ao modo de produção.

Se existe esta marca econômica, há também um caráter extremamente pedagógico quando se possibilita, através de uma mudança no comportamento humano, formar o empreendedor: o indivíduo que, independente de todos os outros determinantes do seu ser social, político e econômico, pode empreender e auferir “sucesso” no capitalismo. O caráter pedagógico, além de possibilitar “formar empreendedores”, serve também para escamotear o sentido presente na idéia de trabalhadores serem seus próprios patrões. Esta premissa está presente em diversos momentos nas publicações voltadas à difusão do empreendedorismo, bem como serve de base àqueles que fazem a apologia de uma “sociedade empreendedora”. Cêa (2007, p. 311) assevera que

[...] o empreendedorismo passa a se constituir num conceito-chave para a compreensão da atual forma de articulação entre economia e educação, proposta pelos ideólogos do capital, e incorporada por inúmeras entidades da sociedade civil identificadas com as causas dos trabalhadores. Diante da retração do mercado de trabalho

formal, as práticas informais e as alternativas de auto-emprego se intensificam cada vez mais.

Além das publicações que permitem um panorama atualizado sobre este “dilema/engodo pedagógico” de formar trabalhadores empreendedores, patrões de si mesmos, há que se considerar que todos os espaços midiáticos, como redes de televisão, rádios difusoras e internet, chegando aos rincões do Brasil, levam esta mensagem cotidianamente. As duas saídas penosas para o dilema são as seguintes: o emprego e o auto-emprego.

Então, na aproximação com nosso objeto, a pedagogia empreendedora do curso “Aprender a Empreender”, do SEBRAE, faz-se necessário retomar temporal e espacialmente o período em que cresce a difusão e o fortalecimento do empreendedorismo no Brasil, assim como conhecer algumas estruturas, instrumentos/vetores que corroboraram a consolidação das condições econômicas desta inserção e a sua fundamentação dentro da base econômica nacional.

1.2 Aprender a empreender: Contextos e motivações do ideário empreendedor no Brasil

Feitas as considerações iniciais, onde foram apresentadas de forma sucinta questões conceituais sobre o empreendedorismo, tendo por base sua matriz teórica liberal e as condições histórico-materiais de sua propulsão, localizadas na economia norte-americana, cabe agora buscar o cenário e o momento histórico brasileiro em que as condições de viabilização do ideário burguês empreendedor no país se estabeleceram, especialmente aquele voltado à impregnação, na classe trabalhadora, do lema “Seja o seu patrão!”, presente no “Aprender a Empreender”, do SEBRAE.

Para a análise aqui pretendida, retornar temporal e espacialmente significa consubstanciar com determinantes históricos a observação sobre as condições de inserção da economia de mercado, no Brasil, nos anos 1990. Da mesma forma, se faz necessário observar as ações do Estado e sobre o Estado que incentivam o desenvolvimento do empreendedorismo no país.

Nos anos 1990, o Brasil preparava suas bases para a readequação à economia de mercado. A reforma e modernização do Estado, nos mais diversos ramos da atividade produtiva se tornara obsessão dos governos. Assim, a

diminuição dos postos de trabalho gerados por ação direta do Estado, com demissões e supressão de direitos trabalhistas, bem como pela introdução nas grandes empresas de novas tecnologias e estratégias gerenciais, se tornaria um grande problema a ser gerenciado pelos governos.

Dornelas (2005, p. 26) também localiza os anos 1990 como o período de maior difusão das idéias do empreendedorismo no Brasil, com a criação da Softex (Sociedade Brasileira para Exportação de Software) e o redirecionamento do papel do SEBRAE para um trabalho de apoio àqueles que buscavam informações para começar um negócio. Segundo o autor, até aquele momento não se falava em empreendedorismo e em criação de pequenas empresas no país. A conjuntura político-econômica não era favorável.

A reestruturação econômica do Estado brasileiro, no início do governo de Fernando Collor de Mello (posteriormente impedido de permanecer no cargo em função dos atos de corrupção em que seu governo estava envolvido), teve continuidade na gestão de Itamar Franco, demonstrando que o projeto neoliberal em curso estava para além dos gestores e governos. A reforma e modernização do Estado tiveram impacto em setores significativos da economia, e os projetos de privatização que consubstanciavam sua base foram ampliados e aprofundados neste período. Porém, as reformas ganharam maior amplitude e voracidade a partir do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). A criação de um Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), chefiado por Luis Carlos Bresser Pereira, aponta o intento do projeto que redesenha a função do Estado brasileiro.

O Ministro Bresser Pereira, em artigo ao Jornal Folha de São Paulo (1995), afirma que,

De fato, o papel do Estado, enquanto produtor de bens e prestador de serviços está sendo reduzido dada a crise fiscal e à ineficiência da administração pública burocrática. Em contrapartida, porém, as organizações públicas não-estatais só tendem a crescer. Primeiro, porque podem ser tão eficientes quanto as empresas privadas. Segundo, porque são uma forma de propriedade mais adequada para uma série de atividades, como a educação superior, a pesquisa científica, a saúde, e a cultura, que envolvem direitos humanos fundamentais, e produzem amplas economias externas (economias que extravasam o âmbito da organização que as produzem, não podendo ser vendidas e transformadas em lucros). Terceiro, porque, devido ao controle social a que estão submetidas, são mais

compatíveis com o regime democrático - um regime que tende historicamente a universalizar-se (BRESSER PEREIRA, 1995, p. 2).

Este conceito de público não-estatal aponta para os rumos da terceirização dos serviços e também da precarização na contratação dos trabalhadores. Um outro aspecto a ser evidenciado é o *hall* de possibilidades aberto para a criação de novas micro e pequenas empresas, com a apropriação do discurso da eficiência e do controle público sobre o fornecimento dos serviços, o que por ora daria respostas à suposta ineficiência administrativa do Estado. Figueiredo (1995) também discorre sobre as reformas estruturais dos anos 1990:

A década de 90 marcou um período caracterizado por alterações essenciais nos padrões de intervenção estatal, produto dos desdobramentos das relações capitalistas consolidadas pelo neoliberalismo. Neste sentido, as relações entre o Estado e as políticas públicas são marcadas na década de 90 por novos mecanismos e formas de gestão, sendo que esta relação está mediada pelo processo de globalização e pelo projeto neoliberal em curso que questionam o papel do Estado em relação às políticas sociais que são sintetizadas pela defesa das teses de um Estado mínimo (FIGUEIREDO, 1995, p. 1).

Este destaque salienta o caráter das políticas públicas adotadas a partir deste momento. “Os novos mecanismos e formas de gestão” neoliberais visam racionalizar as contas do governo, atendendo às determinações do capital internacional, para viabilização de investimentos externos e maior inserção da economia brasileira no comércio internacional. Ainda no que tange à economia, o processo de privatização tira vários setores da esfera de responsabilidade estatal, como o das comunicações, energia, siderurgia, entre outros.

No campo social, este Estado limita suas ações ao assistencialismo e conclama a sociedade para a resolução dos problemas agravados pelo desemprego, pela miséria e pela fome. A educação e a saúde são amplamente atingidas com seguidos cortes em seus orçamentos. Bresser Pereira (1997) mostra como se viabilizaria a prestação de serviços públicos a partir de organizações sociais não vinculadas ao Estado:

A estratégia da reforma do Estado se apóia na publicização dos serviços não-exclusivos do Estado, ou seja, na sua absorção por um setor público não-estatal, onde, uma vez fomentados pelo Estado, assumirão a forma de organizações sociais. Essa forma de parceria entre sociedade e Estado, além de viabilizar a ação pública com mais agilidade e maior alcance, torna mais fácil e direto o controle social,

mediante a participação, nos conselhos de administração, dos diversos segmentos beneficiários envolvidos. As organizações nesse setor gozam de uma autonomia administrativa muito maior do que aquela possível dentro do aparelho do Estado. Em compensação, seus dirigentes são chamados a assumir uma responsabilidade maior, em conjunto com a sociedade, na gestão da instituição (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 11).

A redução no papel do Estado não ficou restrita à esfera da prestação de serviços públicos. A inversão neoliberal do “mínimo no social” se arvorou em achacar os direitos trabalhistas. Neste sentido, o fim da estabilidade, o programa de demissão voluntária de funcionários públicos, a redução de concursos públicos, a terceirização de serviços, entre outras medidas, entram na pauta das discussões, tanto dos governos, como dos empresários e entidades sindicais. O fato é que o emprego formal não se estabeleceu como prioridade dos contratantes e a informalidade cresceu vertiginosamente no Brasil.

Segundo Silva Júnior (2002, p. 45), no governo FHC se intensificaram as ações para reforçar o Estado como um instrumento reprodutor do capital. Sendo assim, a entrega de setores diversos para a exploração pela iniciativa privada em substituição ao governo tornou-se uma estratégia utilizada em larga escala. No discurso, o Estado, afastado das questões específicas de mercado, poderia dedicar-se com maior adaptabilidade, competência, eficácia, e eficiência à área social. Porém, nessa área, o que se viu foi um Estado centralizador, gestor, avaliador e caritativo, que não deu conta de atenuar os efeitos da crise social dos anos 1990.

Com uma enorme massa de trabalhadores desempregada, sem alternativas para vender sua mão de obra para manter a subsistência, a precarização da contratação da força de trabalho se intensifica, assim como o discurso do empreendedorismo e da empregabilidade. Antunes (2004, p. 21) exemplifica como o processo se deu no setor bancário e se espalhou por todos os outros setores da economia:

Como conseqüência das práticas flexíveis de contratação da força de trabalho nos bancos (através da ampliação significativa da terceirização, da contratação de trabalhadores por tarefas ou em tempo parcial), vem ocorrendo uma maior precarização dos empregos e dos salários, aumentando o processo de desregulamentação do trabalho e da redução dos direitos sociais para os empregados em geral e para os terceirizados em particular.

O discurso da reforma procurou “conciliar” interesses diversos, para tanto a inculcação ideológica fazia a mediação entre os interesses do capital e os da classe trabalhadora. Impregnou-se a idéia de que o público não era funcional, e o intencional sucateamento dos serviços públicos aparece como caminho “natural”, bem como assim o era o das privatizações. Bresser Pereira (1997) coloca a viabilidade das reformas como proposição para agradar liberais e conservadores:

Partirei da premissa de que o Estado é fundamental para promover o desenvolvimento, como afirmam os pragmáticos de todas as orientações ideológicas, bem como uma maior justiça social, como deseja a esquerda, e não apenas necessário para garantir o direito de propriedade e os contratos - ou seja, a ordem - como quer a nova direita neoliberal (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 2).

O número de trabalhadores desempregados crescente e, em consequência, o agravamento dos problemas sociais, passaram a ser combatidos, em tese, pelos projetos que compunham o “Programa Comunidade Solidária” (carro chefe das políticas sociais da “Era FHC”), encabeçado pela então Primeira Dama, Ruth Cardoso. As políticas públicas de caráter compensatório entraram em cena para amainar o conflito de classe e frear o ímpeto dos trabalhadores, resignados com a condição de miserabilidade a que estavam subjugados. Neste quadro, de economia globalizada, coube aos governos gerenciar a crise do capital, buscando responsáveis por tal situação.

Ideologizando a falta de postos de trabalho, os governos buscaram focar na pouca qualificação dos trabalhadores para ocupar os “novos” empregos gerados na dita “Era do Conhecimento”. Focaram também na flexibilização e desregulamentação do trabalho, como forma de ampliar a oferta de emprego em virtude da redução dos encargos a serem pagos pelos empregadores. O Estado que se redesenhava traria “flexibilidade” e “capacitação” dos recursos humanos ao mercado de trabalho. Bresser Pereira (1997) deixa transparecer a “nova face” deste Estado:

Nossa previsão é a de que o Estado do século vinte-e-um será um Estado Social-Liberal: social porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico; liberal, porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, porque realizará seus serviços sociais e científicos principalmente através de organizações públicas não-estatais competitivas, porque tornará os mercados de trabalho mais flexíveis, porque promoverá a capacitação dos seus recursos humanos e de

suas empresas para a inovação e a competição internacional (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 21).

Medidas governamentais vinculadas a esta redução do Estado, no campo social, que atiraram na informalidade e nas formas precarizadas de contratação contingentes cada vez maiores de trabalhadores, foram sendo introduzidas pela União, estados e municípios. Porém, para escamotear o sentido das medidas, seria necessário um discurso que vinculasse o desemprego estrutural à responsabilidade de cada indivíduo no processo de capacitação pessoal para ser inserido no mercado de trabalho, ou ainda, na consolidação do auto-emprego. Cêa (2007) evidencia dois aspectos das proposições para a formação humana: de um lado imprimem a necessidade do indivíduo buscar por vias outras a sua sobrevivência, e de outro escusam o Estado de cumprir seu papel, no que tange ao enfrentamento mínimo em relação ao desemprego estrutural, ficando apenas com seu viés de ente de classe para amainar o conflito entre trabalhadores e o capital:

Primeiro, o enfrentamento da problemática do desemprego, no atual contexto das relações capitalistas de produção, requer uma dupla condição: que os sujeitos busquem, deliberadamente, formas próprias e autônomas de sobrevivência, e que os mesmos se proponham a tomar a iniciativa de empresariar suas individualidades. Segundo, na medida em que a pobreza e a miséria se aprofundam como elementos estruturais do movimento econômico e político em curso, é necessário que sejam administradas, papel que cabe ao Estado, uma vez que o mercado se constitui no espaço, por excelência, do *laissez faire*. Em ambos os aspectos, a qualificação profissional, em especial, e a educação dos sujeitos, em geral, podem contribuir para o controle da miséria e para a contenção de conflitos sociais. Eis o fundamento material da noção do empreendedorismo (CÊA, 2007. p. 313).

Entre tantas outras ações, os governos puseram o foco no discurso da empregabilidade, visando o emprego, e do empreendedorismo, visando o auto-emprego, para impulsionar os trabalhadores a buscarem qualificação profissional, se “desvincularem” do Estado, ou ainda, de seus patrões, na possibilidade de constituir uma pequena empresa e terem “sucesso” no modo de produção capitalista. Neste sentido, o SEBRAE ganha destaque, por ser o principal instrumento a serviço do capital com esse intuito, e por formular parcerias com setores diversos, visando oportunizar a (con)formação dos trabalhadores na consecução de novos negócios, dentro da lógica do capital. Cêa (2007, p. 310) aponta em seus estudos que:

[...] a noção de empreendedorismo serve de mediação entre a possibilidade de conseguir emprego ou ocupação e a persistência de um contexto marcado pela restrição de empregos formais, regulamentados, fundados em direitos do trabalho. Tal noção, dessa forma, enraíza e dá sentido à idéia de empregabilidade, porque traduz, de fato e mais fielmente, a impossibilidade de reversão do tímido papel do mercado formal, mantidas as características do padrão de acumulação predominante do capitalismo mundializado, e lança aos próprios indivíduos a responsabilidade sobre sua condição social. “Ter emprego” sucumbe ante a noção de “ser empreendedor”.

Diante das condições de consolidação do ideário neoliberal no Brasil, da reformulação do papel do Estado, do processo de privatização a ele inerente, das consequências para o mundo do trabalho, surgem outras formas de organizar a produção e o consumo, neste emaranhado em que se transformou o modo de produção capitalista, para superar suas crises e envidar esforços para se perpetuar como hegemônico, mantendo o *status quo* que permite à burguesia se locupletar dos resultados do trabalho humano. Diante disso, e para viabilizar o ideário burguês empreendedor no país, especialmente aquele voltado à impregnação ideológica da classe trabalhadora, surge o lema “Seja o seu patrão!”, estruturado em instrumentos diversos, entre estes o curso “Aprender a Empreender”, do SEBRAE, conforme veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

APRENDER A EMPREENDER: O SEBRAE E OUTROS INSTRUMENTOS E VETORES PARA A CONFORMAÇÃO HUMANA

Expostas algumas condições histórico-materiais para a propagação do lema ideológico “Seja o seu patrão!”, cabe agora evidenciar alguns instrumentos que iniciam este processo de inculcação sobre a classe trabalhadora e que desenvolvem vetores diversos e formas didáticas para facilitar a apreensão sobre o empreendedorismo.

Neste sentido, algumas instituições estarão na linha de frente da propagação da idéia no país: o SEBRAE, órgãos governamentais nas três esferas de poder, bem como nos âmbitos municipal, estadual e federal, o Instituto Empreender *Endeavor* (que significa esforço, em inglês), a ONG Visão Mundial, a Fundação Roberto Marinho, a Rede Globo de Televisão (com canais abertos e fechados de TV – Futura e Globo News em toda a programação), enfim, toda mídia de grande alcance, a serviço do capital, vem sendo utilizada sobremaneira para dar cabo a esta mensagem.

No decorrer do texto expõe-se a forma de atuação de algumas delas, porém o foco principal está no SEBRAE, em função de sua história estar vinculada aos primeiros indícios de uma proposição empreendedora no país com o caráter exclusivo de (con)formar o trabalhador em empreendedor.

O SEBRAE é uma das instituições que possui grande intento em ampliar o debate sobre o empreendedorismo como sinal de um “novo tempo”. Para isso utiliza ferramentas que debatem a inclusão do empreendedorismo como disciplina escolar, nos cursos e estágios para trabalhadores e estudantes e na formação humana de uma maneira geral, visando a formação de indivíduos concatenados neste momento histórico, com o intento impingido pelo capital. Indivíduos capazes de gerar seu próprio emprego e condições de subsistência, segundo a ótica do modo de produção. Dornelas (2005. p. 26) assevera que, além do SEBRAE, outro órgão é precursor das ações no país:

O Sebrae é um dos órgãos mais conhecidos do pequeno empresário brasileiro, que busca junto a essa entidade todo suporte de que precisa para iniciar sua empresa, bem como consultorias para resolver pequenos problemas pontuais do seu negócio. O histórico

da entidade Softex pode ser confundido com o histórico do empreendedorismo no Brasil na década de 1990. A entidade foi criada com intuito de levar as empresas de Software do país ao mercado externo, por meio de várias ações que proporcionavam ao empresário de informática a capacitação em gestão e tecnologia (DORNELAS, 2005. p. 26).

Entretanto, o SEBRAE é a entidade que se afirma nacionalmente como referência para a análise do empreendedorismo no país. Ela representa um instrumento utilizado pelo modo de produção capitalista para desenvolver seus propósitos no Brasil. Mancuso (2002, p. 9), representante da instituição, aponta a importância do SEBRAE para o desenvolvimento econômico do país:

Números são importantes, mas insuficientes para dimensionar o papel do SEBRAE, hoje, na cena brasileira. Atrás das estatísticas estão pessoas, com crenças e sonhos, qualidades e limitações. Gente que muitas vezes busca nos pequenos empreendimentos a única saída possível diante de um mercado de trabalho reduzido e competitivo. São muitos milhões os brasileiros de maior ou menor capacidade, preparados ou não, mas dispostos a seguir ou prosseguir no caminho da auto-realização, do empreendedorismo. Orientando, capacitando, criando oportunidades e reduzindo riscos, vem o SEBRAE. Neste sentido, firma-se como instituição nacional.

A penetração do SEBRAE como um dos instrumentos orientadores do discurso ideológico do empreendedorismo e executor de sua implementação em várias instâncias pode ser percebida de forma significativa quando se faz um levantamento de fontes acadêmicas dos periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior, instituição ligada ao MEC - Ministério da Educação), vinculando empreendedorismo e educação. Chega-se ao resultado de 117 produções (entre teses e dissertações) e, em sua grande maioria, o SEBRAE encabeça os projetos nesta área. Percebe-se, também, a grande permeabilidade da instituição no plano nacional, espalhada por todos os estados da federação, com mais de 600 postos de atendimento e a página na rede mundial de computadores. Seus vínculos também são propulsores da sua difusão, como aponta Mancuso (2002, p. 9):

O SEBRAE tornou-se uma instituição nacional porque perseguiu, ao longo do tempo, de forma coerente e obstinada, finalidades e objetivos claramente definidos, traduzido no apoio e estímulo às micro e pequenas empresas. Porque formou a sua própria cultura e vem promovendo, competentemente, ações eficazes estrategicamente orientadas para alcançar esses objetivos. Porque se organiza como um sistema de entidades atuando de forma aberta,

autônoma, descentralizada, diversificada. Porque, situando-se nas interfaces da esfera pública e privada da sociedade, articula em redes, em torno de seus programas e projetos, uma multiplicidade de outras entidades, estatais (da União, Estados e Municípios), da iniciativa empresarial e da comunidade. E porque, finalmente, sua contribuição tem sido altamente relevante para o desenvolvimento brasileiro das últimas décadas.

Olhar o SEBRAE hoje com toda a sua estrutura e o trabalho desenvolvido no campo do empreendedorismo não permite adentrar no curso histórico de sua existência para evidenciar algumas razões da magnitude de seu trabalho em favor do capital, como por vezes encontramos no livro alusivo aos 30 anos da instituição (MANCUSO, 2002). Percorrer alguns caminhos de sua trajetória permite um olhar mais acurado, para buscar outras evidências importantes para nosso objeto central. Como por exemplo, o fato do SEBRAE (à época CEBRAE - Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa) ter nascido como empresa pública vinculada ao Estado, ter sido quase extinto na Era Sarney e ganhar um novo papel nos anos 1990, tornando-se uma empresa privada sem fins lucrativos.

No início dos anos 1970, não se conferia importância social e econômica aos pequenos negócios, bem como não havia espaço nas políticas públicas governamentais para o pequeno empreendedor.

O SEBRAE nasce como suporte de capacitação empresarial a programa de crédito destinado a média empresa. Cresce ampliando sua ação nos Estados, incorpora iniciativas pioneiras. Prepara seus quadros como consultores em ações de assistência técnica pontuais, inicialmente ligadas à concessão de crédito, e, gradativamente ampliadas, com ou sem crédito, a pequenas e microempresas, nas quais logo concentra sua ação (MANCUSO, 2002, p. 9).

Os anos 1980 apresentaram eventos significativos no campo político e econômico nacional, que combinaram estagnação econômica e mobilização social¹. Segundo Mancuso (2002), esse foi um período de redefinição para o SEBRAE, quando foram alteradas as características originárias da entidade:

¹ Alguns episódios podem ser citados para caracterizar o contexto de crise dos anos 1980: o fim do Regime Militar, com a reorganização política partidária e dos movimentos sociais; a chamada “Nova República”, com a eleição indireta de Tancredo Neves (falecido antes da assunção ao cargo) para Presidente, e a posse de José Sarney. No campo econômico, foi uma década de estagnação econômica, de dívida externa exacerbada e hiperinflação, com empobrecimento dos trabalhadores. A reconstitucionalização do país, em 1988, e a disputada eleição entre Lula e Collor, com projetos, em tese, representando os trabalhadores e a burguesia, respectivamente, marcaram o fim da década.

Nos conturbados anos 80, de lutas e sacrifícios internamente para todos, o Sistema SEBRAE soube tirar lições da crise. Abriu-se à sociedade e a movimentos que reivindicavam uma política econômica que levasse em conta as necessidades do empresário de menor porte. Desses “anos de chumbo” nasceram, dialeticamente, as condições que levaram ao atual modelo institucional do SEBRAE, pelo que se mobilizaram lideranças empresariais e pequenos empreendedores, com o apoio da opinião pública e do Congresso (MANCUSO, 2002, p. 13).

Esta redefinição visa à adequação às novas determinações do capital. Após a vitória eleitoral, Collor implantou, em 1990, medidas que visavam intensificar a inserção do país na economia globalizada. Para isso, segundo Dias (2006, p. 66), resolveu enxugar o volume circulante, congelando as reservas em aplicações, incluindo as cadernetas de poupança e contas correntes, e modificando contratos privados. Collor também teve como alvo a estrutura do Estado, e extinguiu órgãos públicos, exonerando e pondo em disponibilidade milhares de servidores. Com isso, iniciou um processo que se arrastaria por toda a década, dentro da lógica das privatizações (DIAS, 2006, p. 66).

Nesta linha, afirma Boito (1999, apud. DIAS, 2006), a ordem geral do governo Collor era liberalizar a economia, estimular a concorrência internacional e, sobretudo, privatizar as empresas estatais. Com este viés neoliberal, o governo Collor promoveu um agravamento da concentração de renda e propriedade, que passou inicialmente das mãos dos trabalhadores para as empresas e, a seguir, das pequenas e médias empresas para as grandes, e da empresa nacional para os grupos estrangeiros.

Nos anos 1990, a economia de mercado impõe às empresas brasileiras uma necessidade de rápida reestruturação para competir no mercado. A redução de barreiras alfandegárias facilitou a entrada de empresas estrangeiras, já organizadas segundo os critérios de qualidade e produtividade, trazendo grande pressão aos setores produtivos nacionais. Mancuso (2002) afirma que, se para as grandes empresas a adequação era difícil, para as pequenas e médias o desafio era ainda maior.

Torna-se um objetivo estratégico para o País induzir e acelerar as transformações necessárias. O que leva o governo a criar o PBQP – Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade. Nesse contexto, uma estrutura pronta como a do SEBRAE, direcionada à modernização e promoção dos negócios de menor porte, não pôde ser ignorada. Porém, a conjugação entre as necessidades do PBQP

e as respostas que o CEBRAE tem a oferecer não se dá de imediato (MANCUSO, 2002, p. 93).

O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP) foi a forma encontrada pelo governo para auxiliar as empresas nacionais na realização das transformações voltadas à adequação às regras da competitividade global, impostas pelo mercado, dentro da lógica do capital.

Segundo Mancuso (2002), havia, naquele momento histórico, ameaças à possibilidade de utilização do CEBRAE – até então um órgão público – para prestar auxílio no desenvolvimento do PBQP. Isto porque a Medida Provisória 151/90, do governo Collor, previa a desvinculação de vários órgãos do governo, incluindo o então CEBRAE.

Dentro do Congresso Nacional, setores ligados ao capital redefiniram seu papel e fortaleceram o órgão. Na visão de um dirigente, na época,

[...] pela sua capilaridade, pela ação efetiva que sempre exerceu na ponta, junto à pequena empresa, o CEBRAE sempre teve uma defesa política muito grande. Nas duas ocasiões (a primeira no governo Sarney) em que o Executivo tentou acabar com o sistema CEBRAE, o Legislativo vetou (MANCUSO, 2002, p. 93).

Como resultado desta tensão, o SEBRAE assume uma nova função, sendo desvinculado da esfera governamental e organizado como serviço social autônomo, alinhado ao desenvolvimento do capital no país, passando a ser uma entidade de apoio às micro e pequenas empresas brasileiras. Segundo Mancuso (2002, p. 96), a reformulação legal foi o caminho que possibilitou estas mudanças. Nestas, os primeiros passos para a condução do ideário empreendedor no país:

A grande virada – Desvinculado do aparelho estatal, o SEBRAE com "S" conquista meios mais efetivos de promoção dos pequenos negócios, em sintonia com as estratégias governamentais voltadas ao processo de desenvolvimento do País. Em 09 de outubro de 1990, o Decreto nº 99.570 altera a denominação do CEBRAE para Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o SEBRAE com "S". O decreto complementa a Lei nº 8.029, de 12 de abril do mesmo ano, que autoriza o antigo CEBRAE a desvincular-se da administração pública, mediante sua transformação em serviço social autônomo. [...]

Conforme a Lei nº 8.154, compete ao SEBRAE: "planejar, coordenar e orientar programas técnicos, projetos e atividades de apoio às micro e pequenas empresas, em conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento, particularmente as relativas às áreas industrial, comercial e tecnológica" (MANCUSO, 2002, p. 96).

Concatenado com as determinações do capital, servindo de instrumento ideologizante e com ações materializadas, com o intento de retroalimentação do modo de produção capitalista, o SEBRAE seguiu o caminho das organizações que prestam serviço público não-estatal. Neste sentido, aquela perspectiva traçada para as políticas públicas, visando amenizar o conflito de classe, passou a valer para o cumprimento do papel do “novo” SEBRAE.

O discurso do órgão defendia alguns pilares liberais burgueses como democracia, cidadania e solidariedade, no “enfrentamento” dos problemas da sociedade brasileira. Neste sentido, começou a debater possíveis soluções para amainar as mazelas sociais geradas pelo núcleo do capitalismo. Mancuso (2002) reflete a direção do tratamento dado pelo SEBRAE aos impactos econômicos sobre os problemas sociais:

Fatores estruturais e conjunturais, bastante conhecidos, fazem com que se agrave o desemprego no País, a partir dos anos 80. No início de 1994, quase um milhão de pessoas estão desempregadas, nas áreas metropolitanas; ou 8 milhões, vista a situação de desemprego de forma mais ampla.

Em conseqüência, aumenta o setor informal da economia, com o crescimento do trabalho por conta própria e do assalariamento sem carteira assinada. Essa questão do desemprego, nos anos 90, comparece seguidamente como uma das maiores preocupações dos brasileiros nas pesquisas de opinião pública (MANCUSO, 2002, p. 112).

Para conhecer a realidade e consubstanciar os dados sobre geração de empregos formais e mapear o mercado informal, já apontando para as diretrizes da instituição, em 1996 o SEBRAE faz acordo com o IBASE (Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica), denotando intento de desenvolver ações voltadas ao mercado de trabalho. Segundo Mancuso (2002, p. 92), em 1994, estes órgãos, juntamente com a Associação Brasileira de Imprensa, promoveram o “II Seminário Gerar Empregos – Essa é a Saída”, com a representação de vários setores sociais e participação dos candidatos à presidência da república. Na ocasião, o SEBRAE recebeu o apoio do sociólogo Herbert de Souza – Betinho, do IBASE, “[...] à cruzada de Afif Domingos e de Mauro Durante em favor de um ordenamento legal favorável ao desenvolvimento dos pequenos negócios” (MANCUSO, 2002, p. 92).

Os projetos de geração de emprego e renda estariam diretamente relacionados com o Programa Ação da Cidadania, que visava combater a fome e a miséria no Brasil ou, no plano mais de fundo, amenizar o conflito de classes. O

impulso aos pequenos negócios ganhou espaço e passou a ser tomado como instrumento para a redução do desemprego. Uma das metas era auxiliar no planejamento e organização administrativos para que os pequenos empreendedores conseguissem manter suas empresas “vivas”, ou seja, possibilitar condições de competição com empresas estrangeiras ou de grande porte, ou aquelas com maior tecnologia.

No cenário globalizado, a partir dos anos 1990, diante do desenvolvimento tecnológico e das comunicações, o planejamento e a organização administrativa ganharam importância, dentro da lógica concorrencial do capital. Seguindo esta lógica, alguém, no Brasil, precisava ensinar a empreender! Se a redução de postos de trabalho, dentro da mesma lógica, aparentava ser ocasionada pelo uso de “novas tecnologias poupadoras de mão de obra”, outro caminho havia de ser trilhado pelo governo para dar novo combustível ao capital para, desta forma, escamotear a impossibilidade do modo de produção capitalista de inserir a todos. Por outro lado, isso tirava do governo e de seus direcionamentos neoliberais a responsabilidade por não gerenciar políticas públicas voltadas a combater o desemprego.

No Brasil, as “novas tecnologias” ganharam espaço na produção, na circulação e no consumo. A intensidade dessa inserção ampliou-se sobremaneira com a invasão de produtos importados. Da mesma forma, a “administração empreendedora” veio associada às idéias de inovação, de competição por mercados, de mudança de comportamento empresarial, de capacitação da força de trabalho visando aumento de produtividade e, conseqüentemente, das taxas de lucro.

As formas gerenciais que ampliaram sobremaneira a exploração sobre o trabalhador, a exemplo daquelas utilizadas nas empresas dos países do centro do capitalismo, passaram a fazer parte do cotidiano nacional. Elas representam, para Drucker (1985), no caso americano, muito mais do que as “novas tecnologias”:

A Administração é a nova tecnologia (e não apenas uma nova ciência ou invenção qualquer) que está fazendo da economia americana uma economia empreendedora. Está também a ponto de fazer da América uma sociedade empreendedora. Realmente, pode haver maiores perspectivas nos Estados Unidos, e nas sociedades desenvolvidas em geral, para inovação social em educação, assistência médica, governo e política do que em negócios e na economia. E, repetindo, o empreendimento na sociedade, absolutamente necessário, requer, sobretudo, a aplicação dos conceitos básicos, a *techné* básica, da Administração para

problemas novos e oportunidades novas. Isto quer dizer que agora é o momento para fazer pelo empreendimento e inovação o que primeiro fizemos pela administração em geral cerca de trinta anos atrás: estabelecer os princípios, a prática e a disciplina (DRUCKER, 1985, p. 24).

Enfim, a “administração empreendedora” citada por Drucker ganhou espaço no modo de produção capitalista. No Brasil, o SEBRAE é um dos instrumentos de irradiação de seus preceitos. Para que o empreendedorismo se alastre no intento de atender aos anseios do capital, ele precisa penetrar e se arraigar no seio da classe trabalhadora.

Uma das facetas ideológicas de maior força do ideário socializado pelo SEBRAE é “Seja o seu patrão!”. Ela inverte a lógica de classe própria da ordem capitalista. Que trabalhador nunca sonhou em ser patrão de si mesmo? Este debate será feito adiante, no texto.

Pesquisas do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) apontam o alto grau de empreendedorismo do “povo brasileiro”, porém ressaltam o fato de que, em grande medida, o empreendedor daqui se faz por “necessidade” e não por “oportunidade”, quadro que se modifica nos últimos anos, e pode ser verificado na página da internet do GEM e do próprio SEBRAE².

A compreensão desta diferenciação é de suma importância, pois transformar o trabalhador brasileiro em empreendedor por oportunidade, “aquele baseado no planejamento e na estratégia”, hoje é um dos principais focos do SEBRAE. A mudança deste comportamento, para tornar-se empreendedor por “oportunidade”, faz-se a partir da educação. Esta crença é um pilar dos propósitos do SEBRAE, observável sobremaneira no curso “Aprender a Empreender”, objeto central de nossa análise, e que também começa a nortear as ações governamentais.

Estes passos da história do SEBRAE, grande parte contados a partir da própria versão da instituição, no livro comemorativo dos seus trinta anos (MANCUSO, 2002), representam momentos significativos, mas o essencial para o trabalho aqui pretendido é que resumem a idéia de que o SEBRAE, quase extinto nos governos de José Sarney e Fernando Collor, passa a cumprir um outro papel no Brasil, para atender aos interesses do capital. De órgão governamental focado no crédito para empresas médias, passa a executar a função de apoio às micro e pequenas empresas, com o objetivo de fomentar o planejamento, a organização,

facilitar meios de formalização legal, enfim, estimular o surgimento e auxiliar as novas empresas a permanecerem no mercado. Mas o SEBRAE não está sozinho nessa empreitada, como veremos a seguir.

2.1 Aprender a Empreender e outros vetores para a conformação humana

Há em curso, desde os anos 1990, uma estratégia e uma prática do capital voltada à constante adequação do Brasil aos ditames do neoliberalismo. Juntamente com a redução do papel do Estado estão outras ações, entre elas a que por ora se analisa: a difusão da noção de empreendedorismo presente no curso “Aprender a Empreender”, direcionado à classe trabalhadora como alternativa de emprego e renda, com o intuito de inculcar ideológica e politicamente nos trabalhadores a noção “Seja seu patrão!”. A análise permite trazer alguns elementos significativos desta prática. Tentar compreender algumas faces da incorporação destas idéias possibilita aos trabalhadores uma postura mais segura em relação aos intentos do capital neste momento histórico.

No que tange ao empreendedorismo, o SEBRAE não está só, muito pelo contrário, há toda uma rede gerenciada e influenciada pela burguesia para disseminar a idéia. E não só nas empresas privadas, organizações não governamentais ou intentos isolados.

Além do SEBRAE, outros vetores menores também estão presentes no cotidiano da classe trabalhadora, servindo de instrumentos de propagação do ideário empreendedor: o Portal do Empreendedor, o Instituto Empreender *Endeavor*, a ONG Visão Mundial, o movimento “Bota Pra fazer”, as Revistas Você S/A e Meu Próprio Negócio. Enfim, são incontáveis os instrumentos federais, estaduais e municipais, públicos e privados que difundem direta ou indiretamente as idéias empreendedoras no Brasil. Estas ações hoje são vistas até nos órgãos de classe, sindicatos e movimentos sociais.

No âmbito governamental, a preocupação com a criação e a manutenção de micro e pequenas empresas está presente em diversas iniciativas ligadas às políticas do Estado. Nesse sentido, algumas medidas dos últimos governos podem ser destacadas e, junto a elas, a participação efetiva do SEBRAE.

² Consultar: <<http://www.gembrasil.org.br/home/>>; <<http://www.sebrae.com.br/>>.

Sob o manto de uma perspectiva que conclamava o trabalhador a empreender e constituir seu próprio negócio, o Programa Brasil Empreendedor, criado em 1999 pelo governo FHC, representava, no campo econômico, uma política pública de renegociação de dívidas, de auxílio e crédito às pequenas empresas e, no campo pedagógico, uma política de “capacitação” de empresários e empreendedores. Segundo Mancuso (2002, p. 162),

O Brasil Empreendedor é anunciado, no dia 05 de outubro de 1999, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, ocasião em que também sanciona o Novo Estatuto da Pequena Empresa. Paralelamente, o governo federal abre a possibilidade de que micro e pequenos empresários com débitos tributários e previdenciários refinanciem suas dívidas participando do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS). Renegociando os débitos, em condições vantajosas, a empresa devedora passa a ter direito à Certidão Negativa de Débitos e à baixa de sua inscrição no CADIN – Cadastro de Inadimplentes, possibilitando sua participação no Brasil Empreendedor. [...] O desafio da capacitação em massa, exigido pelo Brasil Empreendedor, leva o SEBRAE a disponibilizar, via Internet, o curso “Iniciando um Pequeno Negócio”, e a veicular programa de capacitação no Canal Futura, em parceria com a Fundação Roberto Marinho.

O Programa Brasil Empreendedor vai ser “carro chefe” de muitas outras experiências públicas e privadas que se constituíram como instrumentos de fortalecimento do empreendedorismo no Brasil. Os representantes do grande capital e dos meios de comunicação encaminharam uma empreitada, via Estado, de expansão do empreendedorismo, como alternativa de geração de emprego e renda. Relembrando alguns condicionantes históricos do SEBRAE já apresentados, retomamos Mancuso (2002, p. 162):

No efervescente processo interno de redirecionamento e de reestruturação, os técnicos do Sistema SEBRAE enfrentam, ao mesmo tempo, outro desafio sem precedentes: operacionalizar o programa Brasil Empreendedor. Em onze meses, o programa leva conhecimento empresarial a 1,4 milhão de pessoas, com o envolvimento de todas as unidades do SEBRAE e de 5 mil agentes empresariais, e gera nos bancos oficiais financiamentos para pequenas empresas num montante superior a 10 bilhões. O programa é visto por todos como verdadeira “prova de fogo” para o Sistema em transformação. Afinal, o Brasil Empreendedor congrega características com as quais o novo SEBRAE se identifica, a começar pela extensão dos seus benefícios, rompendo a barreira do milhão, passando pela mobilização de um sem número de parceiros estratégicos.

No governo Lula, em 2006, foi criado o “Simples Nacional”, conhecido também como “Super Simples”, um regime de arrecadação que facilita a formalização das micro e pequenas empresas com um sistema de impostos simplificado; em 2009 foi aprovada a Lei Complementar 128/2008, que criou a figura do Microempreendedor Individual, de forma que qualquer trabalhador autônomo pode se tornar um empreendedor individual (um empresário de si mesmo), bastando, para isso, inscrever-se no Portal do Empreendedor³. Novamente, iniciativas governamentais vão contribuir para a afirmação do SEBRAE como a grande entidade nacional propagadora do ideário e da prática empreendedora.

Essas medidas estimulam e dão sentido a ações de outras entidades privadas que se voltam para a disseminação da cultura empreendedora no país.

Em entrevista à Revista Meu Próprio Negócio (MPN) – Empreender na Prática (2009, p. 20), Rodrigo Teles, diretor presidente do Instituto Empreender *Endeavor* fala sobre a consecução de novos negócios, a missão da instituição e a propagação do empreendedorismo no país. No Brasil, desde 2000, o Instituto Empreender *Endeavor* é uma entidade sem fins lucrativos que atua com o objetivo de incentivar o empreendedorismo em todo o território nacional, e o faz pedagogicamente, apresentando “excelentes exemplos de gestão”.

O trabalho é feito por empresários de sucesso, voluntários, *coaching* (tutores), que podem ensinar os primeiros passos àqueles que desejam abrir o próprio negócio. O Instituto propõe valorizar o empreendedorismo de oportunidade, calcado no planejamento e na estratégia, seleciona empresas para serem auxiliadas e seu trabalho também visa propagar e viabilizar a idéia no ensino básico e superior.

Na percepção do Instituto Empreender *Endeavor*, em menos de 20 anos houve avanço significativo na incorporação da ideia do empreendedorismo no Brasil. Segundo Rodrigo Teles,

Levando em consideração a cultura empreendedora, o amadurecimento da mentalidade do brasileiro é o fato percebido com maior clareza. Hoje cresce o número de pessoas abrindo o próprio negócio, porque há um mercado a ser explorado. Diferente de dez anos atrás, quando era mais comum investir, devido à falta de opção (MEU PRÓPRIO NEGÓCIO, 2009, p. 21).

³ Conferir em: < <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>>.

O Instituto afirma haver uma melhoria significativa na qualidade dos empreendedores, indicando que, em 2009, diferentemente de uma década atrás, o empreendedor de “oportunidade” – que pesquisa, planeja e analisa, antes de constituir-se enquanto pequeno empresário – cresce em relação ao empreendedor por “necessidade”, motivado pela perda do emprego e pela falta de perspectiva profissional. O Instituto ainda aponta aspectos da melhoria desta qualidade:

Existem alguns indicadores confiáveis. O SEBRAE aponta a redução do número de firmas falindo anualmente. Além dele, o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) pesquisa e analisa o nível de empreendedorismo em mais de 40 países. O estudo desse órgão separa claramente a oportunidade da necessidade. O Brasil está entre os dez países mais empreendedores do mundo e a quantidade de companhias abertas por oportunidade cresce a cada ano. Os dados revelam a maturidade e o avanço do setor (MEU PRÓPRIO NEGÓCIO, 2009, p. 21).

Os planos do Instituto Endeavor coadunam-se com as perspectivas de difusão do empreendedorismo no país. Tais planos implicam em organizar nas escolas, de forma interdisciplinar, atividades diversas onde possam ser aplicados os conhecimentos da administração empreendedora, mas a proposta desta inserção está presente em um conjunto maior de ações. Dolabela (1999) dá o indicativo da ampliação do projeto, onde assevera ser imprescindível a união das forças sociais, e sugere

Propagar o ensino de empreendedorismo para todos os níveis educacionais. A universidade é ponto de partida, porque ela é uma forte formadora de opinião e multiplicadora do saber. Mas é preciso disseminar a cultura empreendedora desde o primeiro degrau do sistema educacional, pois só assim iremos criar o que chamamos de “incubadora social” – em que toda a sociedade estará envolvida por uma cultura que sinalize positivamente para valores empreendedores que priorizam a geração e distribuição de riquezas, a inovação, a cidadania, a ética, a liberdade em todos os níveis, o respeito ao homem e ao meio ambiente (DOLABELA, 1999, p. 62).

Nesta sugestão há uma inversão clara de que a cultura empreendedora será o suporte do desenvolvimento econômico, sendo que este não se faz a não ser pelo trabalho humano. A segunda inversão exposta relaciona-se ao envolvimento da sociedade e a valores que indicam geração e distribuição de riqueza, como se estes também estivessem vinculados a “valores”, e não à essência da sociedade do capital, calcada no lucro.

Dolabela (1999), em uma segunda sugestão, fala da necessidade do estímulo à pesquisa na área do empreendedorismo:

Anualmente a Anprotec [ANPROTEC – Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores] promove a mais importante conferência na área – o Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, já em sua nona edição, no qual são apresentados trabalhos técnicos e científicos. Mas é importante que seja criado um Congresso Brasileiro de Empreendedorismo, que estimule a pesquisa na área e seja ponto de encontro de todos os envolvidos com o empreendedorismo – a comunidade acadêmica, praticantes, empreendedores, sistemas de suporte – e que promova um permanente intercâmbio com pesquisadores de todo o mundo. Para se inserir no cenário mundial de pesquisa na área de empreendedorismo, é imperativo que o Brasil tenha um capítulo atuante do ICSB – *Internacional Council for Small Business* (DOLABELA, 1999, p. 63).

No campo da produção de conhecimento sobre o empreendedorismo, as pesquisas estão a “pleno vapor”, como pode ser confirmado pela seleção de resumos de teses e dissertações acessados no banco de teses da CAPES, com o tema empreendedorismo e educação, conforme já citado anteriormente. Diversos projetos, especialmente no campo da administração e engenharia, são evidenciados na busca pelo portal da entidade. Deve-se ressaltar, entretanto, que os estudos não se restringem aos campos citados, mas difundem-se sobremaneira para outras áreas, evidenciando o intuito de pôr em prática as condições que propiciem a estruturação de uma sociedade empreendedora. Contudo, não é muito grande a incidência de estudos que analisem contextual e criticamente o tema do empreendedorismo.

No mercado editorial, uma obra em especial tornou-se uma referência para os difusores do empreendedorismo no país, pois possui uma forma de ensinar empreendedorismo muito própria, que busca trazer as informações necessárias ao futuro empreendedor, dentro de narrativas com personagens diversos, semelhante ao cotidiano dos trabalhadores. Trata-se do livro “O segredo de Luísa”, de autoria de Fernando Dolabela, que virou uma publicação esgotada nas livrarias. Publicado pela primeira vez em 1999, em 2006 o livro alcançou a 30ª edição. A “Pedagogia Empreendedora” sintetizada no livro redundou em outras publicações, voltadas para públicos diversos, como é o caso de “A Ponte Mágica”, com a mensagem do empreendedorismo para crianças.

Muitas das ideias apresentadas por Fernando Dolabela em “O segredo de Luísa”, que serão exploradas no capítulo seguinte, coadunam-se com a perspectiva do curso Aprender a Empreender, do SEBRAE.

Como foi dito, o SEBRAE não está sozinho nesta empreitada do capital. Mas, apesar de existirem inúmeras entidades empenhadas na disseminação da ideia do empreendedorismo e na formação de empreendedores, o SEBRAE é a entidade com a maior capilaridade, no Brasil, para desenvolver estas ações. Combinando ações formativas presenciais e a distância, sua influência se amplia sobremaneira, como veremos a seguir.

2.2 O protagonismo do SEBRAE na formação da cultura empreendedora.

O curso “Iniciando o Primeiro Negócio” vai ser a primeira peça de uma arquitetura mais ampla a ser utilizada pelo SEBRAE para instrumentalizar pedagogicamente os micro e pequenos empresários na consecução do próprio negócio. Nele estará também a “base genética” do “Aprender a Empreender”.

O SEBRAE é um dos principais agentes do caráter pedagógico da difusão em massa das ideias do empreendedorismo, via sistema educacional, que cada vez mais ganha corpo no Brasil.

No Plano Integrado para Implementação das Prioridades do SEBRAE (MANCUSO, 2002, p. 154), a difusão da ideia de uma educação empreendedora para milhões pode ser traduzida na continuidade de ações formativas, tanto presenciais como a distância.

O objetivo apontado pelo SEBRAE, neste Plano Integrado, visa “elevar o capital social do país” (SEBRAE, 2002, p. 154), trabalhando conceitos/práticas como cooperação, organização e participação junto a 8 milhões de alunos de ensino médio da rede oficial, em parceria com o Ministério da Educação. Alguns projetos estão consolidados: Programa Técnico Empreendedor, Iniciando um Pequeno Negócio, A Gente Sabe A Gente Faz, Coleção Empreendedor, Como Vender Mais e Melhor, Desafio SEBRAE, Prefeito Empreendedor, Prêmio Mário Covas e o Aprender a Empreender.

Ricca (2004, p. 72) acredita que as ações do SEBRAE vislumbram mais do que apoiar pequenos empresários, ele crê em um novo projeto para uma nova sociedade, e afirma:

Estamos criando um novo modelo, assim como o que foi criado no século XIX. E uma de suas bases é justamente o empreendedorismo, o trabalho por conta própria, a capacidade de gerar o próprio negócio, os próprios recursos e contribuir para a sociedade de forma mais pessoal.

O desenvolvimento do comportamento empreendedor passa, necessariamente, pela valorização e pela capacitação para o associativismo. A associação, a rede social, o terceiro setor, a vida da forma como se vê hoje e tendo como perspectiva a preocupação com a sobrevivência no planeta, com a ecologia, a indignação com a miséria; toda essa dinâmica está gerando novas oportunidades de trabalho e de renda que serão, inclusive, vetores de oportunidades para o trabalho no futuro.

Acoplando toda essa questão a uma visão de longo prazo e iniciando a construção do futuro a partir de agora, temos de considerar o empreendedorismo como uma oportunidade a mais.

Os limites do empreendedorismo alinham-se com os do modo de produção capitalista, o que não constitui uma nova sociedade, mas promove uma readequação constante do capital para superar suas crises.

Ricca (2004) aponta a “positividade” do intento do SEBRAE no processo de adequação ao neoliberalismo e não crê que o empreendedorismo esteja vinculado à precarização do trabalho, mas à oportunidade de auto-emprego.

O Sebrae atua nesse quadro com o objetivo de transformar as MPEs [micro e pequenas empresas] e o empreendedorismo numa oportunidade digna de trabalho. Precisamos encarar esse turbilhão que estamos vivendo como traumas da mudança. Não podemos concordar – e eu particularmente nunca concordei – com a teoria de que devemos precarizar o mercado de trabalho e flexibilizar os direitos do trabalhador. O que se deve fazer, na realidade, é voltar a atenção para o futuro. O modelo do desenvolvimento industrial não vai se repetir e o “novo trabalho” será diferente daquele vivenciado na era industrial, com novos conceitos e melhor perspectiva de qualidade de vida (RICCA, 2004, p. 72).

Sendo assim, o SEBRAE desenvolve sua pedagogia empreendedora, visando auxiliar na consecução dos empreendimentos, por meio de diferentes iniciativas educacionais.

Segundo Mancuso (2002, p. 116):

Além da capacidade que adquire de influir nas políticas públicas, em favor de sua clientela, o novo SEBRAE atua estrategicamente na promoção dos pequenos negócios, mediante: [...] educação empreendedora com os programas EMPRETEC e Ideal, destinados a aumentar o potencial de empreendedorismo e de liderança nos pequenos negócios.

O Empretec⁴ e o Ideal são exemplos de iniciativas formativas presenciais, realizadas em forma de parceria com as seções regionais do SEBRAE. São voltadas para pessoas que já desenvolvem atividades empresariais e que devem pagar por esses cursos.

O Empretec visa estimular e desenvolver as características individuais do empreendedor, de forma a propiciar sua competitividade no mercado. Segundo o folheto de divulgação, entre outras coisas o curso busca auxiliar o aluno a “Conhecer seu potencial empresarial e pessoal, seus pontos fortes e fracos, a desenvolver estratégias de negócios efetivas e a entender seu próprio comportamento ao assumir riscos calculados”. O curso possui 40 horas, com custo para os participantes.

O Ideal é um curso que objetiva “Identificar e desenvolver nos participantes sua capacidade natural de liderança, preparando-os para participar das entidades que os representam, ampliando a presença da pequena empresa nos organismos de classe”. Com uma carga horária de 80 horas, o público-alvo é composto de “Empresários com atuação na vida pública, dirigentes e integrantes de entidades de representação de setores”⁵.

Outra significativa iniciativa do SEBRAE é o Programa de Formação de Jovens Empreendedores, que tem a pretensão de disseminar a ideia do empreendedorismo junto a crianças e jovens matriculados em escolas públicas. O curso inicial previsto no programa (denominado Jovens Empreendedores – Primeiros Passos), é voltado para professores da educação básica da rede pública, que são capacitados por facilitadores do SEBRAE, podendo o curso “[...] ser incluído no currículo regular das próprias escolas onde esses professores trabalham (RICCA, 2004, p. 74).

Dias (2006), fazendo uma análise do Programa de Formação de Jovens Empreendedores para caracterizar a Pedagogia Empreendedora do SEBRAE,

⁴ Segundo informações disponíveis na página eletrônica do SEBRAE, “O EMPRETEC é um seminário que tem por objetivo desenvolver, nos participantes, características de comportamentos empreendedores. O programa foi desenvolvido pela ONU - Organização das Nações Unidas visando o fortalecimento destas características empreendedoras. O participante deverá primeiro identificar seu potencial empreendedor e verificar quais são seus pontos fortes e fracos. Verificar em: <<http://www.pa.sebrae.com.br/sessoes/educacao/empretec/default.asp>>.

⁵ Informações retiradas da página eletrônica do SEBRAE que apresenta o curso Ideal (<http://www.sebraesp.com.br/melhorando_empresa/educacao/ideal>).

assevera que há uma convergência entre as noções de competência e empregabilidade:

Observamos claras referências à concepção de competência ressaltando aspectos psicológicos, fazendo menção à subjetividade e à experiência, como sendo base para a constituição do espírito empreendedor. Ressalta inclusive a importância de algumas competências, como a criatividade, autonomia, criticidade, resolução de problemas, comunicação, inovação, entre outras (DIAS, 2006, p. 104).

Dias (2006) compreende que a pedagogia das competências, presente no curso de Formação de Jovens Empreendedores, serve de base para a pedagogia empreendedora e está voltada para a adaptação dos trabalhadores às determinações do capital.

Nesta concepção, o capitalismo é encarado como o único modo de produção possível cabendo às pessoas inserirem-se de modo adaptativo às demandas impostas pelo mercado. O seu discurso do empreendedorismo assevera, com tonicidade, o consenso na medida em que enseja nas pessoas a possibilidade de se tornarem patrões ao invés de empregados ou desempregados. Neste sentido, não seria necessária uma transformação radical da sociedade, pois ser empreendedor seria a saída para resolver, individualmente, os problemas econômicos e sociais postos pelo próprio capitalismo. Camufla-se desta forma, que ser empreendedor, ao contrário, insere-se na precarização das condições de trabalho e existência na qual o indivíduo não possui qualquer segurança ou perspectiva futura (DIAS, 2006, p. 114).

Os liberais, calcados nas idéias de que a educação deve vislumbrar uma sociedade empreendedora, diferente daquela organizada sob os padrões das relações de trabalho vigentes até os anos 1980, no Brasil, apontam para a necessidade de se preparar o trabalhador para uma nova realidade: a da desregulamentação e precarização do trabalho. A escassez do emprego formal, calcado em direitos sociais, é a marca histórica designada por eles como “Nova Economia” (MANCUSO, 2002, p. 14), com exigências diferenciadas no que tange à produção e ao consumo. Trabalhar por conta própria, na informalidade, é a saída para milhões de trabalhadores brasileiros.

Além dos cursos presenciais, alguns exemplificados nos parágrafos acima, o SEBRAE investe atualmente na oferta de 9 (nove) cursos a distância, realizados na página eletrônica da entidade (desde a inscrição até a impressão do certificado de participação). Os cursos podem se voltar para empresários, trabalhadores

envolvidos com a gestão empresarial e mesmo para interessados em iniciarem uma atividade de auto-emprego. Cinco desses cursos são gratuitos: Aprender a Empreender, Análise e Planejamento Financeiro, Como Vender Mais e Melhor, D-Olho na Qualidade e Gestão de Cooperativas de Crédito. O SEBRAE orienta aos interessados que comecem fazendo o curso “Aprender a Empreender”⁶.

Os programas do SEBRAE de educação a distância servem ao intento de difusão do empreendedorismo. O espaço de veiculação é a mídia de grande alcance e o formato e o conteúdo do curso “Aprender a Empreender” possuem alto grau de permeabilidade para chegar a todos os trabalhadores.

O primeiro ano do curso “Aprender a Empreender” (AE) foi 2002, e teve 197.000 (cento e noventa e sete mil) inscritos. Nos anos subsequentes houve uma redução no número de participantes. Segundo o SEBRAE nacional, mais 400.000 (quatrocentos mil) alunos passaram pelo curso “Aprender a Empreender”. Juntamente com os outros cursos, o número chega a mais de 1,2 milhão de participantes. Todos os cursos estão disponíveis na página do SEBRAE, na Internet, e grande parte deles não possui cobrança de valores monetários para microempresários. A tabela 1 foi remetida pelo SEBRAE nacional, setor de ensino a distância após solicitação para esta pesquisa. Ela representa o número de participantes dos cursos pela Internet, do SEBRAE, e serve para comprovar sua capilaridade:

Tabela 1
Participantes de cursos do SEBRAE pela Internet – 2003/2009

Curso / Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total / Cursos
AC	—	—	—	—	—	—	8.416	8.416
AE*	16.200	38.600	51.000	44.304	30.051	60.737	55.791	240.892
APF*	—	31.200	63.000	47.379	27.661	65.171	55.641	234.411
BPSA	—	—	—	—	—	—	1.630	1.630
CVMM*	8.800	38.800	44.200	38.646	19.079	46.795	46.984	196.320
D-Olho*	—	—	400	21.494	18.928	42.925	42.217	83.747
GCC*	—	—	—	—	—	—	5.616	5.616

⁶ Ver página eletrônica do SEBRAE que informa sobre os cursos a distância oferecidos pela entidade: < <http://www.ead.sebrae.com.br/hotSite/cursos.asp>>.

⁷ Significado das siglas: Atendimento ao Cliente (AC); Aprender a Empreender (AE); Análise e Planejamento Financeiro (APF); Boas práticas nos serviços de alimentação: gestão da segurança (BPSA); Como Vender Mais e Melhor (CVMM); D-Olho na Qualidade: 5S para os pequenos negócios (D-Olho); Gestão de Cooperativas de Crédito (GCC); Iniciando um Pequeno e Grande Negócio (IPGN); Empreendedor Individual (EI).

IPGN	—	59.000	44.200	22.305	28.642	60.171	35.885	214.318
EI	—	—	—	—	—	—	31.754	31.754
Total / Ano	25.000	167.600	202.800	174.128	124.361	275.799	283.934	1.253.622

Fonte: SEBRAE / Setor de Ensino a Distância, 2010.

Obs: – Não informado; * Cursos gratuitos.

Para entender o sentido do curso “Aprender a Empreender”, aquele que mais tem formado “empreendedores” entre os demais cursos a distância do SEBRAE, é que serão destacadas suas principais características e fundamentos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3

APRENDER A EMPREENDER: OS FUNDAMENTOS DA PEDAGOGIA EMPREENDEDORA DO SEBRAE

Após a apresentação do contexto histórico e das abordagens feitas sobre a conceituação e a difusão das idéias empreendedoras no Brasil, bem como dos diferentes vetores difusores de práticas empreendedoras, entre os quais o SEBRAE é o protagonista, cabe agora tratar mais de perto do curso “Aprender a Empreender”, destacando, inicialmente, a compreensão do momento atual que norteia as ações desta iniciativa formativa do SEBRAE e as principais categorias afirmadas nos referenciais e práticas do curso: conjuntura atual, empreendedor, educação empreendedora e aprender empreendedorismo.

Conforme foi apresentado, o SEBRAE transformou-se em instrumento político-ideológico da propagação do lema “Seja o seu patrão!”, dirigido à classe trabalhadora de forma simples, mas contundente. E o curso “Aprender a Empreender” vem servindo de importante ferramenta para esse intento.

Organizado em forma de vídeo-aulas e acompanhado de um Manual do Participante, o curso é realizado na modalidade a distância e implementado na página eletrônica do próprio SEBRAE, podendo ser também realizado como parceria, de acordo com o exemplo a seguir:

Aprender a Empreender – O primeiro telecurso do SEBRAE, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, veiculado na Rede Globo e no Canal Futura, superou as expectativas. Dele participaram 197 mil inscritos, 37 mil a mais que a meta fixada. O curso atraiu pessoas interessadas em desenvolver negócios, que receberam material de orientação (Kit com manual, fita de vídeo e ficha de avaliação) (MANCUSO, 2002, p. 156).

O agravamento da crise econômica mundial, no final do ano de 2008, com efeitos vorazes no mundo, especialmente nos países do centro do sistema, trouxe à tona elementos que a economia de mercado e a especulação financeira não previam, ou negligenciavam. O capital financeiro sem lastro produtivo resultou em quebradeira, mais uma crise de superprodução do capitalismo. Em meio à crise internacional e às novas levas de desempregados, o discurso empreendedor foi reforçado e com ele o lema “Seja o seu patrão!”. Esta tentadora chamada

publicitária, também apresentada na revista Meu Próprio Negócio (2009, p. 37), resume a idéia presente no discurso empreendedor:

Como é possível saber se você possui as características necessárias para ser um empresário de sucesso? E se não possui? É possível desenvolvê-las? Ser dono do próprio negócio é o sonho da maioria dos brasileiros, mas é fato, nem todos possuem perfil empreendedor. Para iniciar uma empresa é preciso mais do que vontade. O candidato a patrão deve reunir uma série de características para auxiliar na jornada rumo ao sucesso empresarial. Criatividade, organização, perseverança, capacidade de solucionar problemas de maneira rápida e efetiva, liderança e disponibilidade para dedicação em tempo integral são alguns dos aspectos relevantes a serem considerados antes de optar pela inversão de papéis no mundo dos negócios. Em síntese: a primeira regra é nunca empreender só amparado pela necessidade. É preciso capacitar-se como empreendedor e avistar uma oportunidade.

Esta chamada vem ocorrendo em grande medida desde o início dos anos 1990 e sendo reforçada por uma sequência de governos (Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva). Desde então, busca-se adequar a economia brasileira, através de sucessivas reformas, aos passos neoliberais. Dentre eles, encontra-se a necessidade do país se encaminhar para o desenvolvimento da cultura empreendedora. É nesse contexto que o curso “Aprender a Empreender” deve ser compreendido.

As ações do curso, embora priorizem a indicação de atitudes que caracterizam o sujeito empreendedor, fundamentam-se numa determinada análise da realidade que condiz com a leitura hegemônica neoliberal do momento histórico atual. É essa análise que será apresentada na parte seguinte.

3.1 A leitura da conjuntura atual presente no Manual do Participante do curso “Aprender a Empreender”

O curso “Aprender a Empreender” é implementado pelo SEBRAE, com apoio de vários setores econômicos, e baseia-se, em linhas gerais, numa análise de conjuntura que busca salientar, na ótica liberal, uma compreensão da forma como se organiza a sociedade capitalista.

A organização didático-metodológica do curso tem a seguinte estrutura:

A composição do curso – A metodologia utilizada para facilitar sua aprendizagem envolve o estudo dos 10 capítulos do Manual do Participante e assistência aos 10 Programas de Vídeo. As duas atividades são complementares. Você pode assistir ao vídeo e, no mesmo dia, no momento mais adequado, ler o capítulo correspondente, ou, caso você achar mais conveniente, ler o capítulo antes de assistir ao vídeo. Os capítulos: 01 O Empreendedor; 02 Mercado, O Mapa da Mina; 03 A Empresa e o Mercado; 04 Os Números da Empresa; 05 O Ponto de Equilíbrio; 06 O Resultado da Empresa; 07 O Resultado Com Vários Produtos; 08 Capital de Giro e Fluxo de Caixa; 09 Problemas e Soluções; Plano de Empresa (SEBRAE, 2002, p. 4).

Ao longo dos capítulos do Manual do Participante, verifica-se que o curso “Aprender a Empreender” traz uma análise de conjuntura, uma leitura própria da realidade e possui o enfoque voltado a dar respostas liberais a questões presentes, relacionadas à geração de emprego e renda e ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas no cenário nacional. A análise da conjuntura econômica nacional presente no Manual do Participante do curso permite perceber a lógica de atendimento aos anseios do capital. Isso pode ser observado no texto sobre a conjuntura internacional e a viabilidade da pequena empresa neste cenário:

Uma Nova Ordem Mundial – Até 1980, ninguém dava muita importância para empresas com menos de 100 funcionários. Só nas duas últimas décadas do século XX, quando as grandes empresas começaram a diminuir seus custos e o número de empregos, é que as micro e pequenas empresas começaram a crescer, fornecendo diversos produtos e serviços para as grandes. Era o processo de terceirização, que se espalhou por todo o mundo, aumentando a importância dos pequenos negócios para a economia dos países (SEBRAE, 2002, p. 16 -17).

Vista sob outro prisma, a “nova ordem mundial” significa a reestruturação do modo de produção capitalista, e a terceirização a forma de ampliar lucros ante a intensificação da concorrência internacional. O meio para isso é ampliar a produtividade e a qualidade. O fim, o extremo da exploração sobre o trabalho e a sua desregulamentação. No Brasil, a terceirização chegou a todos os setores, como assevera Antunes (2008, p. 107):

Os serviços públicos, como saúde, energia, educação, telecomunicações, previdência etc. também sofreram, como não poderia deixar de ser, um significativo processo de reestruturação, subordinando-se à máxima da *mercadorização*, que vem afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal e público. O resultado parece evidente: intensificam-se as formas de extração de trabalho,

ampliam-se as terceirizações, as noções de tempo e de espaço também são metamorfoseadas e tudo isso muda muito o modo do capital produzir mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, corpóreas ou simbólicas.

No que tange ao crescimento das pequenas empresas, a lógica do capital vai imprimir um caráter de racionalização de meios materiais e pessoais que redundam sobremaneira em um aumento exacerbado de desemprego no mundo. Antunes (2008, p. 107) permite uma visão mais acurada sobre o aumento significativo do número de pequenas empresas:

Uma empresa concentrada pode ser substituída por várias pequenas unidades interligadas pela rede, com número muito mais reduzido de trabalhadores e produzindo muitas vezes mais. As repercussões no plano organizativo, valorativo, subjetivo e ideo-político são por demais evidentes.

Os termos utilizados no Manual do Participante do curso “Aprender a Empreender” parecem estéreis, parecem descolados da realidade de acirramento dos preceitos liberais. O texto segue trazendo os “benefícios” do mundo globalizado, simplificando e retirando o caráter da implantação das ações voltadas à adequação às determinações do capital. Não aborda, por exemplo, que a mundialização ampliou o desemprego, a miséria e a fome e que, apesar de existir uma livre circulação de mercadorias, há uma “grande barreira” que dificulta trabalhadores dos países periféricos de vender sua força de trabalho nos países centrais. O Manual do Participante assim sintetiza o sentido da globalização:

No mesmo período, a evolução tecnológica encurtou as distâncias e facilitou o acesso à informação. Hoje, em poucos segundos, uma empresa da Tailândia, que fabrica rádios de pilha para a Índia, pode fazer um pedido de parafusos para uma empresa, no interior do Brasil. Este processo de diminuição de distâncias e quebra de barreiras comerciais entre nações é chamado de globalização. Globalizados, o comércio, a indústria e os serviços vêm mudando em todo o mundo beneficiando alguns setores e exigindo profundas reformulações de outros (SEBRAE, 2002, p. 16-17).

Frigotto (1998, p. 44) afirma que a forma com que o capital resolve suas crises de maximização das taxas de lucro, assim como aquela utilizada para falsear o ideário do capital humano na redução das desigualdades, escamoteia os seus reais motivos. Neste sentido, o processo de globalização responde ao processo de

ampliação dos lucros do capital e esse movimento traz mudanças no mundo do trabalho:

Uma vez mais afirma-se que a inserção e o ajuste dos países “não desenvolvidos” ou “em desenvolvimento” ao processo de globalização e na reestruturação produtiva, sob uma nova base científica e tecnológica, dependem da educação básica, de formação profissional, qualificação e requalificação. Todavia, não é de qualquer educação e formação. Que educação e formação são essas, então? Trata-se de uma educação e formação que desenvolvam habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para gestão da qualidade, para a produtividade e competitividade e, conseqüentemente, para a “empregabilidade”. Todos estes parâmetros devem ser definidos no mundo produtivo, e portanto, os intelectuais coletivos confiáveis deste novo conformismo são os organismos internacionais (Banco Mundial, OIT) e os organismos vinculados ao mundo produtivo de cada país (FRIGOTTO, 1998, p. 44-45).

Na análise da conjuntura econômica nacional presente no processo das reformas neoliberais, o texto do Manual do Participante do curso “Aprender a Empreender” aponta para o potencial desenvolvimento das micro e pequenas empresas no país e seu conjunto de possibilidades. Conclama também o indivíduo empreendedor a construir o próprio futuro. Numa abordagem simples trata da abertura econômica, da importância da entrada de produtos importados no país para o crescimento econômico, da necessidade de modernização das empresas nacionais e das ações governamentais:

O governo deu início a uma série de reformas reduzindo sua interferência na economia. Com o controle da inflação e o ajuste econômico, em poucos anos o País ganhou estabilidade, planejamento e respeito. A economia começou a crescer. Só no ano 2000, surgiram quase um milhão de novos postos de trabalho. Investidores de outros países voltaram a aplicar seu dinheiro no Brasil e as exportações aumentaram. Ano a ano, as micro e pequenas empresas ganham mais espaço e importância na economia. Hoje, de cada 100 empresas brasileiras, 98 são micro ou pequenas empresas. Juntas, elas empregam quase 40 milhões de trabalhadores, mais da metade de toda a mão-de-obra do País. Os números são grandes, mas o espaço para crescimento é ainda maior. O futuro é promissor e cabe, a cada um de nós, fazer dele uma realidade. É hora de se preparar! (SEBRAE, 2002, p. 16-17).

Os efeitos das inúmeras reformas ocorridas no Brasil nas últimas décadas, citados acima, ao contrário do que se afirma, trouxeram ainda mais desemprego, miséria e fome. O capital investido no país, que não ficou no mercado financeiro,

correndo e mudando o “paradeiro” a cada crise econômica ocorrida em um país “emergente”, aquele investido na produção, veio em busca de facilidades tributárias, de concessões governamentais de impostos e espaço (a chamada “guerra fiscal” entre os estados da federação), de maneiras fáceis de burlar a legislação trabalhista e ambiental. Enfim, este capital produtivo veio para ampliar seus lucros e se tornar mais competitivo, mas a cada crise, não da “noite para o dia” como aquele aplicado no mercado financeiro, os lucros buscavam novos territórios. Como mostra Antunes (2008, p. 106):

Durante nossa década de desertificação neoliberal, nos anos 1990, pudemos presenciar, simultaneamente, tanto a pragmática desenhada pelo Consenso de Washington (com suas desregulações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho e da produção), quanto uma significativa reestruturação produtiva em praticamente todo universo industrial e de serviços, consequência da nova divisão internacional do trabalho que exigiu mudanças tanto no plano da organização sócio-técnica da produção quanto nos processos de reterritorialização e desterritorialização da produção, dentre tantas outras consequências. Se, no passado recente, só marginalmente nossa classe trabalhadora presenciava níveis de informalidade, desde a década de 1990 esses níveis se ampliaram muito, especialmente quando se concebe a informalidade em sentido amplo, isto é, desprovida de direitos e sem carteira de trabalho assinada.

No que tange ao quantitativo empresarial, trazido pelo Manual do Participante, especialmente das pequenas empresas, não se dispõe de dados para contraditar, nem se colocam os números em debate, porém o que se discute são as razões que levaram ao crescimento vertiginoso de pequenas empresas, pois estas correspondem ao que ocorre em todo o mundo, e isso se tornou uma estratégia do capital. Ou seja, omite-se o fato de que ao crescimento das micro e pequenas empresas tem correspondido uma concentração vertiginosa de grandes capitais sob o domínio de poucas empresas, que monopolizam o mercado, como se pode verificar no caso das fusões de poderosos conglomerados empresariais.

A realidade brasileira, coadunando com as prescrições neoliberais, agrega ainda, um “quê” de cultura nacional voltada ao empreendedorismo. Isso se verifica no Manual do Participante do curso “Aprender a Empreender”, quando este traz a idéia da constituição de uma pequena empresa, exaltando no indivíduo empreendedor as características comportamentais e culturais do “ser brasileiro”, como aquele lema “Sou brasileiro, não desisto nunca!”, muito comum nas

propagandas voltadas aos trabalhadores, que se arraigaram no imaginário popular. Assim, volta-se ao debate da necessidade de transformar o empreendedor por necessidade em empreendedor por oportunidade, pela via da formação. A revista Exame também categoriza o brasileiro como empreendedor:

Um país de empreendedores – O brasileiro é empreendedor, mas tem de se preparar melhor. Uma pesquisa internacional sobre empreendedorismo, que entrevistou 43.000 pessoas em 21 países, durante o ano de 2000, chegou à conclusão de que o Brasil é o país que apresenta a maior porcentagem de empreendedores. Eis o resultado: para cada oito brasileiros em idade adulta, um está abrindo ou pensando em abrir um negócio. Nos Estados Unidos (2º), a proporção é de 10 para um. Na Austrália (3º), são 12 para um (EXAME, 2001, p. 18).

Mais recentemente, a revista Época (2009, p. 80), em matéria sobre a resistência do Brasil à crise internacional de 2008/2009, também ressalta esta característica do “brasileiro empreendedor” e, no decorrer da última década, percebe-se que os primeiros passos do “Brasil Empreendedor” redundaram na reformulação contínua dos programas voltados a esse fim, o que será abordado à frente, quando se tratar das ações recentes no campo governamental. Por ora, cabe destacar que o panorama se modificou muito do ano 2000 para 2009 e isto se deve ao trabalho feito pelo SEBRAE, na transformação de empreendedores por “necessidade” em empreendedores por “oportunidade”. O intento do SEBRAE vai se consolidando, como aponta publicação recente da revista Época (2009, p. 80):

O Brasil empreendedor – as histórias inspiradoras de gente que abriu um negócio próprio, mudou de vida e está construindo um novo país. O sucesso do Brasil em atravessar com poucos danos a atual crise mundial tem sido creditado sobretudo a três fatores: a estabilidade econômica, conquistada a partir do fim da inflação, na década de 1990; o respeito a um sistema de regras que deu segurança para investidores e um mercado interno crescente, fortalecido por políticas assistencialistas como o Bolsa Família e, a partir de certo momento, pelo próprio enriquecimento do país que levou milhões de pessoas a ascender socialmente. Pouca gente presta atenção, porém, a um quarto fator que se desenvolve sem alarde, de forma independente das ações do governo. Trata-se do espírito empreendedor. Ele é beneficiado tanto pelos programas assistencialistas (que aumentam a capacidade de consumo dos brasileiros) como pelos investimentos externos (que criam uma economia mais complexa, com mais necessidades). Mas repousa principalmente na força de vontade das pessoas que decidiram trilhar novos caminhos na vida.

Como no Programa Brasil Empreendedor, o SEBRAE afirma que menos da metade das empresas criadas no país não sobreviviam aos três primeiros anos no mercado e a falta de preparo dos empresários era o maior empecilho ao sucesso destas empresas. Obviamente, não se desvelaria que o sentido da não efetivação destas empresas estaria vinculado às determinações da base econômica, pois o foco permanece na culpabilização do indivíduo:

Em outro estudo o SEBRAE constatou que:
De cada 100 empresas abertas no País, 35 não chegam ao final do primeiro ano de vida; 46 não sobrevivem ao segundo; e, 56 desaparecem no terceiro ano de vida. (Pesquisa do SEBRAE - SP)
Pouca informação – eis o problema. Esta pesquisa mostrou também que, ao contrário do que muita gente pensa, o que leva uma empresa ao fechamento não são os impostos ou a necessidade de crédito, mas principalmente a falta de preparo, informação, planejamento e conhecimento específico sobre o negócio (SEBRAE, 2002, p. 13).

As pesquisas também apontam para um grande valor econômico e social das pequenas empresas como grandes propulsoras da geração de emprego e renda. Porém, as proposições do capital visam comprovar o estabelecimento de novas relações de trabalho, diferentes das estabelecidas no conjunto das ações do modo de produção capitalista. Ser “patrão” vai suplantando a idéia de buscar um emprego ou amparos sociais via Estado. Mancuso (2002, p. 11) afirma que

Mais de sessenta milhões de brasileiros hoje dependem diretamente dos pequenos empreendimentos existentes no País. As mudanças ocorridas a partir dos anos 90 tornaram os pequenos negócios a grande força empregadora, geradora e distribuidora de riquezas no Brasil. O mundo globalizou-se, aumentou a concorrência. O novo ambiente econômico exige mais das micro e pequenas empresas, na busca de competitividade. Mas a capacidade de luta dos pequenos negócios não depende apenas da modernização de técnicas de produção, de gestão e comercialização, necessita igualmente de uma infra-estrutura econômica e social adequada e de condições macroeconômicas.

Outro discurso presente no Manual do Participante do curso “Aprender a Empreender”, que serve para escamotear as relações entre capital e trabalho, refere-se à transferência de responsabilidade pelas altas taxas de desemprego, da organização estrutural do sistema capitalista, para o desenvolvimento tecnológico, que significa o saber humano construído por meio do trabalho. Antunes (2008) permite observar a questão sob outro prisma:

No mundo do trabalho contemporâneo, o saber científico e o saber laborativo mesclam-se ainda mais diretamente. As máquinas inteligentes podem substituir em grande parte o trabalho vivo, mas não podem extingui-lo e eliminá-lo definitivamente. Ao contrário, sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual dos/as trabalhadores/as que, ao atuar junto à máquina informatizada, transferem parte de seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta deste processo, dando novas conformações à teoria do valor (ANTUNES, 2008, p. 121).

Além de tirar o foco das razões que levam ao “desemprego estrutural”, as ideias presentes no Manual do Participante invertem também a lógica sobre o significado do emprego, afirmando que o desenvolvimento tecnológico também é responsável pelo aumento da exploração sobre os trabalhadores.

Mancuso (2002) reafirma a necessidade de organização de uma cultura empreendedora tendo como pilar o lema “Seja o seu patrão!”. Dentro da perspectiva do autor, formar empreendedores significa adequar os trabalhadores ao “novo perfil” exigido pelo mundo do trabalho:

As inovações, sobretudo no campo da tecnologia, influíram nas relações entre capital e trabalho, modificando o tradicional conceito de emprego. Nesse novo mundo do trabalho, as chances de realização são maiores para os profissionais de perfil pró-ativo, cooperativo e solidário, que compartilham uma visão empreendedora das oportunidades que agora se oferecem. Empreender tornou-se uma alternativa diante do aumento do desemprego, fazendo parte da aspiração coletiva do povo brasileiro. É mais do que oportuno elevar o nosso capital social nessa direção. Todo esse novo ambiente pede a articulação de políticas públicas mais encorajadoras para os pequenos negócios. Requer a disseminação de uma cultura empreendedora, em todos os níveis da sociedade, com ênfase na formação de empreendedores. Exige, para isso, a multiplicação de parcerias com a sociedade, assim como a prática da cooperação entre micro e pequenos empresários, como meio de multiplicar resultados. A superação desses desafios proporcionará um grande salto no desenvolvimento dos pequenos negócios, com maiores oportunidades para todos (MANCUSO, 2002, p. 11).

A propugnada sociedade calcada no empreendedorismo se faz a partir de uma formação humana com esse viés. Essa é uma premissa do SEBRAE. Multiplicam-se as instituições difusoras do ideário da sociedade empreendedora, impregna-se tal idéia nos governos, em todas as esferas, avançam cotidianamente as proposições neste sentido nos meios de comunicação de massa, nos cursos voltados aos trabalhadores, nos sistemas escolares. A “praga empreendedora” que

precariza os trabalhadores e os joga às conveniências do mercado vem forjando uma sociedade não de empreendedores, mas de desamparados.

Transferindo para os indivíduos a responsabilidade por sua condição social, o capital organiza suas ações, entre elas, o curso “Aprender a Empreender” do SEBRAE, que propõe “uma educação empreendedora para milhões”, através da permeabilidade das instituições a seu serviço. Seguindo esta lógica de penetração está a forma como se estrutura o curso “Aprender a Empreender”.

A organização didático-pedagógica do curso trava um diálogo direto com o candidato a empreendedor, ao abordar, de maneira simples, a organização dos passos a serem dados por ele – o futuro empreendedor – no intuito de ser dono do seu próprio negócio. No texto do Manual direcionado ao trabalhador encontra-se a afirmativa de que a “vida dele” será outra a partir da definição pessoal de seus passos:

A partir de agora você está começando uma nova etapa em sua vida. O curso que estamos apresentando é resultado de muito estudo, muita pesquisa e foi criado para facilitar a sua vida como empreendedor. Se você ainda não tem um empreendimento, aprenderá a planejá-lo; se já está funcionando, vai descobrir como melhorar os resultados, contornar e evitar problemas e também a desenvolver suas características como empreendedor. Aprender a Empreender não traz receitas prontas de sucesso. Mas, com as informações adquiridas e aproveitando sua insubstituível experiência, você poderá traçar seu próprio caminho em direção ao tão ambicionado sucesso (SEBRAE, 2002, p. 90).

O desenvolvimento do curso está focado na mudança comportamental do indivíduo por meio de textos do Manual do Participante e vídeo-aulas estruturadas em modelos muito semelhantes ao formato das telenovelas brasileiras, uma das grandes “manias nacionais”. Isso traz para os materiais uma grande acessibilidade da linguagem falada e escrita. São mostrados exemplos diversos, de trabalhadores que conseguem empreender e ter sucesso, mas aponta-se também um caso de insucesso, para dele se tirar as falhas e, novamente, culpar o indivíduo, que não se modernizou e fracassou no seu empreendimento.

Um dos focos essenciais do curso diz respeito ao comportamento empreendedor, o qual não é “um dom que nasce com a pessoa”, o “empreendedor não nasce feito” (SEBRAE, 2002, p. 150), o que faz lembrar a perspectiva trazida por Drucker (1985, p. 11): “*entrepreneurship* não é arte, nem ciência, mas sim uma

prática e uma disciplina”. Ou seja, os comportamentos que definem um empreendedor podem ser aprendidos e a atitude do indivíduo é o que determina o sucesso ou fracasso de um empreendimento.

São também elencadas as características essenciais a um empreendedor (SEBRAE, 2002, p. 157), e, no diálogo com o participante do curso, aponta-se o que deve ser feito por ele para que se desenvolva como tal. Entre as características que devem ser desenvolvidas estão: estabelecimento de metas; busca de oportunidade e iniciativa; correr riscos calculados; busca de informações; planejamento e monitoramento sistemático; exigência de qualidade e eficiência; persistência; comprometimento; persuasão e redes de contatos e independência e autoconfiança. O trabalhador deve então formar-se empreendedor.

No ensejo das possibilidades de construção de uma sociedade empreendedora, o Manual do Participante ressalta a responsabilidade do empreendedor frente ao sucesso nos negócios. O curso expõe algumas características comportamentais, como a persistência e objetividade, necessárias ao empreendedor para que o negócio prospere:

Transformar uma idéia em um negócio é muito mais difícil. É preciso saber: aonde se quer chegar e como chegar lá. Se você está planejando abrir um negócio, esse é o momento certo de pensar em tudo isso. Se você já abriu sua empresa e está em dificuldades, tenha persistência e aja com objetividade, pois sempre existe algum jeito de sair do sufoco!

Aprender nunca é demais. É assim que quem não sabe descobre como se faz. Tinha tudo para dar certo: os ingredientes, a receita, o tempo disponível, a dedicação e, ainda assim, seu empreendimento foi um fracasso completo. E aí você se pergunta: por que será que isso aconteceu? Onde foi que eu errei? (SEBRAE, 2002, p. 13).

O foco pedagógico do curso “Aprender a Empreender” está calcado no seguinte conceito: “Aprender é reunir o conhecimento, a habilidade e a atitude para fazer alguma coisa”. Da mesma forma que um livro de receitas não pode garantir um bom almoço, não existe uma fórmula que possa garantir o sucesso de um empreendedor (SEBRAE, 2002, p. 15). Esta visão está presente no conjunto de habilidades e competências que deve reunir o trabalhador para ser inserido na realidade do mundo do trabalho. Dias (2006, p. 100) salienta a adaptabilidade imposta ao trabalhador:

O que fica expresso no discurso apologético do SEBRAE é que a saída é individual, cabendo às pessoas se adequarem ao mercado, aprimorando seus talentos, enquanto saída única para resolver o problema do desemprego. É adquirindo competências que o indivíduo poderá dotar-se de empregabilidade como forma de tornar-se empregado ou adquirir competências que impliquem na oportunidade de “empresariar a si mesmo”, no formato do empreendedorismo. Assim, as noções de empregabilidade e empreendedorismo são destacadas como modo de contrapor ao drama do desemprego, dado como inelutável. Procura-se, com isso, camuflar a possibilidade de contraposição coletiva da classe trabalhadora na perspectiva de transformação social.

Esse discurso é ratificado por Drucker (1985) quando o autor trata da possibilidade de constituição de uma sociedade empreendedora, na qual os indivíduos têm a necessidade de aprender, por vezes, na vida adulta, para uma constante readequação ao sistema. Drucker afirma que, em cinco ou dez anos, todos os conhecimentos precisarão ser substituídos ou renovados, como uma constante demanda por novos aprendizados e habilidades:

Uma implicação que decorre daí é que os indivíduos cada vez mais terão que assumir responsabilidades pelo seu próprio aprendizado e reaprendizados continuados, pelo seu autodesenvolvimento e por suas próprias carreiras. Eles não podem mais presumir que aquilo que aprenderam quando crianças e jovens será o “alicerce” para o resto de suas vidas. Será a “plataforma de lançamento”, o lugar de decolagem, e não o lugar para construir e descansar. Eles não podem mais presumir que “entram para uma carreira”, a qual, a partir daí, prossegue por uma trajetória predeterminada, bem mapeada, e bem iluminada, até um destino conhecido – aquilo que os militares americanos chamam de “*progressing in grade*” (progredindo de posto). A suposição a partir de agora tem que ser a de que indivíduos por sua própria conta precisarão encontrar, determinar e desenvolver um certo número de “carreiras” durante suas vidas de trabalho. E quanto mais os indivíduos avançarem em seus estudos, mais empreendedoras serão suas carreiras e mais exigentes os seus desafios para o aprendizado (DRUCKER, 1985, p. 362).

Esta dinâmica impressa pelo modo de produção capitalista metamorfoseou o mundo do trabalho ao constante produzir, preparar, reproduzir, estudar, num infinito processo de servir ao capital. Tal modo de produção impossibilita ao trabalhador outra forma de coexistência humana com os seus e com o planeta de um modo geral, ou outro modo de produção da vida material, não calcado na produção do lucro através da extração de mais valia. Agora, o capital restringe a vida dos trabalhadores ao que estes podem produzir de riqueza e reduz ainda mais os

amparos legais no âmbito da sociedade capitalista, visando apenas ampliar os lucros. Como nos mostra Antunes (2008, p. 107):

Se, no passado recente, só marginalmente nossa classe trabalhadora presenciava níveis de informalidade, desde a década de 1990 esses níveis se ampliaram muito, especialmente quando se concebe a informalidade em sentido amplo, isto é, desprovida de direitos e sem carteira de trabalho. Desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento salarial acentuado, perda crescente de direitos, esse é o desenho mais freqüente da nossa classe trabalhadora. Resultante do processo de liofilização organizacional (Castilho, 1996) que permeia o mundo empresarial, em que as substâncias vivas são eliminadas, como o trabalho vivo, sendo substituídas pelo maquinário tecno-informacional presente no trabalho morto. E nessa empresa liofilizada, é necessário um “novo tipo de trabalho”, que os capitais denominam, de modo mistificado, de “colaborador”.

Esta forma de trabalho que não possui uma carreira que funcione como “plataforma de lançamento”, onde não se constrói, nem se estabiliza ou se descansa, é o resultado da flexibilização proposta para o mundo do trabalho neoliberal. As características exigidas para o trabalhador no modo de produção capitalista guinaram do modelo taylorista e fordista para o modelo toyotista. Antunes (2008, p. 107) aponta as características essenciais exigidas pelo capital:

Quais são os contornos desse “novo tipo de trabalho?” Ele deve ser mais “polivalente”, “multifuncional”, diferente do realizado pelo trabalhador que se desenvolveu na empresa taylorista e fordista. O trabalho que cada vez mais as empresas buscam não é mais aquele fundamentado na especialização taylorista e fordista, mas o que se gestou na fase da “desespecialização multifuncional”, do “trabalho multifuncional, que em verdade expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho (Bernardo, 2004). E isso ocorre tanto no mundo industrial como nos serviços, para não falar do agro-negócio.

Na perspectiva levantada pelo curso “Aprender a Empreender”, aprender significa adquirir conhecimento sobre o negócio, ter habilidade para montar, manter e desenvolver um empreendimento.

A análise dos textos que constam do Manual do Participante do curso “Aprender a Empreender” apresenta as noções geradas no interior do mesmo, para neutralizar o sentido dos imperativos do capital de formar empreendedores. As demais noções apresentadas no texto referem-se à parte “matemática” do curso, os números da empresa, que muito provavelmente podem materializar que o “Seja o

seu patrão!” possui dificuldades materiais imensas, mas que são insuficientes para apresentar o sentido do discurso presente nesta proposta em curso.

A análise do Manual do Participante permite também a apreensão de três categorias que assumem centralidade nas argumentações utilizadas. São elas: empreendedor, educação empreendedora e aprender empreendedorismo, as quais serão desenvolvidas a seguir.

3.2 Aprender a Empreender: principais conceitos da mais representativa apresentação pedagógica do empreendedorismo no Brasil

O curso “Aprender a Empreender” elenca uma série de conceitos, identificados na análise do material didático do curso, que denotam o intento do SEBRAE na organização de uma sociedade empreendedora. Alguns conceitos serão destacados nesta parte do estudo e sua fundamentação contará com o auxílio da sistematização feita por Fernando Dolabela no livro “O segredo de Luísa”.

Os conceitos de empreendedor, educação empreendedora e aprender empreendedorismo serão aqui identificados como categorias, visto que assumem a condição de potencializadores do curso e, portanto, são elaborados e reafirmados em função da dinâmica assumida até então pela cultura empreendedora que vem sendo difundida e se encaminham para elementos dessa dinâmica que devem ser reforçados e/ou modificados.

O primeiro conceito a ser trabalhado aqui é o que norteia toda a pesquisa, portanto, entender o significado de “empreendedor” em diferentes perspectivas se faz de fundamental importância na observação dos princípios fundamentais do empreendedorismo.

No Manual do Participante do curso “Aprender a Empreender” (SEBRAE, 2002), metaforicamente, o “empreendedor” aparece como o indivíduo que desenvolve um comportamento que visa realizar e executar ações voltadas à constituição de uma empresa.

Ser um empreendedor é muito mais que ter a vontade de chegar ao topo de uma montanha; é conhecer a montanha e o tamanho do desafio; planejar cada detalhe da subida, saber o que você precisa levar e que ferramentas utilizar; encontrar a melhor trilha, estar comprometido com o resultado, ser persistente, calcular os riscos,

preparar-se fisicamente; acreditar na sua própria capacidade e começar a escalada (SEBRAE, 2002, p. 4).

Dolabela (2008) afirma que hoje o empreendedor representa o “motor da economia”, um agente de mudanças. E, calcado no economista austríaco Schumpeter, associa o empreendedor ao desenvolvimento econômico, à inovação e ao aproveitamento de oportunidades em negócios. Dolabela (2008, p. 23) aprofunda o conceito: “Um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões”. Ainda nesta perspectiva ideal, Dolabela (2008) relaciona empreendedorismo e desenvolvimento social como extensão do desenvolvimento econômico, o empreendedor então aparece como “[...] alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (DOLABELA, 2008, p. 23).

Tecendo considerações sobre o perfil do empreendedor, Dolabela (2008, p. 23) assevera que “[...] o empreendedor é um ser social, produto do meio em que vive (época e lugar)”. Se uma pessoa vive em um ambiente em que ser empreendedor é visto como algo positivo, terá motivação para criar seu próprio negócio. É um fenômeno local, ou seja, existem cidades, regiões, países mais – ou menos – empreendedores do que outros. O perfil do empreendedor (fatores do comportamento e atitudes que contribuem para o sucesso) pode variar de um lugar para o outro (DOLABELA, 2008, p. 23).

Para o autor, diferentemente dos objetivos da educação escolar, que tem o conhecimento científico como foco, formar o empreendedor não implica ter como objetivo central de estudo o conhecimento, mas a mudança de atitudes e comportamentos. Isso sugere um desafio muito maior do que as possibilidades da escola tal como a conhecemos atualmente. Dolabela (2008) ainda acrescenta que a prosperidade do sistema capitalista ganha vitalidade na iniciativa do jovem cidadão de empresariar suas individualidades.

Neste aprendizado de mudança de comportamento, talhado por diferentes estratégias, uma ganha destaque. Segundo Dolabela (2008), as “pregações” se revelam ineficazes, sendo que o confronto do aluno com narrativas reais é mais eficaz. O formato de “novela de ficção” é uma estratégia utilizada tanto no curso “Aprender a Empreender”, como no livro “O segredo de Luísa”, com mais de 150 mil exemplares vendidos. Por este caminho, Dolabela propagou seus escritos a mais de 4 mil professores universitários e 10 mil professores da educação infantil no Brasil,

considerados pelo autor como difusores do empreendedorismo, por meio da educação empreendedora. Este é o segundo conceito essencial a ser trabalhado.

Dolabela (2008) considera o empreendedorismo um instrumento de desenvolvimento social (não só de crescimento econômico) e utiliza a educação empreendedora como meio de disseminação para que se possa produzir mudança cultural. Em 1992, Dolabela criou a “Oficina do Empreendedor”, desenvolvida em mais de 400 instituições de ensino superior no Brasil e na América do Sul. Porém, o ponto central para um país que deseja buscar o desenvolvimento, segundo o autor, é o foco no ensino básico e, dentro dele, a educação empreendedora para crianças a partir de quatro anos, até a adolescência. Segundo o mesmo autor, isso não significa formar empresários nas escolas, mas, numa visão ampliada de empreendedorismo, que campeia as atividades humanas, na pesquisa, nos governos, nas artes, em qualquer lugar. Para Dolabela (2008), “O empreendedor é definido pela forma de ser, e não pela maneira de fazer. A meta é que todos se preparem para empreender na vida”. Esse é o sentido maior atribuído a uma educação empreendedora.

Esta dimensão cultural do “empreendedorismo” é compartilhada por Souza (2005) que destaca a forma abrangente como vem sendo utilizado o termo, referindo-se a “[...] ações inovadoras e dinâmicas em busca de resultados concretos em empresas, em geral, e em outras organizações, tanto governamentais como não governamentais”. Para a autora, é de fundamental importância compreender “as razões que determinam, incentivam ou limitam a ação empreendedora”. No caso brasileiro, de forma especial, tal ação pode ser potencializada com a consolidação de um processo de desenvolvimento econômico e social sustentável em uma ambiência de globalização (SOUZA, 2005, p. 15).

Segundo Dolabela (2008), está na natureza humana ser empreendedor, nascemos empreendedores, a espécie humana é empreendedora, e com base neste preceito, assevera que o empreendedorismo não é um tema novo ou modismo: existe desde sempre, desde a primeira ação humana inovadora, com o objetivo de melhorar as relações do homem com os outros e com a natureza. Não é um fenômeno apenas econômico, mas sim social. O empreendedor está em qualquer área e não se resume ao sujeito que abre uma empresa.

Empreendedorismo é uma das manifestações da liberdade humana. Não é um fenômeno individual, não é um dom que poucos têm. É coletivo, comunitário. A comunidade tem o empreendedor que merece, porque cabe a ela criar o ambiente propício. A tese de que o empreendedor é fruto de herança genética não encontra mais seguidores. O ambiente favorável ao desenvolvimento empreendedor (em comunidades ou empresas) não pode prescindir de elevadas doses de democracia (e não de autocracia), cooperação (e não somente de competição) e relações estruturadas em rede (e não hierarquizadas) (DOLABELA, 2008, p. 24).

O calço do empreendedorismo está nos pilares do modo de produção capitalista e isto pode ser percebido quando Dolabela (2008, p. 24) exalta seu fundamento, a cidadania. Segundo o autor, o empreendedorismo “[...] visa a construção do bem-estar coletivo, do espírito comunitário, da cooperação. Antes de ser aluno, o estudante deve ser considerado um cidadão”. Para o autor, aí está, também, a importância do empreendedor como responsável pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento social que, por meio da inovação, dinamiza a economia.

Esta premissa referenda a idéia central do curso “Aprender a Empreender” de que a alternativa do século 21 para a resolução dos problemas relacionados ao desemprego está na possibilidade do cidadão gerenciar suas individualidades e responsabilizar-se por seu sucesso no mercado de trabalho. Para Dolabela (2008, p. 24), “[...] o empreendedorismo é a melhor arma contra o desemprego”. Em tempos de precarização extrema da contratação da mão-de-obra, esse discurso e essa prática são determinantes para a retro-alimentação do modo de produção capitalista.

Neste sentido, o SEBRAE tem um papel fundamental. Segundo Souza (2005, p. 15), a base dos projetos da entidade, neste momento, está vinculada ao empreendedorismo, à educação empreendedora e ao desenvolvimento sustentável. Além do “Aprender a Empreender”, outros cursos são ofertados pelo SEBRAE, com o objetivo de desenvolver uma cultura empreendedora no Brasil, e a instituição é precursora deste movimento.

De acordo com Dolabela (2008, p. 25), para a sociedade, “[...] o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século 21 mais do que a revolução industrial foi para o século 20”. Para o indivíduo, Dolabela (2008) afirma que o empreendedorismo representa geração de autonomia, auto-realização, busca do sonho, condições indispensáveis em qualquer tipo de atividade profissional:

É uma livre tradução que se faz da palavra *entrepreneurship*, que contém as idéias de iniciativa e inovação. É um termo que implica uma forma de ser, uma concepção de mundo, uma forma de se relacionar. O empreendedor é um insatisfeito que transforma seu inconformismo em descobertas e propostas positivas para si mesmo e para os outros. É alguém que prefere seguir caminhos não percorridos, que define a partir do indefinido, acredita que seus atos podem gerar conseqüências. Em suma, alguém que acredita que pode alterar o mundo. É protagonista e autor de si mesmo e, principalmente, da comunidade em que vive. Abrir empresas, ou empreendedorismo empresarial, é uma das infindáveis formas de empreender. Podem ser empreendedores também o pesquisador, o funcionário público, o empregado de empresas. Podem e devem ser empreendedores os políticos e governantes. As ONGs e o terceiro setor estão repletos de empreendedores. É empreendedor o artista, o escritor, o poeta que publica os seus versos, porque é necessário compartilhar os resultados de seu trabalho (DOLABELA, 2008, p. 24).

Seguindo a lógica presente no material didático do curso “Aprender a Empreender”, assim como os caminhos desenvolvidos por Dolabela na obra “O segredo de Luísa”, os conceitos e definições traçados até aqui (empreendedor e educação empreendedora) desenvolvem a tese da possibilidade de formar o empreendedor. Articulados, esses conceitos devem servir como estratégia de desenvolvimento do potencial empreendedor em cada indivíduo. Por isso o estudo do perfil de empreendedor tem sido de grande valia para a educação na área.

Segundo Dolabela (2008), o empreendedorismo é um fenômeno cultural, ou seja, empreendedores nascem por influência do meio em que vivem e têm sempre um modelo, alguém que os influencia. Baseado nesta crença o autor elenca alguns questionamentos: Como alguém se torna empreendedor? O empreendedor nasce pronto? É fruto de herança genética? É possível ensinar alguém a se tornar empreendedor, a ser empreendedor?

Ponderando sobre a questão da relação ensino/aprendizagem, Dolabela afirma que não é possível transferir conhecimentos empreendedores – como em disciplinas escolares – porque o empreendedorismo não é um conteúdo cognitivo convencional. O autor indica a impossibilidade de se ensinar empreendedorismo, mas releva a possibilidade de aprender a ser empreendedor, desde que por meio de um sistema bastante diferente do ensino tradicional.

Ao afirmar que o empreendedorismo é “um tema universal, e não específico ou acessório”, Dolabela defende que tal disciplina deve estar incluída na educação

básica e ser oferecida para todos os alunos. Esse intuito de constituir uma pedagogia empreendedora em escolas da educação básica ganhou corpo a partir de 2003, e em menos de dois anos alcançou redes públicas municipais de 126 cidades, totalizando cerca de 10 mil professores, 300 mil alunos e centenas de escolas que, até este período, já haviam levado a metodologia para a sala de aula (DOLABELA, 2008, p. 13).

As narrativas feitas durante as palestras, frutos de experiências diversas acumuladas por Dolabela, e que possibilitaram a publicação de “O segredo de Luísa”, trazem um tom de simplicidade ao tratar dos conceitos vinculados ao empreendedorismo. Isso se deve à necessidade de seu conteúdo ser o mais acessível possível para ampliar suas possibilidades de abrangência, quer seja por faixa etária ou grau de escolaridade. A obra de Dolabela, “O segredo de Luísa”, bem como o curso “Aprender a Empreender”, trazem, de maneira simples, o que se considera de mais avançado no mundo, na área de empreendedorismo, num formato de uma “[...] pequena novela sobre a criação de uma empresa, baseada na crença de que prazer e emoção constituem temperos imprescindíveis ao ato de aprender” (DOLABELA, 2008, p. 14).

Encontra-se aqui outro conceito chave, utilizado em larga escala na difusão do empreendedorismo: o “aprender”. A noção presente no Manual do Participante do curso “Aprender a Empreender” revela que, para o empreendedor, “aprender” significa adquirir conhecimento, habilidade e atitude: aprender é reunir o conhecimento, a habilidade e a atitude para fazer alguma coisa. Da mesma forma que um livro de receitas não pode garantir um bom almoço, não existe uma fórmula que possa garantir o sucesso de um empreendedor (SEBRAE, 2002, p. 14).

A metodologia, por contraditório que seja, busca ensinar a ser empreendedor, ou pelo menos, no caso específico do livro “O segredo de Luísa” e dos materiais do curso “Aprender a Empreender”, ensina a elaborar um Plano de Negócios que tem como objetivo tentar diminuir a alta taxa de “mortalidade infantil” das iniciativas empresariais. As estatísticas do SEBRAE indicam que 60% das 500 mil pequenas e microempresas que são abertas todos os anos no Brasil fecham as portas antes de completar cinco anos (DOLABELA, 2008, p.15). Mas este quadro tem mudado.

A obra de Dolabela, bem como a história desenvolvida nos vídeos do curso “Aprender a Empreender”, tentam dramatizar o processo de criação de uma empresa. Nesses materiais o assunto é abordado contextualmente; ou seja, é o

problema que constitui a motivação para o aprendizado, porque é assim que, segundo Dolabela (2008), o empreendedor realmente aprende: primeiro, estabelecendo aonde quer chegar; depois, buscando os conhecimentos e os meios necessários para alcançar os objetivos traçados.

A educação empreendedora deve estimular a capacidade de aprender a empreender de uma forma específica, diferenciando-se metodologicamente da educação escolar e do tradicional "estudo de caso", largamente utilizado no ensino de administração de empresas. No livro "O segredo de Luísa", como afirma Dolabela (2008, p. 15) "[...] o assunto é tratado por meio de uma história narrada em tom coloquial, muito perto da realidade vivenciada por centenas de alunos dos cursos de empreendedorismo". O centro das preocupações é a pessoa, e não a técnica, a ferramenta. Ele assevera que na atividade empreendedora "[...] o conhecimento é volátil, mutante, nervoso, emocional. O ser é mais importante do que o saber, razão pela qual o empreendedor precisa ser alguém preparado para aprender a empreender" (DOLABELA, 2008, p. 15).

Dolabela (2008, p. 15), afirma que, de uma maneira geral, na administração, procura-se um instrumento que resolva todos os problemas, esquecendo de investir na formação do ser criativo, capaz de definir a partir do indefinido, de conceber e gerar sistemas, e não somente de operá-los. Para isso, além da educação básica, o ensino de empreendedorismo deve ser disseminado em universidades pelo país afora.

Esse objetivo está sendo alcançado, principalmente em função do CNPq, cujos projetos são um divisor de águas na educação empreendedora no país. Assim, por meio de programas promovidos por organismos como CNI-IEL [Confederação Nacional da Indústria – Instituto Euvaldo Lodi], Sebrae, Softex e centenas de instituições de ensino superior de todo o Brasil, minha metodologia Oficina do Empreendedor, como já foi dito, começa a romper as fronteiras do país depois de espalhar-se pelas escolas superiores. Isso representa uma importante **alternativa à tendência centenária das nossas universidades de formar empregados** (DOLABELA, 2008, p. 15, grifo nosso).

"O segredo de Luísa" ocupa um vão existente na carência de uma metodologia para o ensino de criação de empresas. Sendo assim, o Plano de Negócios existente no livro corresponde ao objetivo do curso "Aprender a Empreender", que elabora um minucioso esquema para ensinar os passos para a criação de uma empresa, o desenvolvimento de conceitos básicos, os exemplos

práticos, o exercício de simulação, a organização de planilhas, entre outras ações que facilitam o desenvolvimento do aprendizdo aos postulantes a empreender um pequeno negócio. Ser seu patrão ganha um ar de viabilidade ao mais singelo trabalhador.

Segundo Dolabela (2008, p. 18),

O que faz um empreendedor é um conjunto de atitudes e comportamentos que o predispõem a ser criativo, a identificar a oportunidade, a saber agarrá-la. E a encontrar e gerenciar os recursos necessários para transformar a oportunidade em um negócio lucrativo. O conhecimento que interessa ao empreendedor é aquele que possa ser aplicado na sua empresa. **E o principal conhecimento do empreendedor não está nos livros, mas à sua volta, nas pessoas, no mercado, no mundo.** A leitura e a interpretação que o empreendedor faz do ambiente é que irão conduzi-lo ou não ao sucesso. Assim, estar preparado para adquirir conhecimentos significa: saber identificar aquilo de que se precisa no momento próprio e na intensidade adequada; saber assimilá-lo e, o mais importante, saber aplicá-lo. Desse modo, preocupamo-nos em preparar pessoas que **aprendam a aprender**, para que saibam buscar sozinhas o conhecimento necessário ao sucesso de sua empresa [Grifo nosso].

É disso que Dolabela trata no livro “O segredo de Luísa”. É um romance que envolve a vida sentimental da personagem principal, junto com a concretização da sua idéia de ter o seu próprio negócio. Em síntese, o livro trata da realização do sonho de abrir uma empresa. Esse referencial foi assimilado pelo curso “Aprender a Empreender”, do SEBRAE, que desenvolve igual metodologia, com personagens envolvidos desde a concepção da idéia até a realização da abertura da empresa. Tanto no curso como no livro, apesar de enfrentarem dificuldades e obstáculos, as personagens que seguem os passos do Plano de Negócios conseguem auferir sucesso. No caso de Luísa, personagem central do livro, em *flashback* ela aparece no início do texto recebendo um prêmio de “Melhor Empreendedor Global do Estado de Minas Gerais”, na Federação das Indústrias do Estado.

Assim como no livro, o foco no comportamento também é uma das premissas do curso “Aprender a Empreender”. O foco é o comportamento, sob o ponto de vista da atitude, da forma de agir e de se comportar daqueles que pretendem abrir um negócio ou mesmo daqueles que já possuem um pequeno negócio e não desejam engrossar as estatísticas nacionais de quebra de empresas em curto período de

tempo. O Manual do Participante do curso indica que o maior motivo para a quebra das empresas é a falta de informação e planejamento (SEBRAE, 2002, p. 11).

Se “[...] o futuro do modo de produção capitalista depende das micro e pequenas empresas”, como descreve o Manual do Participante (SEBRAE, 2002, p. 15), em função da globalização econômica e dos empregos reduzidos em grande medida após os anos 1990, cresce ainda mais a importância das micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2002, p. 16). Esta é a lógica do mercado. Para entendê-la sob esta perspectiva, o curso delinea o conhecimento sobre consumidores, fornecedores e concorrentes na oferta de produtos e serviços (SEBRAE, 2002, p. 21).

O ensino sobre o mercado segue ainda alguns passos como: estar atento às oportunidades; conhecer os valores e as necessidades do mercado consumidor; organizar-se para atender o mercado consumidor; identificar o mercado concorrente; conhecer o seu mercado consumidor; identificar características gerais, atividades, interesses e opiniões, o que leva essas pessoas a comprar e onde está o seu mercado.

Uma das principais características do comportamento empreendedor relaciona-se à busca de oportunidade e iniciativa. Sendo assim, o empreendedor, segundo o Manual do Participante (SEBRAE, 2002, p. 37), precisa estar atento e usar todos os recursos ao seu alcance para acompanhar o movimento da empresa e do mercado. Esta relação entre mercado e pequeno empreendedor escraviza o indivíduo às determinações do modo de produção; passa a ser uma relação de sobrevivência, precarizando a existência de vínculos trabalhistas e gerando uma pesada carga tributária. O pequeno empreendedor “respira” o seu negócio, com carga de trabalho demasiada e poucos amparos no que tange aos direitos. Muitas vezes, tais empreendedores vêm-se endividados pelo “crédito da oportunidade” dos grandes bancos.

Em entrevista à Revista de Negócios (2004, p. 128), Fernando Dolabela sintetiza as pretensões da Pedagogia Empreendedora:

Essa metodologia é voltada para o desenvolvimento social, redefinindo uma proposta empreendedora para o Brasil. Ela vê o empreendedorismo como um instrumento muito forte não só de desenvolvimento de geração de riqueza, mas também como um fenômeno social e cultural. Na Pedagogia Empreendedora, vemos o problema econômico como consequência de soluções ideológicas,

sociais e culturais. Eu a vejo como um instrumento de combate à miséria. A Pedagogia Empreendedora e o empreendedorismo que eu defendo, que eu pratico, é aquele que pode provocar a mudança cultural. Estamos falando de mudança, e não de transferência de um conteúdo cognitivo convencional. Estamos falando de uma nova forma de relacionamento entre as pessoas porque é esse relacionamento que estimula ou inibe a capacidade empreendedora. Um relacionamento fortemente hierarquizado, autocrático, tende a destruir a capacidade empreendedora. Já um relacionamento democrático, em rede, onde todos têm a mesma autonomia, têm o poder de influenciar seu próprio futuro e o de sua comunidade; tende a disseminar o empreendedorismo (REVISTA DE NEGÓCIOS, 2004, p. 128).

Ainda na mesma entrevista, Dolabela explica o funcionamento desta Pedagogia Empreendedora como algo mais amplo do que a formação de microempresários, e exalta a figura do indivíduo para um protagonismo dentro deste modelo de sociedade:

Sinteticamente, eu diria que não se pode dar uma direção ao aluno para que ele seja um empreendedor empresarial, mas para que seja empreendedor em sua forma de ser. Abrir uma empresa pode ser uma opção do aluno. Porém, ele pode ser empreendedor em qualquer atividade. Ele pode ser empreendedor sendo músico, poeta, funcionário público, político, etc. Então, dentro da Pedagogia Empreendedora, a atividade empreendedora torna-se universal. A empresa passou a ser uma das múltiplas formas de ser empreendedor. Este conceito está descrito no livro Pedagogia Empreendedora que também apresenta os procedimentos metodológicos com foco na comunidade, e não no indivíduo. Porém, trabalha-se o indivíduo porque, dentro da Pedagogia Empreendedora, o empreendedor é um indivíduo que gera utilidade para os outros, que gera valor positivo para sua comunidade. Assim, procura-se desenvolver as comunidades através das pessoas (REVISTA DE NEGÓCIOS, 2004, p. 124).

Os conceitos traçados por Dolabela no livro “O segredo de Luísa” são alinhados com aqueles presentes no curso “Aprender a Empreender”. Aqui mereceram destaque os conceitos de empreendedor, educação empreendedora e aprender. Conceitos por vezes maquiados e exaltados de forma extremamente positivada. A apologia ao empreendedorismo e à modificação de comportamentos como forma de “romper” com a cultura pedagógica de “formar empregados” aparece como a solução para o desemprego estrutural. “Aprender a Empreender”, então, suscita a possibilidade do indivíduo ser seu próprio patrão, independentemente de sua escolaridade, faixa etária, etnia, ou designações outras. Ser empreendedor, ter

iniciativa e aproveitar oportunidades do mercado está além de todos os condicionantes sociais, econômicos ou outros diversos.

Esta abstração da condição histórica e social dos sujeitos – especialmente os desempregados de baixa escolaridade, que são aqueles que vêm sofrendo mais fortemente os efeitos do contexto capitalista – é uma constante nos materiais do curso “Aprender a Empreender”, inclusive nos vídeos utilizados nas aulas, como se verá a seguir.

3.3 Análise dos vídeos do curso “Aprender a Empreender”

Neste momento do capítulo 3 a análise recai sobre os vídeos do curso, estruturados por uma história fictícia e entrelaçados por histórias reais de empreendedores: pessoas que, com dificuldades diversas, empreenderam e tornaram-se seus próprios patrões! Os exemplos são muito fortes e a idéia presente é “se estes conseguiram, por que eu (todos os indivíduos se acham especiais) não conseguiria?”. Segundo a proposta do curso “Aprender a Empreender”, direcionada para o futuro empreendedor:

O Vídeo – As histórias narradas no vídeo apresentam simulações de situações reais para que você possa observar as formas de agir de cada pessoa e quais as alternativas de solução encontradas em cada circunstância. Os exemplos apresentados ajudam a compreender os conteúdos mais complexos dos capítulos. O enredo dos vídeos – A história está ambientada em um mercadinho, de uma cidade do Brasil. Você irá conhecer os donos Mário e sua mulher Ana Lúcia e todos os personagens que passam por ali. Observe como eles se comportam, como enfrentam as dificuldades do dia-a-dia e resolvem seus problemas (SEBRAE, 2002, p. 5).

Os diálogos contidos nos vídeos do curso “Aprender a Empreender” representam “a fórmula” para formar empreendedores, ou para possibilitar que o trabalhador: “Seja o seu patrão!”. Com chavões muito comuns usados no cotidiano da mídia nacional, os diálogos representam a popularização da ideologia burguesa neste momento histórico. Os relatos referem-se ao dia a dia de algumas famílias que possuem comportamentos diversos na organização do negócio próprio. Famílias que desenvolvem o chamado “espírito empreendedor” e conseguem sucesso pessoal e profissional, e famílias que degradingolam por não desenvolver as características empreendedoras.

Apresentar parte dos trechos dos diálogos que envolvem as personagens do curso “Aprender a Empreender” pode desvelar as características principais do discurso ideológico presente no mesmo. Sendo assim, agora a observação principal foca-se nos vídeos do telecurso do SEBRAE.

Cada capítulo, nos vídeos, vem acompanhado de histórias reais de empreendedores que narram suas experiências de sucesso, os percalços vividos e como estes auxiliaram nos acertos que fizeram a empresa prosperar. Esta é a forma de apresentação para o ensino do empreendedorismo com maiores possibilidades de êxito, segundo Dolabela (2008), pois, para ele, o confronto do aluno com narrativas reais é mais eficaz do que as pregações teóricas em sala de aula. O formato de “novela de ficção” é uma estratégia utilizada pelo curso “Aprender a Empreender”, para sua mensagem chegar aos trabalhadores de forma singela e objetiva.

Acompanhar o desenvolvimento dos vídeos possibilita aos alunos do curso aprender noções essenciais na consecução do negócio próprio. No Capítulo 1, o centro da história tem como cenário o “Mercado Boa Esperança”. Seu Mário, proprietário do mercadinho, é o protagonista, e possui “espírito empreendedor” bem desenvolvido. Ele, juntamente com a esposa (Dona Lúcia) e dois filhos (Rafaela e Fábio), trabalham no empreendimento.

A história de Mário é como a da maioria dos brasileiros, com muitas dificuldades no passado; quando ainda era adolescente, precisou largar os estudos para ajudar seus pais e auxiliar no sustento da casa. Em conversa inicial com seu filho fala da necessidade deste levar os estudos a sério, ao que o filho responde que mesmo o pai não estudando, conseguiu o que queria: “Ter o próprio negócio!”. Seu Mário fala das dificuldades que teve ao longo da vida para chegar ao mercadinho, iniciando com a venda de verdura de porta em porta. Ele chama a atenção do filho que quer jogar bola ao invés de estudar, e afirma: “– Seu futuro também está te esperando e é você que define de que jeito que você quer chegar lá!”.

A lógica do “Seja o seu patrão!” avança em relação às proposições outras que sustentavam que, para se ter sucesso na sociedade capitalista era necessário ampliar a escolaridade e que a escola era a oportunidade de ascensão social, ou seja, que a vontade e a persistência, características essenciais dos empreendedores, passam a representar mais do que o “funil” e a certificação do

sistema escolar na escalada do “sucesso”. Aparece então, de forma mais clara, um desvínculo entre trabalho e educação.

Na cena seguinte, ainda no Capítulo 1, a filha Rafaela, que é estudante de administração, encontra o irmão Fábio e afirma estar fazendo uma pesquisa para avaliar o grau de empreendedorismo das pessoas, e o entrevista: “Você estabelece metas e objetivos que são desafiantes e têm um significado pessoal? Você aproveita as oportunidades fora do comum para iniciar um negócio? Você é fiel às promessas que faz? Você gosta de desafios e novas oportunidades? Você leva em conta os problemas que podem se apresentar, e antecipa as soluções? Você faz as coisas que devem ser feitas sem que os outros tenham que pedir?”

Seguindo a lógica liberal, o indivíduo é responsável por todos os caminhos próprios, definições sobre suas ações, forma de se comportar diante do imprevisível, pressionado pelo desafio constante, adaptabilidade e instabilidade como oportunidade, planejamento em função de metas e tudo isso vinculado à produção de mais valia. Neste emaranhado, desaparecem as condições do “ser” pertencente a uma classe e o indivíduo é tido como empresa de si mesmo, “Você S/A”, trazendo um estranhamento da mercadoria que produz e de si mesmo. Segundo Antunes (2008, p. 137):

Parece uma obviedade que, na sociedade regida pelo capital, ocorre a desidentidade entre indivíduo e gênero humano especialmente quando o olhar se volta para o mundo do trabalho. Marx referiu-se a essa dimensão aguda, complexa e contraditória, nos Grundrisse: “O grau e a universalidade do desenvolvimento das faculdades, que torna possível esta individualidade [os indivíduos universalmente desenvolvidos] supõe precisamente a produção baseada sobre o valor de troca, que cria, pela primeira vez, ao mesmo tempo, a universalidade do estranhamento frente a si mesmo e aos demais e a universalidade e a multilateralidade de suas relações e habilidades. Em estágios de desenvolvimento anteriores, o indivíduo se apresenta com maior plenitude precisamente porque não havia ainda a plenitude de suas relações e não as pôs, frente a ele, como potências e relações sociais autônomas”.

“Aprender a Empreender” é o recado mais forte do capital na exaltação da figura do indivíduo para o mundo do trabalho, hoje. Toda a articulação da classe trabalhadora no histórico embate com a burguesia, em seus diversos momentos – em especial aqueles que representavam a luta contra a exploração exposta, quando a organização produtiva tinha bases tayloristas/fordistas, assim como todas as demandas que viraram direitos trabalhistas, frutos de conquistas e/ou concessões,

mas de uma forma geral acabaram por constituir movimentos sociais organizados, sindicatos, instrumentos dos trabalhadores no cenário de conflito –, hoje está severamente ameaçada.

Esta realidade é vista até nos países centrais, onde a luta dos trabalhadores fortaleceu a noção de classe e impingiu à burguesia, pela construção de possibilidades outras de organização do modo de produção, uma referência em termos de presença do Estado, de classe, e a serviço da burguesia: *Welfare State*.

Se couber a pergunta sobre a existência de diferença entre o trabalho formal, ou informal para a relação capital/trabalho, se poderia refletir que os direitos, por vezes amenizam o conflito entre trabalhadores e burgueses e prorrogam a derrocada da ordem capitalista. Porém, como lutar? Como organizar a classe trabalhadora? Como reverter revolucionariamente a ordem vigente? Como buscar a consciência de classe dentro do modo de produção capitalista, que aflora o indivíduo dono de seus destinos? Segundo Antunes (2008, p. 138):

Se o indivíduo é expressão da singularidade e o gênero humano é uma dimensão da universalidade, a classe é a mediação que particulariza os seres sociais que vivenciam condições de similitude em sua existência concreta no mundo da produção e reprodução social. A consciência de uma classe é, pois, a articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular. Essa consciência do ser que trabalha é, portanto, uma processualidade, algo em movimento em seu ir-sendo.

Há uma diferença enorme entre ser trabalhador formal ou informal. Ser empreendedor é ser extremamente precarizado. Como afirma Antunes (2008, p. 114), ser informal é ser desefetivado, desrealizado e brutalizado. No discurso do “Seja o seu patrão!”, não aparece esta face do empreendedorismo. A exploração de “si” por “si” é ainda maior, pois o “si” por “si” não está para além do mercado. Por mais informal ou empreendedor que seja o trabalhador, ele, direta ou indiretamente, está sujeito às regras de mercado. Pior ainda: sem amparos e direitos!

Na sequência do capítulo, num diálogo entre Rafaela e Dona Lúcia (mãe), a filha expõe as possibilidades do mercadinho com a utilização da rede mundial de computadores (Internet). Seu Mário acrescenta que as possibilidades ampliam-se com a globalização, especialmente no comércio e serviço.

Da mesma forma que no texto do Manual do Participante (SEBRAE, 2002), o processo de globalização é visto como algo estéril, vinculado especificamente ao

desenvolvimento das comunicações e da informática, como se estas não fossem resultado em última instância do trabalho humano. Milton Santos (1995), em entrevista à Folha *Online*, contradita este sentido de globalização presente no curso:

A globalização é o estágio supremo da internacionalização. O processo de intercâmbio entre países, que marcou o desenvolvimento do capitalismo desde o período mercantil dos séculos 17 e 18, expande-se com a industrialização, ganha novas bases com a grande indústria, nos fins do século 19, e, agora, adquire mais intensidade, mais amplitude e novas feições. O mundo inteiro torna-se envolvido em todo tipo de troca: técnica, comercial, financeira, cultural. Vivemos um novo período na história da humanidade. A base dessa verdadeira revolução é o progresso técnico, obtido em razão do desenvolvimento científico e baseado na importância obtida pela tecnologia, a chamada ciência da produção. Todo o planeta é praticamente coberto por um único sistema técnico, tornado indispensável à produção e ao intercâmbio e fundamento do consumo, em suas novas formas (SANTOS, 1995, p. 2).

O processo de globalização resulta em superexploração global sobre o trabalho e ameaça os direitos dos trabalhadores pelo mundo. Isso se evidencia observando que nações como a China produzem em larga escala, espalham seus produtos pelo mundo e ao mesmo tempo acelera-se o ritmo de opressão sobre os trabalhadores, de subtração de mais-valia, que beira a condições sub-humanas. A China é só um exemplo recente do que ocorre pelo mundo.

Numa nova cena do vídeo do curso, aparece uma cliente empreendedora que se beneficiou do processo de globalização. Ela exporta seus produtos e, depois de duas tentativas frustradas, conseguiu empreender com sucesso, exaltando o “lado benéfico” da globalização.

No mercadinho, durante uma conversa entre os familiares, a cliente chega ao estabelecimento. Seu nome é Dorinha, e ela montou uma empresa de confecção e por duas vezes tentou caminhos no ramo: primeiro com vestidos de noiva e depois, no período da abertura aos mercados, com camisolas, mas pelas condições de mercado não prosperou. Agora, com a experiência das suas duas outras tentativas frustradas e o desenvolvimento do seu potencial empreendedor, ela sentia-se fortalecida para empreender novamente. Naquele momento ela estava preparando uma coleção de biquínis para exportar para a Europa, melhorou sua condição de competitividade e prosperou, sem sair do Brasil. Recebe um elogio de seu Mário, dono do mercadinho, pela persistência e inovação com modelos diferenciados.

Dorinha possuía duas características empreendedoras, destacadas pelo curso: persistência e inovação. Tais características acabam por referendar que é o mercado quem dita e define o sucesso ou o insucesso, mas que o indivíduo empreendedor deve estar atento a todo tempo às novas oportunidades. Em função disso, ainda que um trabalhador empreenda um negócio próprio e que este não prospere, ele terá sempre a oportunidade de aprender com as derrotas, retomar o caminho e voltar ao mercado, diferentemente daquele trabalhador formal que após estar vários anos em uma empresa, depois de demitido, fica sem perspectiva de reinserção produtiva; no ditado popular, “fora do mercado de trabalho”. Há que se perceber o grau de perenidade do discurso empreendedor.

Dias (2006, p. 46) assevera que, para Schumpeter, a capacidade de inovação é um atributo fundamental ao empreendedor, e este procura constantemente dar originalidade aos negócios, pois, do contrário, ao cair em ações rotineiras, suas atividades não poderiam mais ser consideradas empreendedoras.

Em uma nova cena, Ronaldo, conhecido dos donos do mercado, chega ao estabelecimento e conta que foi demitido em função das reformulações no supermercado onde trabalhava. Foram realizadas mudanças nas formas gerenciais e introduzidas caixas com tecnologia digital, levando à grandes demissões nos supermercados, bem como à redução de pessoal, com acumulação da função de caixa e empacotador. A polivalência é uma característica muito cobrada dos trabalhadores. Desempregado, Ronaldo retorna à cidade natal para tentar trabalhar perto de sua família.

Sobre essa situação, que se torna cada vez mais comum, Antunes (2008. p. 185) afirma que

[...] a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais [...]. Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por sua vez, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural.

Num outro cenário, uma loja de material de construção, “O Mestre da Construção”, aparece um personagem que representaria o papel de comerciante antigo, preso a características administrativas e gerenciais ultrapassadas, ou seja,

um pequeno empresário que não é empreendedor: Senhor Ademar. Apreensivo com as contas da loja, atolado em dívidas com fornecedores, Ademar fala ao filho Danilo que está quebrado. O filho responde que quem está quebrada é a loja, e aconselha ao pai observar onde errou e corrigir os erros. O pai não aceita ter errado no planejamento e culpa a concorrência pelo insucesso.

Um dos principais sintomas da precarização do trabalho é a crença do trabalhador empreendedor que se dedicou ao extremo ao seu negócio, confundir-se com o empreendimento. Esta cena com “Seu Ademar”, o falido dono da loja de material de construção, é típica. O empreendedor crê ser somente o que produz, mercadoria de si mesmo. Daí a expressão “Estou quebrado!”.

O filho de seu Ademar, Danilo, e o funcionário da loja de material de construção aparecem como exemplos de empreendedores. O primeiro segue o roteiro do curso “Aprender a Empreender” e o segundo, formado em administração, adquire a empresa do ex-patrão. Danilo namora Rafaela, e pensa em abrir um negócio no ramo da alimentação. A moça explica que há uma grande diferença entre ser empresário e ser empreendedor, para o que é preciso gostar do negócio e ter iniciativa.

O insucesso de “Seu Ademar” tem um único responsável: ele mesmo. As cenas em que ele aparece gerenciando seu negócio procuram reafirmar isso a todo instante. A culpa não é da concorrência, mas do empreendedor que falhou em partes do processo, no negócio. Quando o trabalhador com emprego formal é demitido, a culpa pode ser dele, mas também pode ser do patrão, da empresa, do mercado... No caso do empreendedor, a culpa pela derrota é sempre dele! É o extremo precarizado!

Dias (2006, p. 22) salienta a perspectiva da precarização presente no curso Programa de Formação de Jovens Empreendedores, do SEBRAE:

O que se observa no discurso do empreendedorismo é a precarização do trabalho, que compreendemos com Irene Galeazzi (2002) como sendo uma diversidade de situações laborais que se afastam do padrão de emprego assalariado, regido por leis e condições de trabalho determinadas.

Ser empreendedor é ser precarizado, pois na perspectiva do “auto-emprego”, ele não usufrui nenhum dos direitos assegurados para o trabalhador assalariado, como as férias, remuneração nos períodos de parada de trabalho por enfermidade, descanso remunerado, seguro desemprego, aposentadoria, etc. Todo e qualquer benefício, nesta linha, deverá ser financiado pelo próprio trabalhador, que,

geralmente, não ganha rendimentos que lhe permitam custear parte destes benefícios similares à de um trabalhador assalariado.

Em outra cena no mercado, um vizinho avisa que vendeu um terreno para a construção de um supermercado e que seu Mário teria dificuldades para manter o seu negócio, tendo em vista a difícil concorrência com uma empresa maior. Até a conclusão da construção do “rival”, ele teria um ano para se adequar à nova realidade do mercado. Mudanças seriam necessárias para Mário manter o negócio. Na adaptabilidade ele busca crédito, reforma a loja e introduz novos produtos e novos serviços, com o apoio da esposa. “Como fazer? Vou conseguir! Para o Mário a chegada do supermercado não é um problema, mas um desafio em que ele redefine suas metas para enfrentar a concorrência”.

Como foi visto em Drucker (1985), a readequação é uma premissa para os empreendedores. O negócio próprio é só a plataforma de lançamento. A dinâmica é determinada pelo mercado e pela concorrência. Em um curso sobre empreendedorismo, os que erram têm novas oportunidades, mas na realidade existem levas de trabalhadores que tentaram ser seus próprios patrões e que hoje padecem como desamparados, endividados, envergonhados e excluídos até juridicamente pelos instrumentos do capital.

Fechando o capítulo, aparece a história real de um confeitiro que constrói, com muita dificuldade, a maior empresa de sobremesas de São Paulo. Nas suas palavras, o comportamento empreendedor é caracterizado pela força de vontade e do trabalho árduo, servindo de exemplo para a classe trabalhadora.

O primeiro capítulo do telecurso do SEBRAE apresenta os principais personagens, o contexto da história e algumas características empreendedoras necessárias ao trabalhador que vai empreender em algum ramo. Os capítulos seguintes são mais específicos e apontam para os conhecimentos necessários para planejar, iniciar, reformular o negócio na busca por competitividade e sucesso no mercado. Deles convém destacar características essenciais do empreendedor, elementos presentes no curso “Aprender a Empreender”, que maquam a conjuntura e os condicionantes do modo de produção capitalista.

O segundo capítulo traz o conhecimento sobre o mercado e a busca de oportunidades e iniciativas. O enredo da história continua com Ronaldo, ex-gerente de um supermercado, desempregado e buscando uma oportunidade no mercadinho

do Seu Mário. Ronaldo afirma ter algumas idéias que pretende pôr em prática no “Mercado Boa Esperança”.

No mercadinho, toda a família ajuda. Danilo, o filho, atendendo uma cliente, ouve a solicitação por biscoitos amanteigados, e ele tem a idéia de produzir este produto que não tem no mercado, mas a sua namorada lhe fala para fazer uma pesquisa para levantar se existiria demanda para o produto. Desta forma cotidiana, as oportunidades aparecem, o empreendedor tem a idéia e começa a planejar o seu negócio, para ser seu próprio patrão. Cabe ao empreendedor enxergar as demandas da comunidade onde vive, para, a partir dela, mobilizar recursos pessoais e materiais e empreender. Em todo lugar há demandas. Vive-se na sociedade do consumo.

Em qualquer lugar deste país, em especial nas grandes cidades, trabalhadores desempregados se envolvem em atividades diversas, na prestação de serviço, fazendo manutenções, consertando, etc.; no comércio, vendendo mercadorias de todas as ordens, servindo de colaborador de empresas, vendendo seus produtos, construindo, pintando, trabalhando. Enfim, em todos os ramos, em todos os lugares as pessoas desta sociedade precisam de mercadorias. Assim, o trabalhador empreendedor, observando o local onde vive vai encontrar espaço. Se não achar, não é empreendedor.

Em uma nova cena do seu Mário com Ronaldo, os dois buscam os diferenciais para concorrer com o novo supermercado. Ronaldo fala que o tratamento aos clientes é muito importante. Mário fala de diversas coisas: entrega de produtos a domicílio, novos investimentos, bons fornecedores, pesquisa para os clientes, além de outras ideias. Mário promove uma reunião com toda a família para levantar ideias e sugestões para gerenciar o mercadinho.

A burguesia aprendeu muito sobre a origem do conhecimento vinculada ao trabalho e hoje parece haver um grande “democratismo” nas empresas, muito diferente da organização taylorista/fordista, onde o trabalhador produzia mercadorias em um ritmo alucinante, com tarefas sucessivas, ininterruptas, como historicamente foi retratado no filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin.

Este “democratismo” não usa só o saber físico ou técnico do trabalhador. Utiliza também aspectos emocionais, psicológicos, características de caráter e de personalidade moldadas durante toda vida, os conhecimentos em campos diversos, as habilidades no campo do fazer, do gerenciar, das relações pessoais, e outras.

Hoje se usa o trabalhador como um todo, para um fim único, cerne do modo de produção capitalista: o lucro. É por este motivo que o capital premia, certifica, enaltece, massageia o ego, compensa financeiramente, com um bônus aquém do resultado do trabalho em si, mas do resultado que ele causa em cascata sobre os colegas de trabalho.

Seu Mário utiliza a família, não há nada de nefasto neste caso, porém na produção de mercadorias, nos trabalhos manuais simples, ou até complexos e de risco. Sem se dar conta, pais exploram filhos para manter a sobrevivência da família, da mesma forma que ocorre nas fábricas de tijolos, nos fornos, nos canaviais, nos sinais, nos lixões, onde quer que seja. Quantas crianças no Brasil trabalham informalmente no campo ou na cidade, em atividades desta natureza? Quando poderiam, como as crianças da burguesia, brincar, estudar, simplesmente ser criança.

A cotidianidade no modo de produção capitalista imprime, desde os mais tenros tempos de sua nefasta existência, uma aparência de naturalidade em tudo isso. Estas crianças trabalhadoras, ou a utilização da família no entorno das atividades, representa a multiplicação das atividades informais sem amparos e a multiplicação de produtos. Assim, empreendedores vinculam a produção sem amparo, mais força de trabalho, e por menos que possa parecer, o fim último é a produção para empresas ou para o mercado. O empreendedor não está para além das regras de mercado, ele está inserido nela. Ele é o extremo precário!

Voltando à reunião onde a família decide sobre os passos para conseguir sobreviver à concorrência que virá, surge uma idéia muito em voga no mercado de uma forma geral: “fidelizar clientes”. Para isso, decidem levantar promoções/sorteios voltados aos clientes, para cadastrar, atrair, premiar, pesquisar sobre aceitação dos produtos, a fim de criar vínculos e conhecer melhor os “passos” do mercadinho na dinâmica empreendedora.

Na loja de materiais de construção, “Seu Ademar” aparece com problemas diversos, nas contas, nos relacionamentos com clientes, numa discussão com o funcionário, de quem não aceita sugestões, repreendendo-o por dever saber o “seu lugar” como empregado. Neste momento há uma cena que parece desmerecer a “figura do empregado”. Assim, “ser seu próprio patrão”, dentro da lógica do empreendedorismo, significa superar esta condição de empregado, ou de dependente do Estado. Nos autores que defendem a construção de uma “sociedade

empreendedora” e no discurso do próprio SEBRAE há uma clara noção de construir, dentro das escolas e universidades, um país de empreendedores e não de empregados.

No meio da discussão entre “Seu Ademar” e o funcionário, este segundo mencionou possuir algumas reservas financeiras em uma conta poupança e propôs sociedade ao chefe, para tirar a loja do buraco e implementar medidas empreendedoras que poderiam fazer o negócio prosperar, mas foi rechaçado pelo chefe. Novas cenas de cobranças de dívidas se sucedem.

Fechando o segundo capítulo, uma trabalhadora que passava roupas para confecções elabora um colchonete com material especial para forrar as mesas de passar que facilitava o trabalho e trazia mais agilidade ao processo. Um exemplo de saber laborativo transformado em saber científico. A trabalhadora encontra o material ideal e inicia uma produção com espaço no mercado. É a ilustração da oportunidade observada no trabalho, e de uma empreendedora de sucesso.

O terceiro capítulo trata sobre “A empresa e o mercado – Exigência de qualidade e eficiência”. De uma forma geral, a implementação das práticas gerenciais no Brasil com o lema da “Qualidade Total” penetrou no mercado nacional em todos os setores, ocupando empresas públicas e privadas. Nos órgãos governamentais, isso veio associado ao discurso da redução de quadros funcionais, da burocracia, da corrupção, do “cabide de empregos” e do mau gerenciamento dos recursos públicos, propalado ao extremo em função dos discursos privatistas.

Ficou claro que no setor público a idéia de “enxugamento da máquina” estava associada à política de privatização. Neste sentido, aquelas empresas e setores que conseguissem realizar suas atividades, adequadas às exigências de qualidade e eficiência, estariam em consonância com os preceitos liberais dos governos brasileiros pós 1990. Outras que fossem do interesse do grande capital, depois do sucateamento, intencionalmente foram saneadas e privatizadas. A regra para as empresas privadas era simples: ou se adequavam ou iriam à falência. “Seu Mário”, como bom empreendedor, estava se preparando para a concorrência.

No vídeo do curso “Aprender a Empreender”, “Seu Mario”, a esposa Ana Lucia e Ronaldo (Dinho), reunidos, lêem as opiniões dos clientes, deixadas em uma urna, para auxiliar a pensar nas mudanças e adequá-las às necessidades dos clientes. No mercadinho buscam inovações, especificidades nos produtos e serviços, de acordo com as necessidades, investimentos em um balcão frigorífico e

discutem o novo nome: “Mercado Conveniência Boa Esperança”. A disposição dos produtos também foi planejada. A filha Rafaela chega com folhetos dos produtos e serviços, contatos para entregas e *sites* para pedidos pela Internet. Criam também um lema (*slogan*) para fidelizar os clientes: “Aqui, a minha família serve a sua!”.

O discurso da “Qualidade Total” trouxe formas gerenciais novas para as empresas. Para os trabalhadores, mudanças de comportamento, exigências produtivas, metas de produção, formas de desempenhar funções, redução de convivência com os seus, cronômetros, tempos, racionalização de pessoal e material, visando otimizar o conjunto geral da produção. Trouxe, enfim, a ampliação da exploração sobre os trabalhadores, ritmos alucinantes de trabalho, redução de empregados, forçando os que permanecem na empresa a fazer o trabalho daqueles que foram demitidos. Esta lógica pressionou e subjugou trabalhadores e achatou salários. No curso, entretanto, “Qualidade Total” aparece como “oportunidades de melhoria”.

Fechando o terceiro capítulo, uma empresa criada no ramo de manutenção de câmeras foi iniciada pela percepção da carência de produtos no mercado. O proprietário afirma que funcionários preparados são remanejados quando necessário. Outra característica é a qualidade no serviço construída dentro da noção da “Qualidade Total”. O empreendedor afirma ter produtos adequados e clientes exigentes, o que amplia a responsabilidade da empresa. Para a empresa, “eficiência” significa planejamento, organização, treinamento e remanejamento de pessoal.

O quarto capítulo – “Os números da empresa – Planejamento e monitoramento sistemático” – trata sobre custo fixo, custo variável e preço de venda. Aqui estão embutidas as noções essenciais sobre a mercadoria, valor de uso, valor de troca, além de orientações sobre como o empreendedor deve colocar o preço final no seu produto.

Cena no mercadinho: “Dona Ana Lucia” faz o cálculo para formar o preço final ao consumidor das verduras que chegaram e avaliar se a quantidade é suficiente para atender à demanda da semana. Rafaela, namorada de Danilo, ensina a ele o significado de custo fixo, custo variável e preço de venda. Na loja de materiais de construção, “Seu Ademar” se equivoca nos cálculos e faz uma promoção que acaba por dar prejuízo. O pequeno empresário erra no preço do produto. “Seu Ademar”,

não soube se adequar ao mercado, brigou com o funcionário, não foi competitivo e os seguidos processos levaram à falência e fechamento do negócio, que foi a leilão.

O mesmo mercado que levou “Seu Ademar”, não empreendedor, à falência, levou Dorinha, que desenvolveu seu “espírito empreendedor”, e graças à globalização, à necessidade de ampliar a produção para exportar para a Espanha, de onde recebe uma encomenda enorme. Diante da proposta, Dorinha resolve procurar auxílio para uma produção com qualidade e preço competitivo. Para isso elabora uma planilha de custos, e fica em dúvida se deve terceirizar o serviço ou fazer um pedido a uma cooperativa para confeccionar parte da produção. Depois de conversar com Ronaldo (Dinho), eles assistem a uma palestra sobre o cooperativismo, para observar critérios que os auxiliassem na definição de quem faria parte do trabalho.

Na palestra, assistida por vários trabalhadores, o lema é “A união faz a força!”. O especialista fala sobre o que é uma cooperativa – “uma empresa” dos cooperados, comenta o surgimento do cooperativismo na Inglaterra em 1844, conceituando-o como “uma associação de pessoas físicas, unidas por vontade própria para uma atividade econômica”. Dorinha e Ronaldo (Dinho) debatem sobre as vantagens de uma cooperativa e pensam seriamente sobre organizar uma.

O trabalho estável torna-se então, informalizado e por vezes dada a contingencialidade, quase virtual. Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e assistindo a sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico” (ANTUNES, 2008. p. 108).

Durante muito tempo o cooperativismo pode ter representado, para muitos setores ditos progressistas ou de “esquerda”, uma forma de organizar a produção que significasse um grau menor de exploração dos trabalhadores ou alternativa ao modo de produção capitalista. Muitas cooperativas de trabalhadores, visando à sobrevivência na concorrência com grandes empresas, foram formadas para unificar produção, buscar preços melhores para compra e venda e ter acesso ao crédito. Hoje elas são incentivadas pelo capital, assim como as pequenas empresas, com número menor de trabalhadores, com uma produção maior.

Nas cooperativas, o trabalho informal ganha fôlego, a exploração é ampliada e as metas definem a quantidade de tempo a ser utilizado pelos trabalhadores. Segundo Antunes (2008, p. 108),

O exemplo das cooperativas talvez seja ainda mais eloqüente, uma vez que, em sua origem elas nasceram como instrumentos de luta operária contra o desemprego e o despotismo do trabalho. Hoje, contrariamente, os capitais vêm criando falsas cooperativas, como forma de precarizar ainda mais os direitos do trabalho. As “cooperativas” patronais têm sentido contrário ao projeto original das cooperativas de trabalhadores, pois são verdadeiros empreendimentos para destruir direitos e aumentar ainda mais as condições de precarização da classe trabalhadora. São similares os casos do “empreendedorismo” e do “trabalho voluntário” (de fato obrigatório), que se configuram como formas ocultas e dissimuladas de trabalho permitindo a proliferação, nesse cenário aberto pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva, de distintas formas de precarização do trabalho, frequentemente sob o manto da “flexibilização”, seja salarial, de horário, funcional ou organizativa.

As cooperativas estão inseridas na lógica do capital, “A união faz a força!”. Hoje, faz a força de exploração do trabalho. Cooperados, por exemplo, de uma usina de lixo reciclável, catadores, hoje chamados de “agentes ecológicos” (um nome mais “digno”, na base do politicamente correto), trabalham em meio aos lixões, coletando de porta em porta, caminhando muitos quilômetros por dia, sem nenhuma proteção individual, como máscaras, luvas, protetores, ou quaisquer outros equipamentos de segurança.

Sem nenhum amparo, em termos de direitos sociais e trabalhistas, sem alternativas, são milhares espalhados pelo país. Mesmo eles, que vivem do que a sociedade rejeita, não podem mais dizer-se alheios às leis de mercado. Suas cooperativas pagam migalhas pelo material entregue, pois elas também recebem pouco, porque para as empresas que necessitam da matéria prima a economia é enorme, além de fazer o marketing da responsabilidade social e ambiental, sem pagar salários e direitos.

Nos exemplos reais, para fechar o capítulo, o empreendedor de uma empresa de linhas e aviamentos aposta no trabalho em equipe. Dentro da firma, organizam várias células de controle de produção, com premiação em dinheiro para quem consegue alcançar a meta. Para este empreendedor, a determinação de preços é fundamental, assim como planejamento e monitoramento (medir/mudar/corrigir rotas/custos detalhados/margem de contribuição).

O quinto capítulo – “O ponto de equilíbrio do negócio” – fala sobre uma característica fundamental ao futuro “patrão de si mesmo”: o comprometimento. Seu Mário analisa as contas do mercado para decidir se adquire novos equipamentos

(balcão frigorífico) para o mercado. Ele precisa verificar se as aquisições afetam o ponto de equilíbrio do mercado. Danilo conversa com Rafaela sobre as responsabilidades de abrir uma empresa de alimentação: ele fala sobre a documentação necessária à empresa para não ter nenhum tipo de problema com a fiscalização. Os passos sugeridos nesta conversa são: “Primeiro, ir à Receita Federal e fazer a inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas). Depois, passar na Secretaria da Fazenda para fazer a inscrição estadual, depois passar na prefeitura para fazer Cadastro do Contribuinte Imobiliário”. Atualmente, a Lei do Microempreendedor Individual simplifica tudo isso, conforme veremos adiante.

Em um diálogo entre Ronaldo (Dinho) e Ana Lúcia, ela calcula o “ponto de equilíbrio”, e explica ser o faturamento necessário para cumprir as despesas do mercado sem ter lucro ou prejuízo. Afirma também que “o importante é se manter sempre acima do ponto!” Na loja de material de construção, “Seu Ademar” trata mal os clientes, não recebe diversas formas de pagamento, recebe ligação com ameaças de duplicatas a protesto na justiça.

O funcionário das entregas do mercadinho sofre um acidente de moto, se machuca, e não vai fazer as entregas. Seu Mário, pessoalmente, o substitui, pois ele nunca deixa seu cliente na mão. Um empreendedor cumpre sua palavra e não foge das responsabilidades, porque tem um compromisso com seu negócio.

Esta passagem simboliza o comprometimento com o empreendimento, que, na perspectiva do curso, deve ser o guia das ações: a vida gira em torno do negócio e acaba por reduzir-se a ele.

Atualmente, o governo Lula tem viabilizado ações para garantir o controle do Estado sobre os trabalhadores informais. As metas são ambiciosas, pois o montante que pode ser arrecadado, com a quantidade de trabalhadores que hoje não contribuem de forma direta com impostos, é muito grande. Duas maneiras de formalizar os informais e micro-empresendedores estão na pauta do dia: a criação do Super Simples, em 2009, e a Lei do Microempreendedor Individual (MEI), em 2010.

No término do capítulo aparece um empreendedor de sucesso afirmando que o comprometimento é mesmo essencial, e que comprometer-se significa “fazer bem feito aquilo que se propõe”. Este homem de sucesso assevera que “o cliente está em primeiro lugar e a empresa depende dele”. Para isso, ele faz treinamento sobre fidelização com os funcionários, cujos salários são variáveis em função da

produtividade de cada um. “Os funcionários se comprometem mais e há a busca de melhorar esta produtividade”.

O sexto capítulo – O resultado da empresa – aborda outra competência a ser desenvolvida: a persistência. Danilo explica para o pai, “Seu Ademar”, dono da falida loja de materiais de construção, que ele não poderia misturar as finanças da empresa com as contas pessoais. O microempreendedor deve ter um *pro labore*, uma retirada financeira periódica, como um salário. “Seu Ademar” deveria ter incluído seu salário no custo fixo da empresa. Segundo Danilo, o *pro labore* remunera o patrão e o LUCRO remunera a empresa. “Seja o seu patrão!”, ou ser “empregado de si mesmo”, acaba por ganhar a mesma conotação: ser explorador de si mesmo para, na ponta da linha, ser refém do mercado.

Os vários exemplos de empreendedores que refizeram suas vidas depois de derrotas estão presentes no curso “Aprender a Empreender”. “Seu Mario”, “Dorinha” e alguns exemplos das histórias reais são usados para reforçar a ideia da persistência. Se não deu certo de uma vez, você, trabalhador, tem toda a vida para empreender, só depende de você! Desenvolva seu “espírito empreendedor”.

Nas histórias reais, uma trabalhadora, que empreendeu com sucesso no ramo de organização de festas, afirmou ter ido à falência com uma empresa de ônibus da família e ter recomeçado tudo. Para ela, o essencial é muita força de vontade, pois não conhecia nada sobre a área que empreendeu, mas a persistência levou a família ao sucesso no negócio.

No sétimo capítulo, “O resultado com vários produtos – correr riscos calculados”, e no oitavo capítulo, “Capital de giro e fluxo de caixa – busca de informações”, o foco das discussões está sobre a tomada de decisões importantes, como a de obter um empréstimo, fazer um investimento, e a importância de correr riscos calculados, pois os erros do empreendedor trazem danos que afetam a ele diretamente, podendo ser fatais para a empresa. Outra questão significativa diz respeito à atualização constante para acompanhar a dinâmica do mercado. Neste sentido, há um outro ramo de negócio que oferece consultoria e atualização constante. O SEBRAE é uma das instituições que faz este papel de apoio e consultoria às micro e pequenas empresas no Brasil.

Fechando o capítulo, uma empresária do ramo farmacêutico afirma ter feito pesquisa pessoal, com concorrentes, onde observou formas de trabalhar das outras empresas (*benchmarking*), desde atendimento, agilidade, participação na feira de

negócios, visita à classe médica e farmacêutica. Ela afirma ser imprescindível conhecer o mercado.

O nono capítulo, “Fluxo de caixa diário – Persuasão e rede de contatos”, aborda a característica empreendedora da “persuasão”, pois ela, segundo o curso “Aprender a Empreender”, é fundamental para a formação de uma rede de contatos que envolve fornecedores, clientes, propaganda, auxílio e consultoria. Para o empreendedor, é necessário formar esta rede para manter-se no mercado, pois ela pode facilitar os caminhos da empresa e fortalecer a credibilidade.

O vídeo corrobora a característica da persuasão com a história real de um empreendedor de biscoitos artesanais, em Maragogi-AL, que fez contato com um turista que gostou dos produtos e passou a vendê-los na capital e em outras cidades. Outro exemplo é o de um portador de necessidades especiais, que ficou cego em função de um glaucoma, e supostamente estaria excluído do mercado, mas sua força de vontade para trabalhar o transformou em empreendedor, e investiu em uma fábrica de vassouras, rodos e escovas industriais, em Americana-SP. Diversificando seu mix de produtos, passou a distribuir também produtos de limpeza. Na sua empresa trabalham outros portadores de necessidades especiais. Este exemplo de superação finaliza o curso e pretende demonstrar que diante de dificuldades múltiplas, o empreendedor pode se superar e obter sucesso, como patrão.

O décimo e último capítulo, “Plano de Negócios – Independência e autoconfiança”, elenca características a serem desenvolvidas pelo empreendedor voltadas ao planejamento do negócio. O foco principal do curso “Aprender a Empreender” é formar empreendedores por oportunidades, preparados, planejados e com possibilidades de sobreviver no mercado. O Plano de Negócios também é o ponto principal de Dolabela (2008) no livro “O segredo de Luísa” e a forma de ensinar empreendedorismo possui o mesmo viés, sem o rebuscamento dos manuais de administração e sem a dispersão fragmentária das apostilas, utilizando-se de histórias envolventes, como nas telenovelas brasileiras, tão ao gosto da população, em sua maioria, mas com um conteúdo realmente nocivo aos trabalhadores.

No vídeo, assim como nas telenovelas, aparecem finais felizes com empreendedores fazendo sucesso e não empreendedores tendo novas oportunidades.

No “Mercado e Conveniência Boa Esperança”, a família se reúne para ir à inauguração do supermercado concorrente, e se lembram das atitudes que tomaram quando souberam da construção do supermercado. Eles possuem a dinâmica de se adaptar aos problemas, buscando soluções. A adaptabilidade é ressaltada como característica empreendedora. Fizeram mudanças do mercadinho e promoveram ações para enfrentar desafios e rever metas.

Na casa de materiais de construção, o ex-funcionário participou do leilão judicial e assumiu o negócio e, depois de ter vivido anos como empregado, passou a ser seu próprio patrão.

Júlio reformou a loja e recebeu os cumprimentos de Danilo pela inovação, pela iniciativa de buscar conhecer a necessidade dos clientes, de fazer a análise da concorrência. Júlio desenvolveu seu comportamento empreendedor. Independente e autoconfiante, ele tem certeza que tudo vai dar certo.

Na mensagem final, a certificação: “Com o Plano de Negócios, você também pode fazer parte da história dos empreendedores brasileiros. Boa sorte”!

Trazer os capítulos narrados nos vídeos e as histórias de empreendedores de sucesso é uma estratégia do curso “Aprender a Empreender”. Cada capítulo do Manual do Participante se relaciona a histórias, fictícias ou reais, que direcionam o empreendedor a organizar-se para o sucesso do empreendimento. Esta é a forma de apresentação para o ensino do empreendedorismo com maiores possibilidades de êxito, segundo Dolabela (2008), pois, para ele, o confronto do aluno com narrativas reais é mais eficaz conforme mencionamos. O formato de “novela de ficção” é uma estratégia utilizada pelo curso “Aprender a Empreender”.

O que há de realmente essencial no intento do SEBRAE, com o curso, é o fortalecimento do empreendedorismo por oportunidade, e o fim último: fortalecer o discurso que tem como base inculcar no trabalhador a idéia de “ser seu próprio patrão”! O que na realidade significa ser extremo precarizado! Se o discurso da qualificação possui seus limites no desenvolvimento econômico e na geração de emprego e renda, o discurso empreendedor não os tem, pois o limite está no indivíduo, responsável único por seu sucesso, no modo de produção capitalista. São algumas tensões entre qualificar e formar o empreendedor que serão abordadas no capítulo seguinte.

Capítulo 4

A GENERALIZAÇÃO DO “APRENDER A EMPREENDER”

4.1 Aprender a empreender: alternativas de emprego e renda?

Neste momento histórico, onde a sociedade é induzida a clamar por qualificação profissional, se faz necessário tecer algumas considerações acerca da compreensão da prática social educacional empreendedora voltada à formação humana no Brasil. É preciso avaliar a necessidade de cuidados específicos para não referendar e reforçar a lógica do modo de produção capitalista que está embutida nas relações praticadas no modo empreendedor de gerar renda.

Sob pena de não comprometer alguns pilares da análise metodológica materialista histórica, é preciso compreender as diferentes configurações do trabalho e do Estado no modo de produção capitalista, considerando, ao máximo, as mediações presentes no conjunto das relações estabelecidas entre elas.

Para cumprir de maneira sintética este caminho, é necessário transitar entre categorias fundamentais e imprescindíveis, como trabalho, Estado, educação e ideologia, sem as quais as políticas voltadas à formação humana acabam por ser percebidas isoladamente, e sua “razão de ser” torna-se, eminentemente, a reprodução do sistema capitalista, dissipando o conflito existente entre suas classes.

Ter o trabalho como fundamento da diferenciação humana em relação aos outros animais é um princípio essencial na compreensão de que é a partir dele que o homem se relaciona com a natureza, transformando-a e produzindo, nesta relação, as condições de produção e reprodução da sua vida material. A apropriação do trabalho humano no capitalismo será o cerne da exploração do homem pelo homem, bem como será, também, instrumento gerador da propriedade privada e das condições de sua realização. Frigotto (1998, p. 29-30) explica que

Dentro da tradição marxista, a perspectiva do conflito deriva não de uma escolha da vontade, mas da própria materialidade das relações sociais ordenadas por uma estrutura classista. Estas relações que tipificam, para Marx, a pré-história da humanidade, cindem e esgarçam o ser humano, limitando o seu devenir. Nesta perspectiva há uma grande mediação de primeira ordem, constituída pelo pressuposto da centralidade do trabalho como criador da condição humana, que recebe, historicamente, mediações de segunda ordem, que transformam o trabalho criador em alienação, mercadoria e força

de trabalho. Enquanto mediação de primeira ordem “o trabalho, na sua essência e generalidade, não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e que, de retorno, exerce uma influência sobre a sua psique, o seu *habitus* e o seu pensamento, isto é, sobre esferas parciais do ser humano” (Kosik, 1996).

Sendo assim, considera-se aqui o trabalho para além da perspectiva do emprego, ou da relação da venda da mão-de-obra em troca do salário, algo que venha “descortinar” o estranhamento e a alienação presentes neste tipo de trabalho, retificado e encorpado por “subjektividades inautênticas e heterodeterminadas” (ANTUNES, 2005, p. 66). Que se distancie da visão burguesa sobre o trabalho, e que se aproxime, insistentemente, da compreensão necessária à classe trabalhadora, sintetizada no estudo de Frigotto (1998, p. 29):

O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade (Kosik, 1986).

Nesta compreensão, independentemente da forma histórica que assume, trabalho e relações materiais de produção social da existência são fundantes da especificidade humana à medida que é pelo trabalho que a espécie humana se produz (Marx, 1964, 1975, e 1978; Lukács, 1970). O ser humano se contrapõe e se afirma como sujeito num movimento e ação teleológica sobre a realidade objetiva. Modificando a realidade que o circunda, modifica-se a si mesmo. Produz objetos e paralelamente, altera sua própria maneira de estar na realidade objetiva e de percebê-la. E – o que é fundamental – faz a sua própria história. Toda a chamada história mundial – assegura Marx - “não é senão a produção do homem pelo trabalho humano”.

É dentro desta compreensão que o sujeito humano em Marx (1964), e posteriormente de forma ainda mais desenvolvida em Gramsci, é entendido não como sujeito individual, mas resultado de um processo histórico de relações sociais concretas. Nesta perspectiva a questão não é o que é o homem, o sujeito – esta é uma concepção escolástica e metafísica -, mas como se produz o ser humano e o sujeito social histórico.

Com base em Antunes (2005), neste momento histórico, onde o capital perfaz um sistema global, o mundo do trabalho ainda não o é, ou seja, se as mercadorias podem, legalmente, atravessar barreiras entre os países, isso não ocorre de igual maneira com a mão de obra. Para o autor,

Se a mundialização do capital e de sua cadeia produtiva é fato evidente, o mesmo não ocorre no mundo do trabalho, que ainda se mantém predominantemente nacional, o que é um limite enorme para a ação dos trabalhadores (ANTUNES, 2005, p. 61).

A razão parece inversa: o trabalho cresce em precarização e informalidade, o desemprego estrutural é uma verdade do nosso tempo e a confrontação social é

adensada, apesar de escamoteada pelo processo ideológico. As formas diversificadas e parciais de trabalho, conforme afirmado, ocuparam o lugar de uma propugnada estabilidade em direitos sociais e trabalhistas, acometidos pela avalanche neoliberal, que no Brasil toma corpo a partir dos anos 1990.

A busca pelo aumento da produtividade e a falta de uma alternativa que se contraponha ao capitalismo arvoraram os detentores do capital à intensificação de suas ações voltadas ao cerne do sistema: o lucro máximo. Com isso, as formas de extração do “sobretalho” tornaram-se mais diversas e amplas. E, se é pelo trabalho que se constrói a base material da sociedade, ele também resulta no desenvolvimento do conhecimento humano.

A mescla entre saber laborativo e científico (ANTUNES, 2005, p. 62) trouxe o avanço tecnológico, substituto de trabalho vivo, porém, ao invés de significar liberdade ao homem, o desenvolvimento apropriado privadamente trouxe maiores laços de exploração, referendando o sistema e sua lógica, o que se espalhou por todos os setores econômicos.

A figura do Estado é, em parte, a representação da garantia burguesa de “igualdade e liberdade” e é também o elemento de garantia do “bem comum”. Durante muito tempo a ideologia burguesa valeu-se destes e de outros significados do Estado para escamotear seu sentido real. O Estado é um ente de classe, surgiu e existe para garantir o domínio classista.

Saes (2001, p. 49) afirma que o Estado

[...] desempenha, nessa medida, a função-limite de frustrar, mediante o exercício da força, a revolução social anticapitalista. Essa função-limite é desempenhada pelos Estados capitalistas de um modo regular e contínuo, e não apenas em situações revolucionárias; a força, quando deixa de ser aplicada por tais Estados, é pelo menos ostentada e exibida, produzindo desse modo efeitos intimidatórios sobre as forças potencialmente revolucionárias.

No conjunto e no movimento das transformações econômico-políticas do sistema, o Estado estará a serviço da classe dominante. No Brasil, o caráter classista do Estado impregna ações diversas, deixando claro o seu papel.

Conforme afirmado, os anos 1990 foram significativos na readequação das forças produtivas no Brasil. O espasmo neoliberal que dominou o mundo fortaleceu a empreitada do modo de produção capitalista para novas áreas de atuação. A redução da esfera de ação do Estado, calcada na auto-regulação do mercado, foi a

tônica do período subsequente. Atreladas às mudanças ocorridas no sistema, passam a fazer parte deste cenário novas relações de trabalho.

Silva Júnior (2002) afirma que o desenho das reformas ocorridas no Brasil nos anos 1990 possui as marcas determinadas pelos organismos multilaterais, especialmente o Banco Mundial:

As reformas do Estado no atual estágio do capitalismo mundial tendem para um desmonte do Estado intervencionista na economia e nos setores sociais. A universalização do capitalismo e a divisão planetária em megablocos econômicos impõem uma reforma dos estados que propicie a expansão do mercado e de sua lógica, sob o discurso da auto-regulação, bem como possibilitam, como acentua Coraggio, a introjeção da racionalidade mercantil na esfera pública, como pode-se desprender das propostas da reforma administrativa preconizada por Fernando Henrique Cardoso. Desta forma, na transição do fordismo para o presente momento histórico do capitalismo mundial, o Estado de bem-estar social dá lugar a um Estado gestor, que carrega em si a racionalidade empresarial das empresas capitalistas transnacionais, tornando-se as teorias organizacionais, antes restritas aos muros das fábricas, as verdadeiras teorias políticas do Estado moderno. A inserção do Brasil nesse processo provoca também uma transformação no aparelho do Estado, que de interventor e estruturador da economia em favor do capital nacional e internacional desde a década de 1930, passa, na década de 1990, a um Estado modernizado, a um Estado gestor (SILVA JÚNIOR, 2002, p. 62).

Durante o período histórico em que existia um contraponto ao capitalismo, mais precisamente as proposições de base econômica planejada, era desenhado um papel para o Estado nos países de centro: ele tinha a incumbência de ser “amenizador” do conflito de classe e “garantidor” de condições mínimas para a reprodução do capital. Estava na sua missão a garantia dos direitos sociais e trabalhistas, o que permitia ao sistema aparentar sua face “menos exploradora”, e servia de modelo a ser seguido pelas nações do mundo. O primeiro papel ele manteve, mas a garantia dos direitos foi ultrajada.

Após a perda do referencial socialista soviético e dos países que tinham suas economias planejadas, o capitalismo iniciou um processo de reestruturação, acirrou o caráter liberal de sua proposição, como foi explorado no primeiro capítulo deste texto. Aflorou a figura do indivíduo e da sua busca por espaço na produção.

Se antes o trabalho era amparado por direitos, a partir deste momento há um enorme esforço do capital (também via Estado) para suprimi-los. O desemprego estrutural moldou o comportamento da classe trabalhadora, de suas entidades

representativas e silenciou os sindicatos. O “corpo” completo da reestruturação produtiva demorou a ser compreendido pela classe trabalhadora.

Sucessivos golpes foram descerrados contra os direitos trabalhistas: programas de demissão voluntária, alta rotatividade nos postos de trabalho, fim da estabilidade, entre outros. O resultado não tardou a revelar o caráter desta empreitada: desemprego, miséria, fome e o agravamento sem precedentes dos problemas sociais.

Destacam-se aqui algumas faces do processo ideológico que transforma a realidade material em uma realidade aparente: lutar por direitos trabalhistas e por qualificação profissional dentro do universo do capital e distante do trabalho livre. Segundo Chauí (2008, p. 104), Marx descreve o surgimento do trabalhador “livre” necessário ao capital: o homem que, tendo apenas a posse do seu corpo, que, estando despojado (“liberado”) dos meios e instrumentos do trabalho, tem o “livre” direito ao uso de seu corpo, vendendo-o no mercado da compra e venda da força de trabalho. Neste sentido, a ideologia concebida enquanto categoria de análise leva a inobservância da materialidade das relações sociais de produção. Segundo Chauí algumas determinações constituem o fenômeno da ideologia:

A ideologia é resultado da divisão social do trabalho e, em particular, da separação entre trabalho material/manual e trabalho espiritual/intelectual. [...]

Por ser instrumento encarregado de ocultar as divisões sociais, a ideologia deve transformar as idéias particulares da classe dominante em idéias universais, válidas igualmente para toda sociedade; A universalidade dessas idéias é abstrata, pois no concreto existem idéias particulares de cada classe. Por ser uma abstração, a ideologia constrói uma rede imaginária de idéias e de valores que possuem base real (a divisão social), mas de tal modo que essa base seja reconstruída de modo invertido e imaginário (CHAUÍ, 2008, p. 96).

O discurso ideológico trouxe para o indivíduo a responsabilidade pelo desemprego estrutural e a busca por qualificação se tornou “menina dos olhos” do sistema, no Brasil. Ganhou força a idéia de que existem postos de trabalho para aqueles que possuem qualificação. Os que não se adequassem às “novas” regras sistêmicas estariam fadados ao desemprego e à exclusão. Ou ainda, poderiam desenvolver um comportamento empreendedor. Restava o viés de “ser seu próprio patrão”.

Neste invólucro, a educação aparece em sua perspectiva “salvacionista”, sob o lema “Educação é tudo!” Coloca-se, desta forma, sobre os ombros da educação, a responsabilidade de organizar a sociedade com base em parâmetros readequados às definições do modo de produção capitalista. O viés liberal propugnado para a educação no Brasil ganhou contornos mais nítidos na “Era FHC”. A forma de organizar a produção e, portanto, o mundo do trabalho, ganharam contornos diferentes. O governo recebeu a incumbência de canalizador dos anseios burgueses para o setor, através das reformas. O pacote neoliberal incluía redistribuição orçamentária, descentralização das ações, centralização da supervisão e do controle. Silva Júnior (2002, p. 61) destaca que:

1) a universalização do capitalismo, particularmente por meio do capital produtivo macrogerido pelo financeiro impôs profundas mudanças no metabolismo social do mundo todo (MEZÁROS, 2002, p. 133); 2) a profunda mudança no metabolismo social impôs um novo processo de reprodução social que, por sua vez, implicou alterações intensas nas estruturas sociais; e 3) Isso pôs em movimento reformas institucionais em várias áreas da atividade humana neste modo de produção, mas principalmente na esfera educacional [...]. Portanto, o movimento reformista em geral, especialmente para a educação, não é um movimento que deva ser estudado destacado das mudanças apontadas no item 1; menos ainda, ser pensado como um fato de um único país, pois trata-se de um movimento mundial, com as especificidades históricas de cada um, que mantém traços de identidade em todos eles segundo a racionalidade da transição do metabolismo social capitalista.

A esta altura, estava montada parte da arquitetura ideológica que vinculava, para atender aos interesses burgueses, trabalho, Estado, sociedade, educação e empreendedorismo. Obviamente, esta estrutura é o pilar do modo de produção capitalista, mas há um processo de readequação às “especificidades brasileiras”. Um dos reflexos que atraem a atenção por vincular toda esta estrutura, é a propagação do discurso empreendedor, que se faz presente nas políticas públicas de formação do trabalhador brasileiro e, como foi apontado, se tornou uma estratégia e uma prática do capital.

A formação humana nos sistemas econômicos vincula trabalho e educação. A partir dos anos 1970, no Brasil, a Teoria do Capital Humano referendou a subordinação do campo educativo ao capital – semeando a idéia de que o desenvolvimento econômico dos países periféricos estaria especificamente

vinculado ao desenvolvimento educacional. Duas décadas depois, a estratégia será outra. Frigotto enfatiza o caráter do desenvolvimento da teoria no Brasil:

O *corpus conceptual* da teoria do capital humano é produzido para explicar, em última análise, exatamente a não efetiva generalização do fordismo, quando este atingiu seu ápice. Por que o modelo de desenvolvimento capitalista de produção e consumo de massa não se generalizou? Como justificar os profundos desníveis em termos do crescimento do PIB, as abismais diferenças de renda *per capita* entre nações, particularmente entre o Hemisfério Norte e o Hemisfério Sul, entre diferentes grupos sociais e entre os indivíduos? O investimento em “capital humano” passou a construir-se na chave de ouro para resolver o enigma do subdesenvolvimento e das igualdades internacionais, regionais e individuais. Trata-se de um corpo teórico mais sofisticado do que a perspectiva psicologista da teoria da modernização, embora sua base parta desta. A teoria do capital humano passou por um intenso debate interno, particularmente na década de 60 e 70, e, ao mesmo tempo, teve um amplo uso político e ideológico na definição de macropolíticas educacionais orientadas pelos organismos internacionais e regionais (FRIGOTTO, 1998, p. 37-38).

Nos anos 1990, as demandas pela formação flexível foram a tônica no processo de preparação do trabalhador. Se, anteriormente a este período, os salários eram pagos igualmente por categorias profissionais, neste período neoliberal prega-se o ganho por produtividade, segregando a classe trabalhadora.

Ao “conclamar” o indivíduo portador de direitos e deveres na sociedade capitalista, cuja liberdade e igualdade são referências e puxam o discurso da oportunidade, da empregabilidade e do empreendedorismo, acirra-se uma competição entre trabalhadores para vender sua força de trabalho. A busca pela qualificação profissional tornou-se uma obsessão; a certificação, um instrumento necessário para competir por postos de trabalho e o empreendedorismo, uma alternativa de auto-emprego.

O risco presente na área “trabalho e educação” é de se confundir as dificuldades objetivas da abordagem marxista para explicar problemas que se configuram complexos, com a superação da própria teoria. Os obstáculos reais para visualizar e apreender as relações de classe, fundamentais em decorrência das mutações do conteúdo, forma e tempo do trabalho assalariado e do deslocamento do trabalho do setor primário e secundário para o terciário, não permitem – sem mudança de perspectiva teórica e ético-política – deduzir o “fim” das classes ou que esta categoria não nos ajuda a entender a realidade atual. Esta postura, querendo ou não, pode levar-nos a duas conseqüências: a compreensão das classes sociais, de uma relação social, relação de violência e alienação determinada pela extração da mais-valia, sendo reduzida a um dado reificado. O

capital e a classe que vive do trabalho assalariado (Antunes, 1995) são o resultado histórico de forças sociais em movimento. Sem a superação da mais-valia, portanto, as classes fundamentais não são dissolvidas. Por outro lado, passa-se, queira-se ou não, em última análise, à concepção que fundamenta a própria ideologia liberal e neoliberal – A sociedade como um contínuo de estratos sociais que se explica por escolhas, esforço, risco, vontade, dedicação e competência de indivíduos isolados ou de estratos sociais (FRIGOTTO, 1998, p. 30-31).

Trabalhadores que, por longos períodos, foram alijados no processo de educação escolar, levam ainda nos “ombros” o peso pela ausência de formação nos moldes exigidos pelo capital. A construída dualidade sistêmica e educacional forjou historicamente uma formação voltada às elites dirigentes e outra voltada para a classe trabalhadora. A formação desta classe, que produz a riqueza material pelo trabalho, historicamente foi negligenciada em função das determinações econômicas. Até os anos 1930 houve um descaso muito grande com a preparação da mão de obra, em função das demandas produtivas da base material calcada no latifúndio, na monocultura voltada para exportação e na escravidão dos homens.

Depois deste período, foram promovidas ações para a adequação da força de trabalho em transição, pois o modelo agrário-exportador-dependente dava sinais de esgotamento e, apesar de tardiamente, o modelo urbano industrial ganhava alguma densidade.

O conjunto das determinações históricas trouxe alguns passos que mobilizavam ações estatais, através das políticas públicas, voltadas à formação dos trabalhadores. Isso pode ser claramente exemplificado pelas ações do governo Vargas, direcionadas a esse fim, quando o empresariado era convocado, quando foi criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), estruturando um sistema paralelo de educação, atrelado ao trabalho. Este vínculo entre Estado e empresários se fortaleceu ainda mais nos governos militares, adensado pelo atendimento aos ditames do capital internacional, em especial do norte-americano.

No Brasil, durante o período da ditadura militar, como mostra Saviani (1988), duas reformas – universitária de 1968 e do 1º e 2º graus em 1971 – estruturam o sistema de ensino dentro dos parâmetros tecnicistas e economicistas, inspirados nesta formulação teórico-ideológica (FRIGOTTO, 1998, p. 38).

Para atender ao corpo completo das mudanças dos anos 1990 e às peculiaridades trazidas pelo liberalismo neste momento (em especial uma brusca

redução nos postos de trabalho), o governo FHC organizou as reformas educacionais sob a orientação dos organismos multilaterais. Para a adequação da força de trabalho, elaborou o PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador), que utilizava, em parte, recursos dos próprios trabalhadores para o financiamento da qualificação profissional. O viés empreendedor estava presente em grande monta nos cursos oferecidos pelo PLANFOR.

Na busca de enfrentar a crise e os problemas apresentados pelo PLANFOR, o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) anunciou a necessidade de reformulação da política pública de qualificação profissional e elaborou o PNQ (Plano Nacional de Qualificação), durante o governo Lula, cujo principal objetivo é coordenar o desenvolvimento de ações de qualificação social, ocupacional e profissional dos trabalhadores, com ênfase na eficiência, eficácia, efetividade social e articulação com as ações de intermediação, geração de emprego e renda, certificação e orientação ocupacional.

Para o trabalhador, indica-se que a adequação às novas regras de comportamento impostas pela base econômica é a alternativa ao desemprego. O “empreender”, ou formar-se empreendedor, além de possível, passa a ser o rumo do trabalhador, na informalidade, independente do Estado, ou do “patrão”.

A que sentido histórico e a que necessidades respondem as concepções e políticas de educação básica e formação profissional centrada na visão das habilidades básicas, competências para a produtividade, qualidade total e competitividade? Qual o sentido da idéia de educação e formação para a empregabilidade, requalificação e reconversão profissional, dentro de uma realidade endêmica de desemprego estrutural, trabalho supérfluo em massa e das evidências empíricas que mostram que há hoje, mediante a incorporação de tecnologia, aumento de produtividade, crescimento econômico sem aumento do nível de emprego? Estas concepções e políticas não estariam formando os cidadãos passivos, não mais trabalhadores, mas colaboradores, déspotas de si mesmos em nome da produtividade e competitividade, empregabilidade, reconversão, etc.? Em última análise, não esconderiam estas concepções e políticas uma profunda violência ideológica que passa a idéia de que o Estado burguês, e os “homens de negócio” e os seus intelectuais coletivos cumpriram seu dever oferecendo escola de qualidade total? Aqueles que não encontram emprego ou são expulsos do mercado assim o são por incompetência ou por não terem acertado as escolhas. Ou seja, as vítimas do sistema excludente viram os algozes de si mesmos (FRIGOTTO, 1998, p. 46).

As respostas às questões levantadas por Frigotto, sobre um ensino que se volta ao desenvolvimento de competências, de uma formação humana focada na

empregabilidade e no empreendedorismo, moldam os projetos em curso voltados a esse fim. Seria o “aprender a aprender” a chave do modo de produção capitalista para moldar os homens segundo seus anseios, seguindo os mesmos preceitos? “Aprender a Empreender”, em uma perspectiva única de trabalho e educação, não sintetiza o intento do capital?

Segundo Dias (2006, p. 113),

[...] na medida em que a noção de competência adquire materialidade na pedagogia empreendedora do SEBRAE ela também comunga da mesma concepção de homem natural-funcionalista que deságua numa concepção subjetivo-relativista de conhecimento. Pela concepção de homem o assevera a adaptação aos ditames impostos pelo mercado ao mesmo passo que satisfaz o consenso necessário à manutenção do sistema capitalista, pois na visão apologética, não há alternativa.

A pedagogia das competências, voltada a adequar os homens para este momento histórico do capitalismo, é a base em que se ampara o discurso da empregabilidade, voltada ao emprego, e o do empreendedorismo, voltado ao auto-emprego. Desenvolver a capacidade de ser empreendedor significa libertar-se do Estado e do patrão. Mais ainda: significa “ser patrão de si mesmo”. Esta temeridade ideológica avança sobre o discurso da qualificação e da empregabilidade. Ser empreendedor vai além!

4.2 Aprender a Empreender: para além da qualificação e da empregabilidade

Diante das noções de trabalho e de Estado desenvolvidas, das novas ações para formação humana, calcadas na pedagogia das competências e da conjuntura neoliberal expostas, cabe agora uma análise mais específica sobre as principais características das ações voltadas à adequação dos trabalhadores às exigências do capital, para, a partir delas, caracterizar a pedagogia empreendedora como uma postura que exacerba a precarização do trabalhador. Sendo assim, abordaremos o “Aprender a Empreender” – não o curso em si, mas a dimensão mais ampla que a proposição representa – como uma proposta mais nefasta para a classe trabalhadora do que aquela presente no discurso da qualificação.

Expor algumas brechas da utilização do discurso da qualificação para justificar a impossibilidade do pleno emprego no modo de produção capitalista é tão

significativo quanto denunciar alguns limites do empreendedorismo e de seu lema "Seja seu patrão!"

Nos anos 1990, os rumos neoliberais e o desenvolvimento científico-tecnológico, em todos os setores econômicos, vão trazer uma brusca redução nos postos de trabalho em todo mundo. No Brasil, as ações governamentais voltadas à inserção nacional, de maneira mais vigorosa na economia de mercado, trouxeram resultados danosos. Os altos índices de desemprego e a exclusão social de uma grande massa de trabalhadores, em consequência da redução de postos de trabalho, foram a tônica do processo de inserção do país na dita economia globalizada.

Para Peixoto (2008, p. 27), o aprofundamento do processo de globalização – produtiva e financeira – chega ao Brasil na década de 1990, devido à crescente liquidez internacional e ao arrefecimento do nível de atividade econômica dos países desenvolvidos, que promoveram a entrada das economias periféricas na financeirização global. As orientações do "Consenso de Washington" e a utilização de grande volume de recursos disponíveis às economias periféricas proporcionaram a estabilização monetária e a transformação do mercado de trabalho.

As crises internacionais, a competitividade e a entrada de produtos externos levaram à grande quebradeira de empresas nacionais. Associado a isso, a redução dos efetivos nas três esferas governamentais intensificou os processos vinculados ao desemprego e à informalidade, sendo a desregulamentação do trabalho uma vertente extremamente utilizada pelos empregadores na ambição do lucro e na luta contra a concorrência.

Pochmann (2006, apud PEIXOTO, 2008, p. 29) afirma que neste período se iniciou uma ampla reforma do Estado, cuja aprovação da reforma administrativa facilitou a privatização e a demissão de pessoal das empresas estatais, além da ampliação da terceirização de atividades no interior do Estado. A aprovação da Lei Camata, por exemplo, limitou os gastos com contratação de funcionários públicos, o que por sua vez estimulou ainda mais a subcontratação de pessoal por meio de empresas terceirizadas.

Neste momento histórico, onde o discurso do capital leva os trabalhadores a acreditarem que a razão de seu desemprego é a falta de qualificação de sua mão de obra, esta qualificação vira objeto dos mesmos na busca por inserção produtiva e emprego. Então, se faz necessário aqui, pontuar de forma breve, o desenvolvimento

de algumas ações governamentais voltadas à qualificação profissional neste período, para perceber os limites da (con)formação humana presente nestas ações e o quão além destas está a proposta do curso “Aprender a Empreender”.

As políticas públicas ensejadas no âmbito do governo federal durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Ignácio Lula da Silva (Lula) valeram-se do discurso da qualificação (ou desqualificação), para pôr em prática projetos destinados a possibilitar teoricamente melhores condições de inserção no mercado de trabalho de uma grande parcela dos trabalhadores brasileiros, e ainda, para referendar a lógica de que o cenário não era o de desemprego estrutural, arraigado nos pilares do modo de produção capitalista, mas que o que havia, de fato, era uma desqualificação da mão de obra dos trabalhadores que os impedia de assumir espaço no mercado de trabalho.

Souza (2005, p. 481) afirma que a proposta de governo de FHC para chegar ao poder era calcada em três condições básicas:

- 1) refazer o esquema de financiamento do desenvolvimento; 2) eleger a criação de empregos como forma mais efetiva e duradoura de distribuição de renda; 3) reorganizar o Estado, fortalecendo o poder público decisório para a realização eficiente de projetos compensatórios e para a defesa dos interesses nacionais em plano internacional.

Para a educação, a proposta consistia em avançar na reforma do sistema e estimular o desenvolvimento de ciência e tecnologia para que estes servissem de instrumentos de competitividade e produtividade no mundo globalizado.

A orientação da política educacional na proposta de governo, segundo Souza (2005, p. 483), voltava-se, então, ao princípio da “empregabilidade”, fundamentando-se no “Aprender a aprender”, na “Empresa competitiva, cidadão competente”, no “Repensar da educação”, no “Foco no mercado” e na “Articulação entre emprego, trabalho e educação profissional”, cabendo à Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR), vinculada ao Ministério do Trabalho, a operacionalização das ações destinadas à formação do trabalhador.

Seguindo esta lógica, o governo FHC, através da SEFOR, implantou o PLANFOR que, segundo o documento do próprio Ministério do Trabalho, era um dos mecanismos da Política Pública de Trabalho e Renda (PPTR), financiado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que investia em políticas “ativas” e “passivas” de trabalho, isto é, em ações destinadas a gerar trabalho e renda, melhorar as

condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho e proteger a pessoa desempregada.

Assim, segundo Azeredo (1998, p. 191-192), o FAT financia mecanismos como o seguro-desemprego, a intermediação de mão-de-obra, o pagamento de abonos salariais, os investimentos produtivos, o crédito popular, as informações sobre o mercado de trabalho e a qualificação profissional. O PLANFOR foi também orientado pelas diretrizes do governo federal que, no período 1995/98, priorizou o Programa Mãos à Obra e, nos anos 1999/2002, o Avança Brasil. Por isso, o PLANFOR foi projeto prioritário do governo (FHC), inserido no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) 2000/2003 (MTE).

Segundo Cêa (2003, p. 94), além de operar ruptura entre qualificação para o trabalho e elevação dos níveis de escolaridade,

O Planfor, na realidade, reflete uma tendência mundial de crescimento da importância da formação profissional como parte das políticas relacionadas ao emprego, de modo que tais políticas acabam por caracterizarem-se como ações específicas, pontuais e direcionadas para o mercado de trabalho, as quais se delegam importante papel na reconstituição das relações sociais via estabilização dos níveis de emprego e/ou criação de formas de geração de renda.

Souza (2005, p. 487) assevera que

A engenharia inaugurada pelo Planfor instaura um dos mecanismos mais eficientes de mediação do conflito de classe da burguesia. Em nenhum outro tem ocorrido tanta eficácia na conquista do consenso em torno da concepção burguesa de produção e reprodução social da vida material. Por meio do Planfor, a burguesia conseguiu conquistar o **consentimento ativo dos trabalhadores** em torno de suas políticas públicas de trabalho e renda. Assim, o projeto educativo do empresariado tem se tornado cada vez mais hegemônico, em detrimento do projeto de unificação entre educação e trabalho historicamente construído na luta dos trabalhadores contra o capital [grifo nosso].

As razões da “desqualificação” da classe trabalhadora para enfrentar os desafios de uma economia de mercado globalizada encontram-se, em parte, na dinâmica de um processo histórico que fez do Brasil um país periférico a serviço do capital internacional. A base econômica brasileira até os anos 1930, latifundiária, monocultora e agrário-exportadora, prescindia de mão de obra qualificada para se

desenvolver. No processo de industrialização tardia, pós 1930, desenvolveram-se ações um pouco mais vigorosas para preparar a força de trabalho.

Porém, a lentidão das ações governamentais e a forma arraigada em que estavam calcadas as ações voltadas a desenvolver, no âmbito do modo de produção capitalista, a formação do trabalhador, impediram que estas acompanhassem os passos do capitalismo nos países centrais, mesmo porque o “desenvolvimento do centro” tinha íntima relação com o “subdesenvolvimento da periferia” do sistema.

A “desqualificação” dos trabalhadores brasileiros possui um lastro na base econômica forjada durante séculos, quer seja no período colonial, imperial, ou mesmo no republicano.

Estas condições foram aprofundadas, e no período compreendido entre 1950 e 1980, conforme assinala Pochmann (apud PEIXOTO, 2008), o cenário do país foi marcado pelo rápido e atribulado período de avanço da urbanização nacional em que a formação do mercado de trabalho brasileiro ocorreu por meio da constituição de um grande excedente de força de trabalho, que foi estimulada fortemente pela elevada migração interna do campo para cidade. Em razão disso, uma importante parcela da mão de obra brasileira foi excluída dos frutos do crescimento econômico. Considerando isso como uma premissa do modo de produção capitalista, leva-se ainda em conta que a estruturação do mercado de trabalho tenha ocorrido de forma incompleta.

A relação do crescimento do trabalho assalariado ante o enorme número de trabalhadores excluídos do processo produtivo, à margem da sociedade, configurou a sociedade brasileira. Estes trabalhadores ocuparam funções e condições diversas na garantia da sobrevivência. Assim, para Pochmann (2006, apud PEIXOTO, 2008, p. 24), a distinção entre os trabalhadores formais e informais constitui a mais simples identificação da desregulamentação, já que a ampla presença de baixos salários e o grande número de trabalhadores autônomos (não-assalariados) faz parte do padrão de sociedade salarial, cujos elementos do “subdesenvolvimento” marcam o mercado de trabalho no Brasil.

Esta grande massa de trabalhadores excluídos se tornou alvo para a aplicação político-ideológica do discurso da falta de qualificação para justificar a incapacidade do modo de produção capitalista em possibilitar ocupação profissional formal para todos, onde os direitos trabalhistas são assegurados. E ainda mais, estes trabalhadores tornaram-se objetos das políticas públicas estatais que visam a

retro-alimentação do sistema. Azeredo (1998, p. 191-192) indica o direcionamento das políticas de qualificação profissional geridas na “Era FHC”, em especial o PLANFOR:

O público alvo é composto por desempregados, trabalhadores dos mercados formal e informal, micro e pequenos empresários e produtores, dos mercados urbanos e rural, jovens em situação de risco social, mulheres chefes de famílias, portadores de deficiência etc... A implementação do Plano se dá de forma descentralizada, por meio de planos estaduais de qualificação, coordenados pelas secretarias estaduais de trabalho. Tais planos estaduais são submetidos às comissões estaduais de emprego para aprovação. Só então são encaminhados a Secretaria de Formação e Desenvolvimento profissional do Ministério do Trabalho para análise técnica e elaboração de convênio, instrumento que garante o repasse de recursos para sua execução. Os recursos são provenientes do FAT.

O público alvo para a implementação das políticas voltadas a qualificar a força de trabalho permanece o mesmo no governo Lula. Por entre as lacunas deixadas pelo PLANFOR e as condições gerais de adequação do país às determinações neoliberais arquitetadas durante a “Era FHC”, em uma fase mais avançada e aguda em relação à desregulamentação do trabalho, o governo Lula lança em 2003 o Plano Nacional de Qualificação Profissional (2003-2007) que integra o Plano Plurianual – PPA – (2004-2007), baseado em um modelo de desenvolvimento de longo prazo.

O caráter estrutural do PLANFOR serve de base para a concepção do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) no governo Lula.

O governo recém eleito, encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores em aliança com diversos setores da sociedade brasileira, diversificava, em alguma medida, suas propostas em relação àquelas adotadas por FHC, particularmente no que diz respeito às ações que visavam amainar os efeitos do neoliberalismo sobre a classe trabalhadora.

O governo fazia menção à necessidade de se promover profundas transformações estruturais na sociedade brasileira, a começar pelo re-fortalecimento do Estado, via política pública, em diversos setores. Uma das prioridades, em termos de política pública, voltados à qualificação profissional e geração de emprego e renda foi a criação do PNQ. Segundo Peixoto (2008), esse programa se configurou em uma ação política do governo federal em conceber a qualificação profissional

como direito, como espaço de negociação coletiva e como elemento constitutivo do desenvolvimento sustentável.

Peixoto (2008, p. 76) afirma ainda que o PNQ foi criado para articular diretrizes, procedimentos e ações de qualificação social e profissional, colocando-se como uma estratégia de integração das políticas de emprego, trabalho, renda, educação e desenvolvimento. O PNQ estruturou-se segundo o desafio de propiciar o empoderamento dos espaços públicos de gestão participativa e de controle social, a partir do fortalecimento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e das comissões estaduais e municipais de trabalho e emprego. Nessa perspectiva, o PNQ tem buscado superar a condição de política compensatória e assim ajustar-se às diretrizes das políticas nacional, regional, estadual e local, como uma forma de construção social do Plano, por meio da democratização das relações de trabalho, na construção de um modelo de desenvolvimento baseado no caráter social e participativo.

Tanto o PLANFOR, como o PNQ, findando praticamente duas gestões dos governos FHC e Lula, forjaram ações, supostamente para melhorar a condição de empregabilidade dos trabalhadores brasileiros, ou para escamotear a impossibilidade do modo de produção capitalista de inserir no mercado de trabalho grande parcela dos trabalhadores no país, “qualificados” ou “desqualificados”, dentro da perspectiva do capital.

Neste espaço não cabe o debate aprofundado sobre as questões relativas ao êxito das políticas públicas de qualificação profissional nos últimos 15 anos e duas gestões no espaço da democracia burguesa. Há que se levar em conta, em primeira instância, que quanto mais se “qualifica”, mais se “desqualifica”, pois o atendimento a esta lógica do capital leva, inevitavelmente, a uma hiper-exploração dos trabalhadores, ao constante afastamento de uma construção humana omnilateral e à ampliação do fetiche presente na mercadoria. Dentro desta lógica do capital, “qualificar” apresenta um “ar de positividade”, pois a busca incessante por acompanhar os ditames do mercado, força o trabalhador à adaptabilidade ininterrupta.

Vale pontuar, aqui, algumas questões que permitam identificar que, no sucesso ou fracasso do discurso da “desqualificação”, há uma lacuna a ser preenchida por um discurso mais profundo: o do empreendedorismo, não obstante os preceitos neoliberais, o “encolhimento” das ações do Estado classista – na

garantia da retro-alimentação do modo de produção – e a conformação ativa dos trabalhadores. Agora, exime-se o Estado da responsabilidade de garantir direitos trabalhistas e de preparar a força de trabalho nacional, responsabilizando-a pelo caminho a ser percorrido individualmente por cada trabalhador.

Peixoto (2008) afirma que, de um modo geral, as mudanças nas políticas de qualificação resultaram na compreensão do educativo, do formativo e da qualificação, separados da dimensão ontológica do trabalho e da produção, reduzindo-se ao economicismo do emprego e, agora, da empregabilidade. Hoje, a educação formal e a qualificação situam-se como elementos da competitividade, da reestruturação produtiva e da empregabilidade. É nesse cenário que surgem, no Brasil, as políticas de formação profissional, formuladas pelo Ministério do Trabalho em articulação com empresários e entidades sindicais.

Com base em Boito (1999, apud. DIAS, 2006), a autora afirma que as propostas de desregulamentação e de flexibilização das relações de trabalho, o uso de novas tecnologias e a globalização, como formas de garantir a acumulação do capital, sustentam-se no neoliberalismo, que reinaugura a prevalência do individualismo e da meritocracia. Assim, tal responsabilidade transfere-se para os indivíduos, na livre “concorrência”, de reunir os elementos necessários para torná-los competitivos. Para o Estado, na perspectiva neoliberal, é desnecessário manter políticas públicas de alto custo para estes indivíduos, uma vez que estes recursos devem ser mais bem utilizados, isto é, investidos na indústria, no crescimento e na competitividade dos países.

Peixoto (2008, p. 124) assevera que a qualificação deve ser compreendida

[...] como uma estratégia de competitividade entre os trabalhadores, uma vez que o mercado é posto como um espaço restrito e restritivo, em que apenas os mais aptos conseguem oportunidade. Logo, ao contrário de criar oportunidades, essa tende a afunilar muito mais o acesso ao mercado, já que o conhecimento apresenta-se como uma vantagem comparativa e não como um instrumento de chances redistributivas. Ademais, quanto mais houver disponibilidade de pessoas bem preparadas, o mercado usufrui da lógica do exército de reserva – que se estende desde trabalhadores simples para os trabalhadores qualificados –, com isso barateia-se o estoque crescente de trabalhadores qualificados.

O discurso da qualificação voltado à condição de empregabilidade vem sendo utilizado para inculcar a idéia de que “estar desempregado” é uma condição temporária e que depois de “qualificados” os trabalhadores teriam maiores chances

de ser inseridos no mercado. Este discurso vai perdendo força na medida em que, cada vez mais, os “trabalhadores qualificados” permanecem à margem do processo produtivo, servindo de pressão sobre aqueles que maximizam sua produção, sendo explorados e precarizados. De acordo com Cêa (2006, p. 240), em estudo voltado às políticas públicas de formação dos trabalhadores,

[...] entre a desresponsabilização do Estado e o descompromisso do capital com a oportunização e a geração de novos postos de trabalho, estão a crença na individualização da problemática do desemprego e a promessa da qualificação profissional como uma forma de ampliar a capacidade do trabalhador de ser gerador de trabalho, gestor de sua empregabilidade, gerente de si mesmo; em quaisquer circunstâncias, cabe ao indivíduo a iniciativa e a responsabilidade sobre a sua condição social. Tais idéias reproduzem – no nível da formação da força de trabalho e, portanto, de sua reprodução subjetiva – o fetiche exposto por Marx (1985): supõe-se que autonomamente a própria mercadoria força de trabalho é quem põe em movimento as relações sociais de exploração do trabalho pelo capital e, por adesão, dos trabalhadores pelos capitalistas; em suma, o próprio sistema do capital.

Se o discurso da qualificação voltava-se aos grupos “vulneráveis” do mercado de trabalho, o do empreendedorismo tem maior profundidade, pois se refere ao trabalhador por inteiro, em seus aspectos mais subjetivos de sua formação humana, e não se prende apenas aos aspectos técnicos ou físicos. O “Aprender a Empreender” chega a todos e possui uma perenidade aparente. Mais que um mero curso, torna-se uma conduta a ser exigida de todos os envolvidos no atual ciclo do capital, independentemente de sua condição de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE A FORÇA DO “APRENDER A EMPREENDER” E SOBRE O QUE HÁ DE NOVO NO *FRONT*

No estudo aqui apresentado, partiu-se do curso “Aprender a Empreender”, do SEBRAE, e voltou-se a ele, não na condição de uma ação específica e pontual, mas na condição de uma ampla proposta de formação humana, calcada no espírito empreendedor, que deve suplantar a ideia de qualificação profissional, baseada na meta da empregabilidade. Muda-se o foco: ao invés de tornar o trabalhador empregável, busca-se estimular iniciativas de auto-emprego. Agudiza-se, assim, a individualização da responsabilidade sobre a própria existência. Os capítulos tratados nesta dissertação buscaram apresentar a dinâmica desse movimento.

Desde sua introdução no Brasil, o ideário do empreendedorismo e as condições de materialização desse discurso, ou seja, a efetivação das ações dos vários agentes do capital voltadas para esse intento, vêm ampliando seu alcance, conforme se percebe na ampliação dos quantitativos atingidos pela cultura empreendedora. Se observarmos os números apresentados anteriormente na tabela 1, perceberemos que o trabalho do SEBRAE tem tido fôlego e êxito no que tange à transformação de “trabalhadores” em “empreendedores”. Em relação a isso, diríamos que são seus próprios “algozes”.

Na égide do capital e de suas proposições, os números são expressivos e o intento vem sendo conseguido. Da mesma forma, quando observamos a ação do Estado de classe quando da implementação de suas políticas voltadas para a formação de trabalhadores, cabe levantar algumas “novidades” no que diz respeito ao empreendedorismo, para apontar uma continuidade e ampliação da intenção do capital em aumentar a exploração sobre o trabalho.

Sendo assim, se poderia trabalhar aqui a noção implícita na Campanha da Fraternidade 2010, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o tema “Economia e Vida”, que visa fortalecer ações de economia solidária, cooperativismo e empreendedorismo, para “tirar da miséria” milhões de pessoas no país. Não vamos trazer o tema à baila, mas sem superar as bases do modo de produção capitalista, considera-se que as ações terão o intento de escamotear as razões materiais da “pobreza e injustiça”, que a Igreja “pretende combater”, e retroalimentar o sistema. É salutar afirmar também que isso não se fará utilizando os

instrumentos do capital como o empreendedorismo e o cooperativismo, que estão inseridos em sua lógica, mas trouxemos o exemplo da Campanha da Fraternidade somente para ilustrar a ampliação do discurso empreendedor.

Outras ações mais específicas, no campo do Estado, preocupam sobremaneira e devem ser expostas, já que podem alimentar novas pesquisas. O que há de “novo” no *front* são algumas ações do governo Lula, como a aprovação do Simples Nacional, para fortalecimento das pequenas empresas, que constitui atualmente uma das principais ações do capital para ampliar a exploração sobre o trabalho.

O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, a partir de 01.07.2007. A Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 estabelece normas gerais relativas às Microempresas [ME] e às Empresas de Pequeno Porte [EPP] no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo, não só o regime tributário diferenciado (Simples Nacional), como também aspectos relativos às licitações públicas, às relações de trabalho, ao estímulo ao crédito, à capitalização e à inovação, ao acesso à justiça, dentre outros. Considera-se ME, para efeito do Simples Nacional, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00. Considera-se EPP, para efeito do Simples Nacional, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (BRASIL, 2008).

Novamente, para apontar ações governamentais voltadas ao fortalecimento das pequenas empresas, temos o corpo da lei em si, mas esta ainda não é a discussão fundamental, ou seja, o Simples Nacional ainda não é o foco principal a ser observado. O que se pretende expor são dois instrumentos conjugados, debatidos por vários anos, mas que se corporificam com um recorte mais impactante em 2009/2010.

Dentre as novas ações do capital, salienta-se a criação da segunda geração do Portal do Empreendedor e a aprovação da Lei do Microempreendedor Individual, longe de representar garantias trabalhistas, conquistas e formalização do trabalho, a regulamentação do microempreendedor expõe o fato de que, ao fazer isso, o capital não avança para além das leis de mercado e do lucro. Na forma da Lei:

A Lei Complementar 128/2008 cria a figura do Empreendedor Individual – EI, com vigência a partir de 01.07.2009. Considera-se EI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (adiante reproduzido) – Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), optante pelo Simples Nacional: Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa. No caso de início de atividades, o limite de receita será de R\$ 3.000,00 (três mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro (BRASIL, 2008).

A legislação está sendo flexibilizada para ampliar a formalização das micro e pequenas empresas. Com isso o governo volta a gerenciar aqueles que só contribuía com o sistema tributário indiretamente, como consumidores. Quem estava no mercado informal não era controlado e reduzia as receitas do governo. Os números são auspiciosos, o governo visa registrar 11 milhões de empreendedores no Brasil até 2012. Com as facilidades para fazer o registro via Internet, esta tarefa não será difícil de ser alcançada:

Para se registrar como EI, o empreendedor deve procurar um contador e fornecer o número da sua carteira de identidade e do CPF e o seu endereço residencial. Deve informar, ainda, o endereço do local onde trabalha ou pretende trabalhar e a atividade que vai exercer.

O Empreendedor Individual – EI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês. O Empreendedor Individual recolherá, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, valor fixo mensal correspondente à soma das seguintes parcelas: a) R\$ 45,65 (quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), a título da Contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual. b) R\$ 1,00 (um real), a título de ICM, caso seja contribuinte deste imposto; e c) R\$ 5,00 (cinco reais), a título do ISS, caso seja contribuinte deste imposto. O Empreendedor Individual não estará sujeito à incidência do IRPJ, do IPI, da CSLL, da COFINS, do PIS, e do INSS patronal. [...] Poderá se enquadrar como EI o empresário individual que possua um único empregado que receba exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional⁸.

⁸ Informações disponíveis no Portal do Empreendedor Individual (<www.portaldoempreendedor.gov.br>).

A lógica do “Aprender a Empreender”, e do “Seja seu patrão” se consolida a cada instante. As ações do capital, como vemos, estão a “pleno vapor”. A Lei do Empreendedor Individual regula o que a Pedagogia Empreendedora do SEBRAE vem ensinando nas duas últimas décadas. A revista *Época* (2009) ratifica a idéia presente no curso “Aprender a Empreender” e assevera que entre as razões para o país ter saído rapidamente da crise internacional de 2009, está, entre outros fatores, a ação dos microempreendedores.

A citada revista apresenta alguns dados significativos:

15 milhões de empresas foram abertas nos últimos dois anos. Grande parte desses novos empreendimentos está nas classes C e D. São cidadãos que vivem em lares cuja renda total vai de R\$ 570,00 a 1.320,00 (quase dois terços da população). Eles estão transformando sua vida e nesse processo, ajudando a mudar a cara do país. Indivíduos que abrem seus próprios negócios são a base da economia capitalista (*ÉPOCA*, 2009, p. 82).

Ainda segundo a revista,

O Brasil tem hoje quatro milhões de microempreendedores com até cinco funcionários e outros dezoito milhões que trabalham sozinhos. É um número mais de duas vezes maior que os dez milhões de 2003, último ano em que o IBGE fez uma pesquisa completa (*ÉPOCA*, 2009, p. 83).

A apresentação destes dados mais atualizados serve para consubstanciar que o empreendedorismo tornou-se a principal estratégia do capital para dispor de um discurso que descaracterize o desemprego estrutural do modo de produção capitalista. As novas ações legais e governamentais referendam o intuito de difundir o empreendedorismo, de precarizar o trabalho. Então, o que há de novo no *front* são ações de grande impacto que farão, dentro da lógica do capital, o desenvolvimento econômico nacional. Obviamente que, diante do quadro, quem irá contestar os números do governo? Quem conseguirá, dentro da lógica do capital, observar lacunas no discurso empreendedor? Como afirmar erros neste processo, que, aparentemente para milhões de trabalhadores, acaba na sua realidade cotidiana por se transformar na subsistência para os seus? Assim, é possível que o curso “Aprender a Empreender” prossiga como uma empreendedora estratégia.

A compreensão teórica e a percepção das práticas embutidas na difusão do empreendedorismo, seja em escolas, universidades ou nas políticas públicas de formação dos trabalhadores, são de suma importância para a classe trabalhadora.

No cenário atual, onde são arraigados os pilares de uma sociedade empreendedora, cabem reflexões e ações contrárias, quer referentes às políticas públicas voltadas à formação humana, quer referentes às ações liberais de uma educação com esse viés. A denúncia e a apresentação das lacunas existentes nos discursos e nas práticas empreendedoras são fundamentais no enfrentamento entre trabalhadores e burgueses, para que sejam construídas novas relações sociais, humanizadas de fato. A análise do sentido histórico do curso “Aprender a Empreender” do SEBRAE, aqui apresentada, vai nessa direção.

No ensejo da reestruturação produtiva, a burguesia se levanta para fazer a apologia à idéia do empreendedorismo. Diante da redução drástica dos postos de trabalho, da redução das vagas nas grandes empresas e nos governos – ocasionada pela reestruturação do sistema capitalista, onde a desregulamentação do trabalho e flexibilização dos direitos trabalhistas é uma máxima deste tempo – surge, ou ganha novo corpo, a idéia do empreendedorismo no Brasil, que ocupa espaços e se propõe como a alternativa política, econômica e social ao desemprego.

Na crítica ao emprego formal e às “novas condições” do mercado de trabalho, o empreendedorismo ganha adeptos para sua inserção como “cultura desta Nova Era”, a ser ensinada nas escolas desde as mais tenras idades e adensadas nos níveis médio e superior como disciplina possível em todas as áreas. O SEBRAE está entre as instituições que mais ênfase dá ao ensino do empreendedorismo. Seu curso “Aprender a Empreender” propõe ao indivíduo trabalhador a idéia de ter sucesso em um negócio próprio, uma alternativa de auto-emprego, de não dependência do Estado, ou do patrão, ou ainda ser seu próprio patrão.

O combate ao enredo que se desenvolve com maestria pelas estruturas do capital é uma necessidade premente. Expor os limites desta leitura liberal da construção de uma sociedade empreendedora, com base na mudança de comportamento através da formação humana, é uma bandeira a ser empunhada pela classe trabalhadora, para minar os reflexos destas práticas tão presentes neste momento histórico.

Mas esta luta de observação e combate ao empreendedorismo não pode ser feita dentro da lógica do capital. Faz-se necessário demonstrar porque, apesar de

aparentar solução individual para a questão do desemprego, esse discurso aponta para uma maior exploração sobre os trabalhadores. “Aprender a Empreender” está disponível na página do SEBRAE na rede mundial de computadores e orienta para que os novos empreendedores não pereçam ante o mercado. Na lógica do capital, o trabalho do SEBRAE beira a perfeição.

Seus cursos chegaram, na última década, a mais de um milhão de brasileiros e as perspectivas são de ampliação dos mesmos na tentativa de consolidar ações empreendedoras no Brasil. Num discurso forte e materializável, o empreendedorismo penetra cotidianamente, tomando corações e mentes dos trabalhadores na consolidação de sua face mais singela e brutal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Ricardo. **O Averso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **O Caracol e sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

ARRUDA, José Jobson de A. **Toda a história**. São Paulo: Ática, 2005.

AZEREDO, Beatriz. **Políticas públicas de emprego**: a experiência brasileira. São Paulo: Associação Brasileira de Estudo do Trabalho – ABET, 1998 (Coleção Teses & Pesquisas).

BRASIL. Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008. Trata sobre o SIMPLES NACIONAL. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 Dez 08.

BLUMENAU. Revista de Negócios, Santa Catarina: v. 9, n. 2, p. 127-130, abril/junho 2004.

BRESSER PEREIRA, L. C. O público não-estatal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 ago. 1995. Folha Dinheiro, Caderno 6, p.13.

_____. **A reforma do Estado dos anos 90**: lógica e mecanismo de controle. Brasília: MARE, 1997. 58p. (Cadernos MARE da reforma do Estado; v.1).

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. **O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil**: pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 90. Cascavel, Edunioeste, 2007, cap. 9.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

DIAS, Graziany Pena. Educação e Empreendedorismo: Uma “nova” noção para a (con)formação humana aos interesses do capital. (2006) **Revista Estudos do Trabalho**, Ano I, Número 1, Marília, UNESP. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org>. > Acesso em 05 nov 2009.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**, Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

_____. **Oficina do Empreendedor**, São Paulo: Editora de Cultura, 1999.

DORNELAS, José Carlos de Assis. **Empreendedorismo** – Transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor** – Práticas e princípios. São Paulo: Thompson, 1985.

Educere Et Educare. **Planfor, reforma do Estado e acumulação flexível**: tecendo fios invisíveis. Cascavel: Unioeste, Vol. 1, n. 2, jul. 2006. 240p.

ÉPOCA: Revista semanal. São Paulo: Editora Globo, n. 602, 30 novembro 2009. p. 80.

EXAME: Revista quinzenal. São Paulo: Editora Abril Cultural, n. 755, 12 dezembro 2001. p. 18.

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. **A política educacional no contexto da Reforma do Estado**. 1995. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: _____ (org). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

MANCUSO, José Humberto. **SEBRAE 30 parceiro dos brasileiros**. Brasília: SEBRAE Nacional, 2002.

Meu Próprio Negócio: Revista mensal de negócios. São Paulo: Editora On line, n. 74, maio 2009. p. 88.

PEIXOTO, Patrícia Ebani. **Do PLANFOR ao PNQ: uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil**. 2008. 137f Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Vitória, 2008.

REVISTA DE ESTUDOS AVANÇADOS, São Paulo: SEBRAE: O jovem Empreendedor. 2004. p. 72.

SAES, Décio. **República do Capital**. São Paulo-SP: Boitempo, 2001.

SANTOS, Milton. Por uma globalização mais solidária. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 nov. 1995. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u351805.shtml>> Acesso em: 15 fev 2010.

SEBRAE. **Aprender a Empreender**: Manual do Participante, Brasília: Editora SEBRAE, 2002.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SOUZA, Edna Castro Lucas de. **Empreendedorismo além do plano de negócios**. São Paulo: Atlas, 2005.